

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 06 DE MAIO DE 2010

NÚMERO 6.167

**16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA**

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Antonio Aguiar
Dirceu Dresch
Décio Góes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edison Andrino
Ronaldo Benedet
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Rogério Mendonça (Peninha) -
Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Gilmar Knaesel
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Valdir Cobalchini
Ronaldo Benedet
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**

Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Valdir Cobalchini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Onofre Santo Agostini
Reno Caramori
Edison Andrino
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ronaldo Benedet
Valdir Cobalchini
Onofre Santo Agostini
Gilmar Knaesel
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Edison Andrino
Valdir Cobalchini
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann
Serafim Venzon
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Joares Ponticelli
Antônio Aguiar
Ronaldo Benedet
Romildo Titon
Prof. Odete de Jesus

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Walter da Luz Filho</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2167 EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 035ª Sessão Ordinária realizada em 04/05/20102</p> <p>Publicações Diversas</p> <p>Aviso de Licitação.....24 Extrato.....24 Ofício.....24 Portarias.....24 Projeto de Conversão em Lei.....26 Projeto de Lei27 Relatório.....27</p>
---	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 035ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dieter Janssen - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Onofre Santo Agostini - Ozair Polaco - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Sílvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO WILSON VIEIRA - Faz seu discurso de posse na Alesc.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Dá as boas-vindas ao deputado Dentinho.

DEPUTADO ANTÔNIO CERON (aparte) - Deseja sucesso ao deputado Dentinho.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Tece elogios ao deputado Dentinho.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Comunica o falecimento do funcionário Walter Hones e do ex-prefeito de Alfredo Wagner,

Rogério Kretzer; convida para a ExpoCentro, em Curitiba; cumprimenta o Avaí pela conquista do Campeonato Catarinense de Futebol.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Lamenta a morte do servidor Walter Hones.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Informa que votará a favor da MPV 0163/2010 sem emendas; ressalta a conquista, pelo Avaí, do Campeonato Catarinense de Futebol; agradece a concessão do título de Cidadão Palhocense.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Defende PEC de sua autoria que obriga o estado a realizar referendo para venda de estatal; critica a terceirização da merenda escolar em SC.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (pela ordem) - Opina que o secretário da Educação terá prazer em esclarecer as dúvidas dos parlamentares.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Corrige informação acerca do Avaí Futebol Clube.

Partidos Políticos

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Manifesta-se acerca das MPVs dos servidores públicos; elogia o Avaí Futebol Clube; condena a distribuição de lucros da Casa entre servidores e diretoria.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (aparte) - Elogia a atuação de Walmor De Luca à frente da Casan.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Ressalta a importância da Semana Estadual de Valorização da Vida; relata encontro do PMDB no norte do estado.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Registra a presença do prefeito Janerson Delfes Furtado e do vereador Sebastião Ribeiro, de Cerro Negro.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Analisa as propostas dos pré-candidatos ao governo do estado.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Registra a presença do prefeito Waldir Walker e seu vice, de São Bernardino.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a passagem de data comemorativa do município de Canoinhas.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Registra a presença de policiais de Mafra.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Refere-se à política salarial dos servidores públicos; aborda o Projeto Jica.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Cobra o cumprimento a Lei 254; informa averiguação do MPE sobre a privatização do serviço de água em Palhoça; refere-se à questão do pedágio na BR-101, na altura de Palhoça; critica a terceirização da merenda escolar.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Mostra indignação com a distribuição de lucros da Casan.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Convida para audiência pública sobre o Complexo Intermodal Catarinense; lamenta que o governo federal não tenha lançado o edital da BR-280 e não tenha adquirido equipamento para o aeroporto de Joinville; cumprimenta a deputada Professora Odete de Jesus por sugerir a abertura de canal de negociação com o governo; coloca sua posição sobre a Casan.

DEPUTADA ANGELA ALBINO (pela ordem) - Requer o registro da presença do reitor da Udesc, professor Sebastião Melo.

Ordem do Dia

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Pede a revisão do arquivamento de projeto de resolução de sua autoria.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Pede a presença dos deputados em plenário.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha a votação do projeto de conversão em lei da MPV 0166/2010, que fixa o valor referencial de vencimento da Udesc.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Declara o voto relativo ao projeto de conversão em lei da MPV 0166/2010, que fixa o valor referencial de vencimento da Udesc.

DEPUTADO ANGELA ALBINO (pela ordem) - Declara o voto relativo ao projeto de conversão em lei da MPV 0166/2010, que fixa o valor referencial de vencimento da Udesc.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Encaminha a votação do projeto de conversão em lei da MPV 0166/2010, que fixa o valor referencial de vencimento da Udesc.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Encaminha a votação do projeto de conversão em lei da MPV 0166/2010, que fixa o valor referencial de vencimento da Udesc.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Encaminha a votação do projeto de conversão em lei da MPV 0166/2010, que fixa o valor referencial de vencimento da Udesc.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Encaminha a votação do projeto de conversão em lei da MPV 0166/2010, que fixa o valor referencial de vencimento da Udesc.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha a votação do projeto de conversão em lei da MPV 0168/2010.

DEPUTADO RONALDO BENEDET (pela ordem) - Encaminha a votação do projeto de conversão em lei da MPV 0168/2010.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Encaminha a votação do projeto de conversão em lei da MPV 0168/2010.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (pela ordem) - Faz declaração de voto em relação ao projeto de conversão em lei da MPV 0168/2010.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Encaminha a votação do projeto de conversão em lei da MPV 0168/2010.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Responde ao deputado Valdir Cobalchini.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha a votação do projeto de conversão em lei da MPV 0168/2010.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha a votação do projeto de conversão em lei da MPV 0175/2010.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Solicita subscrever o Requerimento n. 0554/2010, de autoria do deputado Reno Caramori.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Refere-se ao Dia do Trabalho; tece comentários sobre as estatais catarinenses.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Comunica que relatará a MPV 0173/2010.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Condena o processo de terceirização da merenda escolar no estado.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Informa que em muitos municípios as merendeiras estão preocupadas com a possível demissão.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Comunica reunião com o governo para abrir negociação acerca dos servidores da Saúde.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Reporta-se à convocação do secretário da Educação.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Registra a presença do secretário Gilberto Comazzetto e seus gerentes, da SDR de Caçador.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Solidariza-se com a ex-presidente da FCC, Anita Pires; defende a divisão dos lucros da Casan entre os seus servidores.

DEPUTADO RONALDO BENEDET (aparte) - Credita o sucesso da Casan ao ex-governador Luiz Henrique e a Walmor De Luca.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Comenta o problema da distribuição de lucros da Casan; lamenta a saída de Anita Pires da FCC; analisa a problemática da mobilidade urbana em Florianópolis.

DEPUTADO DIETER JANSSEN - Reporta-se à necessidade de mais segurança no estado; cumprimenta os trabalhadores pelo seu dia; expõe sua posição quanto à polêmica envolvendo a Casan; lembra os dez anos da Lei de Responsabilidade Fiscal; cumprimenta o prefeito de Massaranduba pela realização da Fecarroz.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Informa a posição da bancada do PT em relação à MPV 0173/2010.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Comunica a aprovação, pelo Conema, de duas importantes resoluções.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Faz a defesa da Casan.

DEPUTADO DADO CHEREM (aparte) - Reconhece a boa administração da Casan.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Elogia o trabalho de Walmor De Luca à frente da Casan; relata as ações do governador Leonel Pavan.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Expõe o trabalho do governo na elaboração das medidas provisórias de concessão de benefícios salariais.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Elogia o trabalho de Valdir Cobalchini como secretário de Articulação Estadual.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Afirma que é preciso dar dignidade aos servidores públicos.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Discorre sobre a rede ferroviária de Caçador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência dá conhecimento ao Plenário dos seguintes atos:

(Passa a ler.)

“ATO DA PRESIDÊNCIA N. 012-DL, de 2010

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Jailson Lima, por um período de sessenta dias, a contar de 04 de maio do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 04 de maio de 2010.

(a)Deputado Gelson Merísio
Presidente”[sic]

“ATO DA MESA N. 036-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão João Girardi, 2º Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência da licença do Deputado Jailson Lima.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 04 de maio de 2010.

(a)Deputado Gelson Merísio
Presidente” [sic]

Em função do declínio da convocação do cidadão João Girardi, a Mesa emitiu o seguinte ato:

(Passa a ler.)

“ATO DA MESA N. 037-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão José Paulo Serafim, 3º Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência da licença do Deputado Jailson Lima.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 04 de maio de 2010.

(a)Deputado Gelson Merísio
Presidente” [sic]

Em função do declínio da convocação do cidadão José Paulo Serafim, a Mesa emitiu o seguinte ato:

(Passa a ler.)

“ATO DA MESA N. 038-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Vânio dos Santos, 4º Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência da licença do Deputado Jailson Lima.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 04 de maio de 2010.

(a)Deputado Gelson Merísio
Presidente” [sic]

Em função do declínio da convocação do cidadão Vânio dos Santos, a Mesa emitiu o seguinte ato:

(Passa a ler.)

“ATO DA MESA N. 039-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Dionei Walter da Silva, 5º Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência da licença do Deputado Jailson Lima.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 04 de maio de 2010.

(a)Deputado Gelson Merísio
Presidente” [sic]

Em função do declínio da convocação do cidadão Dionei Walter da Silva, a Mesa emitiu o seguinte ato:

(Passa a ler.)

“ATO DA MESA N. 040-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Paulo Roberto Eccel, 6º Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência da licença do Deputado Jailson Lima.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 04 de maio de 2010.

(a)Deputado Gelson Merísio
Presidente” [sic]

Em função do declínio da convocação do cidadão Paulo Roberto Eccel, a Mesa emitiu o seguinte ato:

(Passa a ler.)

“ATO DA MESA N. 041-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Adilson Mariano, 7º Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência da licença do Deputado Jailson Lima.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 04 de maio de 2010.

(a)Deputado Gelson Merísio
Presidente” [sic]

Em função do declínio da convocação do cidadão Adilson Mariano, a Mesa emitiu o seguinte ato:

(Passa a ler.)

“ATO DA MESA N. 042-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Círio Vandresen, 8º Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência da licença do Deputado Jailson Lima.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 04 de maio de 2010.

(a)Deputado Gelson Merísio
Presidente” [sic]

Em função do declínio da convocação do cidadão Círio Vandresen, a Mesa emitiu o seguinte ato:

(Passa a ler.)

“ATO DA MESA N. 043-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Marcos Aurélio Fernandes, 9º Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência da licença do Deputado Jailson Lima.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 04 de maio de 2010.

(a)Deputado Gelson Merísio
Presidente” [sic]

Em função do declínio da convocação do cidadão Marcos Aurélio Fernandes, a Mesa emitiu o seguinte ato:

(Passa a ler.)

“ATO DA MESA N. 044-DL, de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Wilson Vieira, 10º Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência da licença do Deputado Jailson Lima.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 04 de maio de 2010.

(a)Deputado Gelson Merísio
Presidente” [sic]

Convido o deputado Wilson Vieira para prestar o juramento, conforme determina a nossa Constituição.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - “Prometo manter, defender e cumprir a Constituição do Brasil e a Constituição do Estado de Santa Catarina e observar as leis desempenhando, leal e sinceramente, o mandato que me foi outorgado pelo povo catarinense.”

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Declaro empossado o deputado Wilson Vieira.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Wilson Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, funcionários deste poder, servidores, visitantes, pessoas que se fazem presentes com o objetivo claro de defender os seus interesses, os quais deverão ser discutidos pela Assembleia Legislativa.

Gostaria, inicialmente, de agradecer ao meu partido pela oportunidade que está-me dando de exercer dois meses de mandato em favor do povo de Santa Catarina. Gostaria também de agradecer ao presidente, deputado Gelson Merísio, pela forma como conduziu a minha posse e, é claro, dizer a todos vocês que, como deputado da região de Joinville, vou trabalhar para melhorar as condições da minha região. Joinville é uma cidade que tem grandes problemas, assim como outras cidades do nosso estado.

Eu gostaria de alertar que pretendo atacar uma coisa que é fundamental em nosso estado e em nosso país hoje. O que mais me preocupa em relação ao meio ambiente são as enchentes. Por quê? Porque acabei de ver, nesta semana, no Arquivo Histórico de Joinville, uma fotografia do Cine Palácio, hoje Igreja Universal, de 1915. E a foto mostra que quatro metros de água deixavam submersa aquela instituição.

Hoje temos uma situação extremamente crítica. Atualmente o rio Cachoeira não tem mais 300m de largura - tem, no máximo, 10 ou 15m -, e não tem mais 12 ou 13m de profundidade - tem, no máximo, meio metro, e quando a maré está cheia fica com dois ou três metros, mais ou menos.

Em 1915, ancorava um navio no mercado municipal e não havia a impermeabilização do solo como temos hoje, através de calçadas, asfaltamentos, etc.

Então, é preocupante saber que estamos próximos de passar por chuvas

cíclicas centenárias, e que os governos que estão no poder não estão fixados no objetivo de garantir um sistema de prevenção que evite maiores consequências no momento em que essa catástrofe ocorrer. E que vai ocorrer isso é ponto pacífico e certo, porque é histórico. A fotografia e os dados estão lá e mostram claramente o risco que o povo catarinense está correndo.

Em Joinville, e não é por acaso, temos numa situação ainda pior, que é a seguinte: alguns bairros, como Morro do Meio, Nova Brasília, Vila Nova, enfim, meia dúzia de bairros na região oeste sofre com enchentes toda vez que chove, e por qualquer chuvinha. E lá há uma solução que poderia ser feita de imediato, sem grandes consequências e sem grandes custos para os governos que assumirem esse compromisso, que seria o prolongamento da ponte do rio Itapocu, na BR-101, pois lá é o gargalo de todas as enchentes que acontecem na região oeste, em nossa cidade.

Como o DNOS foi extinto na época do governo Collor, fomos buscar esses documentos, as provas de que realmente a situação naquele rio é caótica, até porque ele absorve águas desde a região norte de Blumenau até o rio Cubatão. Portanto, temos mais de 60km de extensão sem outro rio que contribua para que essa enchente seja deslocada para o mar, porque enchente não se resolve. Isso é pacífico. Se alguém disser que resolveu o problema da enchente, estará mentindo. Enchente transfere-se para frente até chegar ao oceano. O ser humano jamais conseguirá resolver o problema da enchente e estancar definitivamente a água, de forma que não atinja mais ninguém.

Então, esse é um assunto que tem que ser levantado e discutido. Os órgãos técnicos e o pessoal que faz a previsão do tempo deveriam estudar e colocar bem claro para a população quais são os riscos que se corre com as chuvas cíclicas centenárias que não passaram por aqui ainda e que vão passar até 2015, 2020.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, queremos dizer que estamos muito felizes com o seu retorno a este Parlamento. V.Exa. foi um estudioso quando era presidente da comissão de Finanças e deu tranquilidade para muitos parlamentares votarem o Orçamento Regionalizado. E agora, retornando a esta Casa, traz uma preocupação não somente do município de Joinville, pois estão acontecendo em todo o estado fenômenos climáticos que ainda precisam ser estudados.

Eu fico feliz que v.exa. traga mais um problema para este Parlamento e temos que nos debruçar sobre ele.

V.Exa. é um exemplo de superação e um estudioso em diversas áreas. Portanto, estamos muito bem preparados aqui. Tenho certeza de que vai ser assunto de debate neste Parlamento o problema que v.exa. traz.

Seja muito bem-vindo! Estamos muito orgulhosos de sua presença entre nós.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Muito obrigado, deputada!

O Sr. Deputado Antônio Ceron - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Deputado, em nome da bancada quero cumprimentá-lo pelo seu retorno e dizer da alegria que é conviver novamente com v.exa. na Casa.

Desejo que sua estada seja de realização dos seus pleitos e dos seus compromissos, pois com certeza a Assembleia Legislativa se engrandece com a presença de v.exa.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Obrigado, deputado!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Dentinho, quero parabenizar v.exa. pela posse e fazer o registro de que eu, pessoalmente, e a nossa categoria lamentamos muito que em 2006 v.exa. não tenha concorrido a deputado federal, porque, por certo, boa parte, senão a maioria, dos votos dos praças teria ido para v.exa.

Uma das tristezas daquele pleito de 2006 foi termos concorrido ao cargo de deputado estadual disputando uma vaga com v.exa. Sentimos muito por isso, porque na legislatura em que esteve aqui por quatro anos, com todo o respeito aos demais deputados daquele período, v.exa. foi o deputado mais identificado, mais amigo, mais companheiro, sempre pronto para atender às nossas demandas e a encaminhá-las da forma necessária.

Tanto aqui na Casa, como no seu gabinete, nas manifestações públicas onde tivemos a oportunidade de estar junto com as praças e em Joinville, cidade onde mora, v.exa. sempre foi mais do que um conhecido, mais do que um companheiro, inclusive, sempre foi amigo dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e merece o nosso aplauso e a nossa alegria de poder dividir com v.exa. este Parlamento pelo tempo em que permanecer aqui ou, quiçá, até o final do ano. Quem sabe não estejamos, no ano quem vem, juntos para fazer a dobradinha em defesa do servidor público catarinense e dos praças do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Obrigado pelas suas considerações.

Gostaríamos de deixar claro o seguinte: nós somos de Joinville, mas, quando se tratar de lutar por outras cidades, na causa dos servidores, estaremos juntos, não importando a cidade em que cada um mora, porque a luta salarial, a luta por direitos é de todos e não dá para admitir que os trabalhadores só tenham festa, só tenham dia de lazer, só tenham alegrias no Dia do Trabalhador. Eles têm que ter isso todos os dias!

Dito isso, encerro a minha fala e agradeço o tempo disponibilizado, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Wilson Vieira, chamado carinhosamente de deputado Dentinho.

Esta Presidência também quer dar-lhe as boas-vindas! Espero que possa realizar um bom trabalho. É claro que também vamos sentir a falta, nesses dias, do deputado Jailson Lima, mas ele estará bem representado por v.exa.

Com a palavra o próximo orador inscrito em Breves Comunicações, deputado Onofre Santo Agostini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, ilustre sra. deputada, srs. deputados, imprensa, funcionários do Poder Executivo que vêm até esta Casa fazer as suas reivindicações, eu vou iniciar a minha fala com duas notas muito tristes.

A primeira, é para registrar que na última sexta-feira, deputado Moacir Sopelsa, de forma trágica, ocorreu a morte do nosso colega, amigo, funcionário da Diretoria Legislativa desta Casa, Walter Hones, que exerceu com muita dedicação, por muitos anos, sua missão neste Parlamento.

A morte dele foi trágica. O meu querido amigo Walter Hones partiu deixando uma lacuna, porque todos os dias ele estava na sua sala cumprindo com o seu dever para com este Parlamento, principalmente na Diretoria Legislativa.

Em meu nome, em nome da minha família, mas, principalmente, em nome dos funcionários desta Casa, faço este registro com muito pesar e com muita tristeza, porque, sem dúvida nenhuma, Walter, que é filho de Canoinhas, terra do deputado Antônio Aguiar, foi um exemplar funcionário, que dedicou sua vida em favor deste Parlamento e da Diretoria Legislativa. Mas, infelizmente, ele partiu desta vida e nós rogamos ao Criador que o receba e que tenha piedade de sua alma.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Vou ouvir v.exa., deputado.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de solidarizar-me com a família neste momento, pois, infelizmente, Walter Hones pôs fim à sua vida.

Mas quero dizer também que em Canoinhas, onde ele foi enterrado, foi prestada uma homenagem em nome da Assembleia Legislativa, ocasião em que citamos o nome de v.exa., já que era muito ligado ao Walter. Temos certeza de que foi um momento de solidariedade e de amor que prestamos à sua família.

Parabéns pelo seu pronunciamento, deputado!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Vou ouvir v.exa. também, deputado.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Onofre Santo Agostini, queremos também lamentar a morte de Walter Hones. V.Exa. me pegou de surpresa com essa notícia. Eu não sabia exatamente onde ele trabalhava na Assembleia, mas sempre o via por aqui e posso dizer que ele era uma pessoa alegre, sempre falando do planalto norte e das lideranças políticas daquela região.

De fato é uma notícia trágica e lamentável e damos os votos de pesar a todos os familiares, aos seus companheiros de trabalho na Assembleia Legislativa.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Deputado, eu e o deputado José Natal fomos as duas primeiras pessoas que chegamos ao local e vimos o desespero da família. Ele deixou esposa e duas filhas menores. Foi trágica, realmente, a morte e, assim como nós, esta Casa ficou muito abalada com a perda do nosso querido amigo Walter Hones.

Tenho também outra notícia triste. Faleceu ontem o grande ex-prefeito de Alfredo Wagner, Rogério Pedro Kretzer, que, coincidentemente, foi prefeito junto comigo, deputado Décio Goês. Quando fui prefeito de Curitiba, Rogério foi prefeito de Alfredo Wagner. Ele era uma figura extraordinária, um homem público exemplar e, infelizmente, deixou a família muito triste.

Por outro lado, hoje também é um dia de alegria, deputado, pelo retorno do meu querido amigo, deputado Wilson Vieira, o Dentinho. Eu tive o privilégio de ser deputado junto com ele. Fomos colegas de Mesa e de comissões, e ele realmente é uma grande figura. Enfrentou muitas dificuldades de saúde, mas, graças a Deus, está aqui são e salvo reassumindo uma cadeira neste Parlamento, onde sempre atuou com muito denodo.

Também com alegria, deputado, quero cumprimentar os diretores, o presidente e toda a equipe do Avai pela brilhante conquista no último domingo.

(Palmas das galerias)

Eu não sou avaiano. Sou torcedor do Figueirense, mas tenho que reconhecer que o Avai mereceu essa conquista, sem dúvida nenhuma, não só pela última partida, mas, principalmente, por todas as partidas. Durante o campeonato o Avai teve uma postura decente e, merecidamente, conquistou o bicampeonato.

Eu faço esse registro porque esta Casa, deputado Antônio Ceron, tem muitos avaianos que pegam no pé dos figueirenses. Eles nos chamam de "secadores", mas, muitas vezes, eles é que são os "secadores".

Mas quero, em nome do meu amigo Samuca, que é o garçom que serve o nosso cafezinho, prestar uma homenagem a todos os torcedores do Avai. Ele me cobrou durante todo o campeonato o seguinte: "Deputado, em 2008, quando o Figueirense foi campeão, o senhor falou do Figueira da tribuna. Eu quero ver se agora o senhor tem a coragem de falar também do Avai". É uma pena que o Samuca não esteja aqui, mas ele está muito alegre por essa vitória merecida do Avai, deputado Antônio Aguiar.

Feitos esses registros - e vejo a presença do ilustre prefeito de Curitiba, a minha terra, dr. Wanderley Theodoro Agostini -, quero dizer que na quinta-feira, deputado Antônio Ceron, será realizada a abertura de uma das maiores festas de Santa Catarina e do Brasil, a Expocentro, quer já está na sua 20ª edição. Inclusive, devo dizer que foi lá em Curitiba que começou, não só em Santa Catarina, mas também no Brasil, a comercialização do terneiro precoce.

Nós, brasileiros e catarinenses, não conhecíamos esse tipo de comercialização e foi através das feiras de terneiros que se desenvolveu por todo o país essa comercialização, como também a do famoso *baby beef*. Também o sistema de pastoreio rotativo Voisin foi implantado em Curitiba, através do grande pecuarista Lauro Antônio da Costa, de saudosa memória.

Fazemos esse registro e também o convite para que todos compareçam à Expocentro. O prefeito já me telefonou quando estava vindo para esta Casa e disse-me para aproveitar a oportunidade e convidar os parlamentares, os funcionários e os catarinenses de um modo geral, para nos honrarem com sua presença, de quinta-feira a domingo, em uma das maiores festas de Santa Catarina, na qual mostraremos o potencial agrícola e pastoril, assim como o desenvolvimento da nossa região.

Fica aqui, portanto, em nome do prefeito municipal, o convite para que todos participem, de quinta-feira a domingo, desta grande festa que nós chamamos de Expocentro.

Antes de encerrar o meu pronunciamento, sr. presidente, quero aproveitar para convidar todos para participarem amanhã, às 19h, no Centrosul, da pré-convenção do nosso partido, quando deverá acontecer o lançamento da candidatura do próximo governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo. Ficaremos imensamente gratos àqueles que puderem honrar-nos com sua presença.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Onofre Santo Agostini.

Esta Presidência registra, com orgulho, a presença do prefeito de Curitiba, Wanderley Teodoro Agostini, município que realiza, durante esta semana, um grande evento.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSc Digital e servidores públicos que estão nesta Casa, na tarde de hoje, em defesa da aprovação da Medida Provisória n. 0173/2010 sem emendas. É essa a demanda desses servidores.

Gostaria de informá-los que, de nossa parte, nenhuma emenda foi apresentada a essa medida provisória e, como já conversamos, sempre que algum projeto não discrimina nem faz injustiças com ninguém, atuamos no sentido de que seja aprovado o mais rapidamente possível. Esse, portanto, é o compromisso permanente que temos para com os servidores públicos.

Lamentavelmente, nem sempre é possível, porque do pacote de 14 medidas provisórias, meia dúzia apresentou muitas polêmicas, criou até algumas dificuldades para este Parlamento. Duas emendas criaram dificuldades, mas há mais quatro no caminho. De nossa parte, não por vocês, portanto, já poderia até ter sido aprovada. Mas há mais quatro emendas no caminho que podem causar algum problema neste Parlamento.

Gostaria de agradecer ao alvinegro, deputado Onofre Santo Agostini, por haver ressaltado a importância da conquista do Avaí, por haver parabenizado o Avaí Esporte Clube, o Leão da Ilha, pelo seu 14º título estadual. Lamentavelmente, esqueci de trazer a minha camisa. Meu assessor está trabalhando e não trouxe a bandeira. Eu gostaria de exibí-la aqui para ressaltar a importância desse título, já que somos campeões da Série C do Campeonato Brasileiro há alguns anos.

Gostaria de parabenizar a diretoria do Avaí, todo o plantel, a imensa torcida azulra do estado de Santa Catarina, que está com tudo e não está prosa, ou que está prosa porque sabe que está com tudo.

(Manifestações nas galerias)

O time participou do Campeonato Brasileiro do ano passado e acabou em 6º lugar. Foi excepcional. Agora, nos próximos dias, começa o Campeonato Brasileiro da Série A, a elite do futebol nacional, com o Avaí participando novamente.

Quero registrar aqui, falando mais um pouquinho de futebol, a força da equipe do Avaí e do seu plantel nessas cinco últimas partidas.

Se ainda havia alguma dúvida com relação à qualidade, ao potencial da equipe técnica e dos jogadores, os últimos cinco jogos tiraram essa dúvida.

Quem acompanhou o jogo, em Porto Alegre, contra o Grêmio, pela Copa do Brasil, sabe da dificuldade que foi o segundo tempo e também da superação da equipe. E aqui, no jogo na Ressacada, vencemos o todo poderoso Grêmio, campeão gaúcho, por 3 x 2, com a equipe completamente desfalcada. No clássico contra o Figueirense o time segurou, também desfalcado, e garantiu o título do retorno. No jogo do domingo retrasado, na cidade de Joinville, debaixo de muita chuva, o Avaí venceu por 3 x 1, garantindo assim o título. E o jogo do último domingo, na verdade, foi mais ou menos para buscar a faixa, deputado Pedro Uczai. No primeiro tempo o time esteve lá, fez o seu papel, marcou dois gols. E no segundo tempo administrou de forma respeitosa a equipe do Joinville, até para não ficar chato para as duas equipes grandes do futebol catarinense. Uma postura diferente por parte do Avaí.

Quero parabenizar o Joinville pelo vice-campeonato. Embora avaiano, não tenho ojeriza ao nosso maior rival no estado e na grande Florianópolis, o Figueirense, que está com um grande time, mas ficaria muito melhor se cedesse o lateral direito Lucas Rios Marques e o camisa 11, William Dias Massari, para o time do Avaí. Ai, sim, nós iríamos para a Série A do Campeonato Brasileiro "na ponta dos cascos", para não ter receio de enfrentar nem o Santos Futebol Clube, que, aliás, é o próximo adversário do Avaí pelo Campeonato Sul-Americano. Os meninos da Vila devem ficar mais com os pés no chão, porque a nossa zaga não brinca em serviço. Com certeza não vão fazer oito, dez ou sei lá quantos gols, como andaram fazendo por aí. Então, o time do Santos precisa chegar de forma bastante humilde para jogar com o Avaí, caso contrário poderá ter uma surpresa desagradável.

Portanto, quero parabenizar toda a torcida avaiana e dizer da nossa alegria com o título. No ano que vem tem mais! É o 14º título. Empatou de novo, está 14 x 14 a disputa em número de títulos estaduais entre Avaí e Figueirense. E o bom é saber que no ano que vem tem mais, pois temos a esperança e a expectativa de que vamos desempatar essa disputa de títulos no estado.

Mas quero aproveitar esses minutos para falar de uma questão que me emocionou bastante nas últimas semanas. Este deputado, natural da cidade de Imbuia, no alto vale do Itajaí, recebeu, no último dia 23 de abril, o título de cidadão honorário da cidade de Palhoça, em sessão solene na Câmara de Vereadores, comemorativa aos 166 anos daquela cidade vizinha da capital.

A iniciativa foi do vereador Leonel José Pereira, ex-soldado da Polícia Militar, porque o ex-comandante da PM o expulsou da instituição por causa da manifestação no final de 2008. Então, a nossa indicação foi aprovada na Câmara de Vereadores de Palhoça, por sugestão do vereador Leonel José Pereira, a quem agradecemos. E também agradecemos ao presidente, vereador Nazareno Setembrino Martins, pelo carinho e pela honraria de nos haver concedido o título de cidadão honorário.

O vereador Leonel José Pereira, ex-militar, é uma liderança na cidade de Palhoça. Realiza atividades comunitárias no sentido de fortalecer as lutas sociais da população de Palhoça. Como policial militar, trabalhou a maior parte do tempo, nos últimos anos, no Proerd - Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência -, da Polícia Militar deste estado. E o "Leonel do Proerd", vereador,

foi quem teve a iniciativa de nos conceder esse título.

Evidentemente, ficamos muito emocionado, quando, a convite, estivemos na Câmara Municipal e, juntamente com sua equipe, sua assessoria, formada na maioria por praças da Polícia Militar, na presença da sua esposa, sra. Marta Koerich, aqui presente na tarde de hoje, fomos informado de que havia sido aprovado o requerimento do referido vereador para que este deputado fosse considerado Cidadão Palhoçense.

Palhoça é o portal da serra que leva ao chapadão de Imbuia, onde eu nasci. Eu não imaginava, deputado Onofre Santo Agostini e deputada Angela Albino, que sentiria tanta emoção ao receber o título de cidadão honorário de uma das maiores cidades do estado catarinense, onde muitos imbuenses vieram morar, pois ali vivem centenas, milhares de amigos policiais e bombeiros militares e muitas famílias do nosso conhecimento. O título nos foi oferecido pelo trabalho que temos feito por aquele município sem nenhuma intenção, a não ser defender aquela população com relação ao pedágio.

Fui até Palhoça para ajudar na luta pela melhoria da educação e da saúde pública no município, para participar das atividades sociais, recreativas e culturais que o vereador Leonel José Pereira e toda sua equipe estão sempre produzindo.

Com esse título nosso compromisso com Palhoça aumenta, e queremos agradecer e dar um abraço do tamanho do mundo para toda a população do município, para todos aqueles que nos homenagearam. Queremos agradecer, com todo o carinho, à população de Palhoça, à Câmara de Vereadores, e dizer que o nosso compromisso agora vai ser maior do que já era com a população carente, com a classe trabalhadora, que lá luta e que vive com o esforço do seu trabalho.

Muito obrigado, Palhoça! Um abraço ao vereador Leonel José Pereira e a toda a equipe! Seguimos juntos na luta!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Inscrição para falar o sr. deputado Lício Mauro da Silveira, a quem concedemos a palavra.

(Pausa)

Na ausência do deputado Lício Mauro da Silveira, concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSc Digital e todos os servidores que participam desta sessão, assomo a esta tribuna para falar sobre dois temas fundamentais que estão presentes neste Parlamento.

O primeiro diz respeito à proposta de emenda constitucional que prevê qualquer processo de privatização de empresa pública em Santa Catarina seja precedido por referendo, ou seja, se uma empresa é pública e estatal, se ela é patrimônio público, não pode ser vendida ou alienada sem uma consulta popular.

Se a Celesc e a Casan são do povo, esse mesmo povo deve ser consultado se elas devem ser vendidas ou não. Certamente na família, quando o pai e a mãe decidem vender a casa ou o carro, consultam-se se devem ou não vender aquele bem. Eu lembro que quando o meu pai quis vender uma terra certa vez, minha mãe foi contra e não venderam.

Quando se trata de dinheiro público, de patrimônio público, construído há mais de 50 anos, o povo de Santa Catarina tem que ser consultado. Já houve uma boa vitória na semana passada, quando foi promulgada a PEC de autoria do deputado Gelson Merisio, presidente desta Casa, aprovada por 33 deputados. Então, a partir de agora, mudança do estatuto social de uma empresa precisa ser autorizada pela Assembleia Legislativa.

Entretanto, quando se trata da venda de uma empresa, de uma estatal, mais de 19 deputados assinaram a proposta de emenda constitucional contra a privatização? Não!

Eu penso que se o governo quer privatizar, que consulte o povo de Santa Catarina! É assim que ocorre no Rio Grande do Sul, onde o art. 22 da Constituição dos gaúchos foi alterado e onde só se pode vender uma empresa estatal desde que o povo autorize, através de referendo popular, de consulta popular.

Essa é a proposta que queremos ver aprovada na próxima terça-feira e foi dela que o deputado Elizeu Mattos, líder do governo, solicitou vistas hoje. Vamos mobilizar o sindicato, os cidadãos de Santa Catarina para que, na próxima terça-feira, juntamente com os movimentos sociais e populares digamos: se o patrimônio é do povo, que esse seja ouvido sobre se deve ou não ser vendido.

É só o que queremos. A bancada do PMDB já defendeu a realização de referendo e plebiscito. O deputado Moacir Sopelsa estava aqui na época em que se tentava federalizar o Besc para não privatizá-lo. A bancada do PMDB, neste Poder, defendeu o plebiscito, ou seja, que o povo catarinense fosse consultado. Espero que a atual bancada do PMDB também defenda o mesmo princípio, a possibilidade de o povo catarinense ser consultado, ouvido. Se é patrimônio do povo, ele pode dizer se quer ou não que seja vendido. E, mais ainda, quando se discute energia elétrica, água, saneamento básico para as empresas, para o consumo doméstico, para as famílias, sabemos que em lugar nenhum do mundo onde se privatizou a água, o esgoto e a energia elétrica o preço ou a qualidade melhoraram. Em nenhum lugar do mundo melhorou.

Esse é o debate que estamos fazendo aqui. E queremos a sensibilidade não só dos 19 deputados que assinaram a emenda para que ela tramitasse, mas também para o mérito.

Em segundo lugar, a merenda escolar está nos preocupando demais, pois cinco mil servidoras do estado que não tinham estabilidade, como tantas servidoras que estão aqui, que não participaram do concurso porque há 20 anos eram contratadas pelas APPs, serão sumariamente demitidas. Cinco mil servidoras, que ganham em torno R\$ 700,00 por mês estão sendo demitidas!

Em terceiro lugar, a agricultura familiar, que pela lei federal tem condições de fornecer alimento saudável nos municípios, na proporção de 30% até 100%, está sendo impedida de vender para a merenda escolar. E há deputado da base do governo, que diz que defende a agricultura familiar, os pequenos agricultores, que está ao lado da agricultura, que concorda com essa atitude do governo.

Ora, no momento em que a lei federal garante que a agricultura familiar venda, no mínimo, 30% para a merenda escolar, privatizam-na, fazendo com que vários municípios sejam impedidos de comprar dos agricultores, pois agora a merenda escolar está centralizada em quatro empresas que ganharam a licitação em Santa Catarina.

Em quarto lugar, vemos a humilhação dos professores que não podem mais nem entrar na cozinha! Não podem almoçar com as crianças, não podem comer a mesma comida! Antes a cozinha era um espaço pedagógico, principalmente na hora do almoço. Agora eles têm que levar comida de casa e alguns deles almoçam sentados na escada da escola.

Aonde chegamos com a educação em Santa Catarina, deputado Silvio Dreveck? No sul do estado um professor estava almoçando na escada da escola! Isso não está certo.

Mas, não bastasse isso - cinco mil servidoras demitidas, professores sendo humilhados, agricultura familiar sendo excluída nos pequenos municípios -, o estado não está economizando nada. Ao contrário, vai pagar muito mais porque na licitação houve chuchu. As empresas que participaram da licitação e ganharam em Santa Catarina são as mesmas de concorreram em São Paulo: Coan, Convida Alimentação, Milano e Nutriplus, além da Risotolândia, e com um valor muito maior. A USP, uma das maiores universidades deste país, fez um estudo mostrando que a merenda escolar feita por empresa privada custa muito mais caro do que a da administração direta. São milhões a mais!

Srs. deputados, olhem como foi feito o pregão eletrônico. As empresas reunidas num pregão presencial, deputado Edison Andrino - v.exa. foi prefeito e na época não havia pregão, mas na minha época como prefeito de Chapecó já havia - vão apresentando a melhor proposta. Na metade do pregão pedem para paralisar a reunião. Paralisa-se a licitação do pregão presencial eletrônico, as empresas se retiram e vão para uma sala secreta, onde se reúnem; voltam à sala e uma a uma vão desistindo de certos lotes, mas acertam quatro lotes para Santa Catarina, definem o preço e garantem a terceirização e a privatização da merenda escolar, num valor maior do que o dobro do que estava sendo pago até agora.

Mas o que está-me preocupando é que a engenharia das letras - e começo a me lembrar porque estive nesta Casa à época - foi aprendida em São Paulo. Na prefeitura de São Paulo começaram as letras. Primeiramente foi feito lá e da mesma forma foi feito cá! Agora, é a mesma coisa. As mesmas empresas, o mesmo pregão, a mesma desistência. Na hora do pregão saíram e reuniram-se e depois anunciaram quem ganharia os lotes...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, não deu tempo de oferecermos um aparte e por isso gostaríamos de fazer referência à manifestação de v.exa. no momento em que se fazia referência a um convite ao secretário da Educação para vir a esta Casa explicar aos srs. deputados a questão da terceirização da merenda escolar. É um assunto que nos interessa, e muito. Também temos origem no meio-oeste, vimos da mesma região, e pensamos que o secretário da Educação atenderá a essa convocação e dará as explicações que interessam a todos nós.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente. Quero corrigir uma informação que dei da tribuna há pouco, quando me referi ao título do Avai de campeão estadual. Afirmei que já são 14, mas, na verdade, são 15 títulos que o Avai conquistou, ao passo que o Figueirense, do qual v.exa. tanto gosta, também tem 15. Mas no ano que vem tem mais, e estamos confiantes de que vamos mais de uma vez ser campeões.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, o primeiro espaço pertence ao PMDB.

Com a palavra o deputado Edison Andrino, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados e deputadas, vou dividir o meu tempo com o deputado Antônio Aguiar, mas quero, primeiramente, cumprimentar todos os servidores do estado de Santa Catarina aqui presentes e dizer-lhes que essas quatro medidas provisórias - da Segurança, das SDRs e da Udesc - serão aprovadas sem emendas.

É claro que sabemos que as emendas feitas às outras medidas provisórias não tinham efeito legal, eram emendas que não tinham o objetivo concreto de resolver o problema. É bem verdade, e que se faça justiça nesta Casa, sr. presidente, que o governo do estado não encaminhou essas medidas da melhor maneira possível. Acho que o governo se atropelou na transição entre Luiz Henrique e Leonel Pavan e não fez justiça com a totalidade dos servidores do estado de Santa Catarina. Por outro lado, espero - e é bem verdade que durante esse processo eleitoral nada legal pode ser feito - que depois da eleição corrija-se retroativamente a injustiça que foi cometida com os funcionários que ficaram de fora das MPVs.

É bom que se diga também, srs. deputados, que as emendas aqui discutidas não tinham o objetivo de atender àqueles servidores que ficaram de fora, porque havia, no seu conteúdo, algumas ilegalidades de ordem constitucional, uma vez que não podemos - e é uma coisa lamentável, mas é da Constituição - propor emendas que gerem despesas. Havia também o problema da legislação eleitoral, que não permite, durante esse prazo, fazer emendas àquele tipo de medida provisória.

Espero que esta Casa aprove essas medidas provisórias hoje e aprove rapidamente as outras, meu líder, deputado Antônio Aguiar, que tramitam na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, assumindo todos nós o compromisso de, depois da eleição, rever as injustiças que praticamos com segmentos dos servidores que não foram contemplados com essas medidas provisórias.

(Palmas das galerias)

Quero também me referir ao meu time, o Avai, o Leão da Ilha de Santa Catarina, que foi campeão do estado. Os dois melhores times do estado de Santa Catarina, queiram ou não os meus companheiros de Joinville e de Criciúma, são os times de Florianópolis, o Avai e o Figueirense. Neste momento é o Avai e depois pode ser o Figueirense, mas os grandes times do estado de Santa Catarina são os da capital dos catarinenses. Inclusive, tive a oportunidade de ir ao estádio, e foi uma bela festa. O Joinville caiu de pé, caiu de uma maneira muito leal. Foi uma festa do futebol de Santa Catarina, que hoje já se compara ao melhor futebol do Brasil.

Queremos também, sr. presidente, fazer referência que ontem recebemos um telefonema da nossa companheira de Parlamento, a deputada Angela Albino, que muito nos honra com o seu trabalho, com a sua presença, com o seu dinamismo, com a sua energia, dando um tom diferente ao Legislativo de Santa Catarina. Conversamos sobre cultura, sobre a saída ou a demissão da nossa companheira Anita Pires, sobre o que me pronunciarei no próximo horário, quando poderei utilizar dez minutos.

Aproveito esse resto do tempo para falar um pouquinho sobre o que abordou o deputado Pedro Uczai, ou seja, a questão da Celesc e da Casan.

Eu não posso concordar, que me perdoem os companheiros de partido, com a distribuição de lucros da Casan para a sua diretoria e até para os funcionários, principalmente para a sua diretoria. Se há quem mereça ter recursos distribuídos são aqueles que pagam a taxa de esgoto sem ter acesso a esse serviço em Florianópolis. Há, inclusive, um déficit do serviço de esgoto no estado de Santa Catarina muito grande.

A Casan avançou e foi buscar recursos. Tudo bem! Mas distribuir quase R\$ 2 milhões para a diretoria da Casan?! Já foram distribuídos recursos no ano passado, se não me engano, e houve uma revolta por parte da população. Eu espero que o governador Leonel Pavan não permita isso. Que chame os diretores e diga: "Não! Calma. Nós temos muita região sem esgoto".

Eu tive o orgulho de fazer a primeira rede de esgoto com tratamento nesta cidade, que foi a rede de esgoto da Lagoa da Conceição, em 1987. Foi a primeira rede de tratamento de esgoto, que vai ser ampliada agora com recursos externos.

Não dá para distribuir lucros! Canasvieiras tem rede de esgoto, mas todo ano há placas naquela praia dizendo o seguinte: "Impróprio para banho". Então, vamos pegar esse lucro que seria distribuído para os conselheiros e para os diretores da Casan e vamos ver quais as necessidades, que são muitas. Vamos priorizar, na Ilha de Santa Catarina, no continente, as regiões mais pobres, onde o esgoto corre a céu aberto criando problemas de saúde à população. Vamos distribuir esse lucro fazendo esgoto nessa região. Os diretores da Casan já ganham bem, ganham muito bem! Não é possível! Se estívéssemos no patamar, no índice de atendimento de esgoto em Santa Catarina comparável aos melhores do mundo ou até do Brasil, tudo bem. Mas não, somos os piores no Brasil. Somos piores do que muitos estados, deputado Sargento Amauri Soares, mais atrasados, somos piores do que os estados do nordeste. E vamos distribuir o lucro da Casan com seus presidentes, com seus diretores? Não! Que me perdoem, deputada Ada De Luca, mas nós não vamos permitir isso.

Eu espero que o governador Leonel Pavan tenha o bom senso de chamar a direção da Casan e dizer: "Vamos escolher uma região mais necessitada de Santa Catarina, não precisa nem ser da Grande Florianópolis, e vamos aplicar esse lucro para o bem da população do estado."

E até me permito duvidar um pouco desse balanço da Casan. Que me perdoem os meus companheiros de partido. Será que deu tanto lucro a Casan, assim? É bom que vejamos com mais profundidade esse balanço da Casan, que gerou um lucro, se não me engano, de R\$ 25 milhões a R\$ 30 milhões.

A deputada Ada De Luca, mais bem informada, está-nos passando o valor: R\$ 38 milhões.

Eu espero que esse balancete seja averiguado com muita profundidade para saber se esse realmente é o lucro da Casan, porque temos muita reclamação da empresa. Eu moro em Florianópolis e sei que há muita reclamação. E ela é uma concessionária dos municípios! Quem sabe os municípios devam participar para saber se os lucros devem ou não ser divididos de uma maneira equânime, de uma maneira justa, entre todos os municípios nos quais a Casan presta serviço?!

Por isso, creio que não é hora de distribuir lucros da Casan, mas de fazer justiça a esse povo que não tem rede de esgoto. Que se utilizem esses recursos nos bairros mais necessitados de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Deputado, voltando um pouco ao passado, lembro-me de que durante anos sucessivos a Casan vinha dando prejuízo a ponto de ter mais de 300 títulos protestados em 2002, início de 2003. Por outro lado, cumprimento o nosso grande companheiro Walmor De Luca, pelo brilhante trabalho de recuperação de uma empresa que estava em estado falimentar, e que agora pôde, inclusive, contratar de um empréstimo, talvez o maior da história da Casan, que vai permitir a construção de quilômetros de rede de esgoto.

Eu espero que sejam contemplados outros municípios além daqueles que a imprensa informou. Mas eu também espero que o presidente Walmor De Luca tenha a sensibilidade não apenas para o momento, muito embora a lei das S.A. permita que se faça a distribuição dos lucros das empresas, até porque não há mais o que falar em prejuízo, hoje há lucro, felizmente, graças à atuação eficiente honesta, mas que entenda o momento e em vez de dividir esse lucro, como muito bem falou v.exa., entre os diretores e funcionários, faça-o entre a sociedade catarinense, atendendo a mais municípios.

De qualquer forma, quero deixar muito bem ressaltada a brilhante condução tanto do presidente Walmor De Luca quanto de toda a diretoria da Casan.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu agradeço o aparte de v.exa. e já vou encerrar, deputado Antônio Aguiar, para que v.exa. faça uso da palavra.

Mas só para completar, quero dizer o seguinte: é verdade que a Casan estava numa situação não muito boa ou numa situação horrorosa, quando o governador Luiz Henrique da Silveira assumiu o governo do estado. E sabem por quê? Porque a Casan era usada como instrumento político-eleitoral. E eu espero que não seja usada neste governo.

Nós temos uma eleição pela frente. E espero que a Casan fique fora do processo eleitoral. Esses recursos que estão vindo para a Casan devem ser aplicados de maneira técnica, justa, sem interferência do político-eleitoral. Que peguem esse lucro e devolvam-no. Se não quiserem distribuí-lo, devolvam-no para aqueles que pagam religiosamente pelo serviço de esgoto, mas que dele não usufruem no seu bairro, no seu município.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir

Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado ao PMDB, com a palavra o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, plateia que nos assiste, catarinenses, gostaria de convidar todos os catarinenses a participarem da Semana Estadual de Valorização da Vida, do dia 10 ao dia 15 de maio. Participem conosco, até porque tivemos um exemplo nesta Casa. Quem sabe se o nosso companheiro, o funcionário Valter Hones, tivesse procurado o Centro de Valorização da Vida, de Florianópolis, a tragédia não tivesse ocorrido.

Florianópolis tem o seu CVV, que é uma entidade que realmente se preocupa com o ser humano, com a pessoa, com todos nós. E essa ONG organizou uma agenda, de 10 a 15 de maio. Na segunda-feira, dia 10, às 19h, será a abertura oficial, nesta Casa, com a palestra do jornalista Luiz Carlos Prates. No dia 11 de maio, terça-feira, às 14h, teremos o painel Ação da Valorização da Vida. No dia 12 de maio, quarta-feira, teremos a distribuição de folhetos informativos; já no dia 13, quinta-feira, às 19h, teremos uma palestra com o dr. Luiz Alberto da Silveira, com o tema Sentido da Vida, no auditório da OAB, na avenida Beira-Mar Norte; no dia 14 de maio, sexta-feira, serão desenvolvidas ações sobre a valorização da vida. Enfim, como veem, trata-se de uma semana que mostra que o Centro de Valorização da Vida preocupa-se com você, catarinense.

O espaço que nos foi destinado hoje é muito curto, mas gostaríamos de contar aos catarinenses o que aconteceu na quinta-feira passada, no município de Canoinhas, que recebeu o pré-candidato ao governo do estado pelo PMDB, Eduardo Pinho Moreira e também os ex-governadores Luiz Henrique da Silveira e Paulo Afonso Vieira.

Na oportunidade, os correligionários do planalto norte fizeram um grande encontro do PMDB, para que os seus 44 anos de existência fossem lembrados, para que o seu passado, um passado de dificuldades, de combate à repressão, de luta pelas liberdades democráticas, fosse rememorado.

Hoje, vivemos dias diferentes, vivemos dias em que o futuro se aproxima, e na aproximação desse futuro mostramos que fazemos política de uma forma diferente, a política do nosso mestre maior, Ulysses Guimarães, que em sua grande pregação dizia que a política não se fazia com ódio, com a força do fígado, mas que a política era filha da consciência, irmã do caráter e hóspede do coração.

Façamos política com racionalidade, com amor, para que o povo catarinense escute a nossa mensagem, a mensagem de cada partido político!

Um grande abraço a todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do prefeito de Cerro Negro, sr. Janerson Delfes Furtado, conhecido como Teba, e também do vereador Sebastião Ribeiro, que

estão-nos visitando e acompanhando a sessão da tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Elizeu Mattos, e fica registrada a presença do prefeito e do vereador do município de Cerro Negro, como também do prefeito de Arabutã, sr. Jackson Luiz Patzlaff, e do diretor de Infraestrutura, Neudi Einswiler, daquele município.

Sejam bem-vindos a este Poder.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Giancarlo Tomelin, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, minhas senhoras e meus senhores, escutei atentamente o pronunciamento do deputado Antônio Aguiar, quando ele dizia que a política tem que ser algo feito com o coração. E nós, deputado Dieter Jansen, somos de uma nova geração de políticos e precisamos implementar uma nova forma de fazer política, que é de quem olha no olho e diz a verdade; não promete o que não pode cumprir; tem a coragem de dizer sim, mas também a coragem de dizer não. Porque ultimamente a classe política tem transformado o cidadão em seus anseios e aspirações sociais, tem transformado o cidadão em eleitor, para apenas captar dele o voto, e ao captá-lo poder manter suas estruturas de poder.

Por isso precisamos programar uma nova política, que é uma política de resultados. A população de Santa Catarina e do Brasil carece disso. A população do vale do Itajaí, que é onde faço política - represento os catarinenses, é verdade, mas minha base eleitoral é o vale do Itajaí - quer uma nova forma de fazer política. Senão, vejamos: o governo hoje instalado, o de Leonel Pavan, é um governo de consequência do governo de Luiz Henrique da Silveira. Mas quando assisto aos pré-candidatos - e o governador Leonel Pavan ainda não é pré-candidato ao governo de Santa Catarina - falarem sobre política, tentarem buscar as coligações, tentarem buscar os arranjos políticos, vejo que há uma busca de poder pelo poder e para o poder.

Qual é o norte, qual é a bandeira que sustenta as candidaturas a governador?

Se você olhar na história do nosso estado, o governo de Celso Ramos, por exemplo, tinha uma bandeira, que era o Plameg - Plano de Metas do Governo. Mas não precisamos ir tão distante. Recentemente, Wilson Kleinübing ganhou a eleição porque ia à televisão, olhava no olho do cidadão catarinense e dizia: "Eu vou governar Santa Catarina assim como a senhora governa a sua cozinha. Não vou gastar mais do que o estado arrecada, como a senhora não gasta mais do que o seu marido lhe dá para tocar a sua cozinha". Em 1994, o então candidato a governador Paulo Afonso, e não estou aqui entrando no mérito se o governo foi bom ou ruim, se o governador foi ruim ou não, dizia: "Vou ser o governador dos municípios". E assim ele ganhou a eleição. Em 1998, Esperidião Amin ganhou a eleição dizendo: "Vou tirar Santa Catarina do cartório". E realmente se tornou governador. Em 2002, Luiz Henrique da Silveira criou o modelo da descentralização em Santa Catarina e o povo perguntava o que era aquilo. Ele respondia: "É simples! Quanto menor o terreno, mais fácil é a roçada". Assim ele ganhou a eleição para governador.

Sr. presidente e srs. deputados, e agora, em 2010, o que Santa Catarina espera?

O que Santa Catarina quer do novo governador dos catarinenses? Qual é o mote? É a reivindicação justa de algumas classes que precisam ser valorizadas ou é um plano de governo para que o nosso estado possa voltar a ser um estado pujante, um estado que é exemplo para o Brasil?!

A minha região, por exemplo, que é a região do vale do Itajaí, que foi assolada por catástrofes, que foi machucada por tudo aquilo que aconteceu, que já foi a locomotiva do desenvolvimento catarinense, o que quer do governador? Ela quer um governador paliativo, que dê soluções temporárias ou quer soluções de médio e longo prazo?

O que queremos do próximo governo? Queremos um governador que nos transforme em eleitor apenas para manter o poder ou para fazer outros voltarem ao poder? O que nós queremos?

Eu sou de uma nova geração de políticos que quer a política de resultados, que quer a política voltada aos interesses e às aspirações sociais. A política não do tentar aprovar nesta Casa uma lei que pode ser inconstitucional, para impor ao governador um veto, para discutir de quem é o desgaste político. O desgaste é dos catarinenses que precisam cada vez mais de um governo austero que traga soluções; que solucione o gargalo, por exemplo - e volto ao meu vale do Itajaí - da BR-470, que nos inviabiliza; que traga soluções para a questão das enchentes, das catástrofes, talvez um canal extravasor, para que possamos ter uma segunda saída do rio Itajaí-Açu e não ficarmos à mercê, todos os dias, todas as semanas, de uma possível enchente que faz com que a insegurança reine naquela região.

Que governo nós queremos? Do ponto de vista nacional, temos uma convicção: o Brasil pode mais. Temos convicção de que do ponto de vista nacional já temos um pré-candidato, que vai devolver ao Brasil o seu *status* de país que pode crescer, que pode desenvolver-se e que pode mais, pode muito mais.

Em Santa Catarina, ainda precisamos conversar muito para encontrar um governador que possa dizer: Santa Catarina pode mais. Nesses últimos anos do governo de Luiz Henrique e Leonel Pavan é inegável que houve conquistas, houve projetos e houve desenvolvimento econômico nos quatro cantos do nosso estado. Ocorreram muitas coisas positivas, mas Santa Catarina pode mais.

Eu tenho convicção de que o nosso país pode mais e o nosso pré-candidato José Serra tem corrido este Brasil de ponta a ponta mostrando uma proposta de nação. Que bom que o atual governo instalado na República manteve a economia; que bom que o atual governo instalado na República soube entender o Bolsa Família, que foi criado no governo tucano; que bom que o atual governo instalado na República soube continuar a investir na agricultura, pois o primeiro superávit ocorreu no governo tucano; quem bom que o Brasil pode mais. Essa é a nossa convicção.

Todos os partidos do nosso estado precisam conversar, porque os catarinenses esperam de nós um governo de resultados. Santa Catarina não pode ficar para trás. Santa Catarina, com certeza, pode mais!

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Quero apenas fazer o registro da presença, nesta Casa, do ilustre prefeito Waldir Walker e do seu vice, do longínquo município de São Bernardino. O Waldir, dinâmico que é, veio a este Poder pedir mais recursos para ajudar aquele município a crescer e a se desenvolver.

Faço este registro com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Presidência também cumprimenta o prefeito de São Bernardino.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente e srs. deputados, comunidade catarinense, gostaria de registrar que no dia 3 de maio foi feriado municipal em Canoinhas porque é uma data comemorativa do referido município. Na ocasião foi homenageada Santa Cruz de Canoinhas com vários atos cívicos, religiosos, com a presença da comunidade, dos srs. vereadores e prefeitos da região. Enfim, foi uma grande festa em Canoinhas.

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Está feito o registro, deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Também quero registrar, com muita honra, sr. presidente, a presença, neste plenário, de três policiais civis de Mafra: Rosane, Madelon e Dolores, que representam aquela região. Elas vieram a este Parlamento fazer um convite aos srs. deputados para participarem do XXI Encontro da Mulher Policial Civil Catarinense e do VI Seminário de Trânsito, que serão realizados nos dias 25, 26 e 27 de junho, com uma programação extensa, inteligente e de grande proveito.

Por isso, quero registrar a presença dessas policiais que vêm de Mafra representar toda a região trazendo esse convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Está feito o registro, pelo deputado Reno Caramori, da presença das policiais de Mafra.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até nove minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sra. deputada Ada De Luca, srs. deputados, o deputado Dentinho, que muito nos honra retornando ao Parlamento catarinense, assomou à tribuna, na tarde desta terça-feira, para falar de um problema que a região norte do estado, principalmente o município de Joinville, vem sofrendo constantemente, que são os desastres climáticos ocasionados pela intensidade das chuvas que vêm assolando toda aquela região.

Nós, que residimos numa região que vem sofrendo, da mesma forma, há muito tempo com desastres naturais, que é a região do médio e alto vale de Itajaí, da foz do rio Itajaí, temos até *know-how* no tratamento dessas questões, mas ficamos muito surpreso, no ano de 2008, com os desastres naturais que ocorreram não somente naquelas regiões como em todo o estado de Santa Catarina, com

chuvas no planalto norte, no sul e no oeste, com estiagem e também com furações, coisa nunca vista.

Por isso é muito bom v.exa. retornar a esta Casa, deputado Dentinho, para fazer um belíssimo debate, um grande estudo, para podermos, inclusive, orientar as autoridades que têm recursos para investir nessa área, principalmente em planejamento.

Falo isso também, deputado, porque represento esta Casa no comitê da bacia do rio Itajaí-Açu há sete anos. E ontem, na cidade de Blumenau, através de um convênio firmado no ano passado entre o governo do estado e o Projeto Jica, que é um projeto japonês, tiveram início os estudos para achar a solução do problema. Há muito tempo, desde 1983, 1984, tinha-se a ideia de fazer um canal extravasor, e o deputado Giancarlo Tomelin aqui falou dessa ideia, mas ela já foi superada. O Projeto Jica foi todo modificado, todo alterado, em função da oitava dos técnicos daquela região. E ontem, na cidade de Blumenau, começaram a ser feitos os estudos técnicos.

É preciso que cesse de uma vez por todas aquele pavor, aquele temor, quando começa a chover! As pessoas ficam alarmadas, ficam preocupadas, diante de qualquer chuva, principalmente depois da catástrofe de 2008, pois não foram somente as chuvas, foram as enchentes, os deslizamentos. E para que isso não ocorra mais, tiveram início os estudos técnicos sobre as condições da bacia hidrográfica do rio Itajaí-Açu, pela Agência de Cooperação Internacional do Japão, Projeto Jica, a fim de levantar as causas das enchentes, dos deslizamentos de terra e de propor, definitivamente, deputado Dentinho, as soluções que há muito tempo queremos e precisamos. Ontem, portanto, foi montada a estrutura no município de Blumenau.

Tenho certeza de que não precisamos montar mais um órgão de governo para tratar da questão, deputado Pedro Uczai, das barragens de Taió, de José Boiteux e de Ituporanga. Não queremos mais isso, queremos um projeto definitivo, e esse projeto definitivo já foi deliberado entre o governo do estado e a Agência de Cooperação Internacional do Japão. Por isso estamos acreditando que o problema será solucionado.

Além disso, sr. presidente e srs. parlamentares, não poderia deixar de ressaltar as palavras do deputado Edison Andrino, que reconheceu que este governo cometeu erros, senhoras e senhores presentes à sessão ordinária da Assembleia Legislativa neste momento. Trata-se de um governo atrapalhado, vamos dizer assim, muito atrapalhado. Por quê? Porque há sete anos vimos a esta tribuna, nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, para dizer ao governo que era necessária a implementação de uma política salarial e não de gratificações e abonos, uma política de desse, sim, aumento de salário para todos os funcionários públicos.

Em nenhum momento a bancada do Partido dos Trabalhadores se opôs a esse debate nesta Casa, mas o governo, infelizmente, como bem mencionou aqui o deputado Edison Andrino, manteve a política de gratificações de forma fragmentada, na qual uns ganham, como disse o deputado Onofre Santo Agostini, uma laranja, outros ganham um gomo da laranja e outros ficam apenas com as cascas da laranja. Não é dessa forma!

O serviço público do estado de Santa Catarina é um serviço de excelência em todas as áreas: Educação, Saúde, Assistência Social, Agricultura, mas o governo conseguiu dividir a

categoria ao dar aumento de forma fragmentada. O que é isso?!

Agora o governo quer colocar a culpa neste Parlamento, que fez emendas às MPVs! As emendas se destinavam a aprimorar as matérias! Ele retirou as MPVs n.s 0174 e 0178, da área da Saúde, dizendo que não poderia bancar! Ele poderia muito bem não acatar as emendas e dar, sim, o aumento para as outras categorias!

Por isso, senhoras e senhores, hoje de manhã estivemos na comissão de Saúde e aprovamos, com urgência, um requerimento pedindo que seja realizada uma audiência pública com o governador do estado, com o secretário da Fazenda e com o secretário da Saúde, para abrir, sim, um canal de negociação. Amanhã acontecerá a assembleia da categoria, e se ocorrer uma greve na Saúde do estado de Santa Catarina a responsabilidade será, exclusivamente, do governador do estado. Foi ele quem criou esse tipo de disputa, infelizmente, com toda a categoria dos servidores públicos.

É chegada a hora de o governador negociar com a categoria, sim! É chegada a hora de ouvir os representantes dos funcionários da Saúde do estado de Santa Catarina, sim!

Hoje, sr. presidente e srs. parlamentares, recebemos, neste plenário, os servidores públicos da Fundação Catarinense de Educação Especial, da Fundação de Turismo, Cultura e Esportes e das secretarias da Educação, da Assistência Social, da Agricultura, do Planejamento, da Articulação e da Comunicação. Todos vieram reivindicar a aprovação da Medida Provisória n. 0173/2010.

Quero também ressaltar que somos favorável, com ou sem emendas, a todas as MPVs que dão gratificação e aumento para os servidores públicos. Mas gostaria de dizer a todos vocês que ela não vem para o plenário hoje. Não sei quem falou isso. Ela está na comissão de Finanças, vai ser apreciada na manhã de quarta-feira, para que possa vir para o plenário e receber a deliberação dos deputados. Espero, porém, que o governador não retire novamente, como aconteceu na semana passada, a Medida Provisória n. 0173/2010, que vai beneficiar os servidores dessas categorias.

Gostaria de dizer ainda que o Partido dos Trabalhadores, neste Parlamento, sempre esteve ao lado dos servidores públicos do estado de Santa Catarina, denunciando a forma irregular como o governo estadual tratou as questões relacionadas aos seus servidores. Não só as questões salariais, mas as condições de trabalho, principalmente na área da Educação.

Então, senhoras e senhores, sejam muito bem-vindos a este Parlamento! Fico muito feliz, sr. presidente, quando essas galerias estão cheias, pois assim as pessoas podem verificar o que é votado aqui, ouvir os pronunciamentos e saber de que lado os parlamentares estão, e não somente em época eleitoral, quando beneficiam alguns e não beneficiam outros, porque precisamos de todos os servidores das áreas da saúde, educação, assistência, cultura e comunicação. Por isso, deputado Elizeu Mattos, vamos fazer sempre o bom debate.

Sr. presidente, para finalizar, quero dizer que gostaria de ter discutido hoje não somente gratificação, mas aumento real de salário, pois é isso que os servidores merecem!

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopesla) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputadas, servidores e servidoras públicas aqui presentes, demais pessoas que nos acompanham na sessão nesta tarde, deputado Dentinho, os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, assim como a base da Polícia Civil, continuam esperando a escala vertical de salários que Luiz Henrique prometeu tanto e não cumpriu. Está aumentando a discriminação salarial. Portanto, os praças continuam esperando justiça salarial e anistia porque, além de não cumprir a Lei n. 254 que v.exa. ajudou a aprovar em 2003, Luiz Henrique mandou punir exemplarmente quem se manifestou cobrando que ele cumprisse a lei. E 21 já foram expulsos da Polícia Militar; Luiz Henrique já foi embora, mas até agora estamos esperando uma possível negociação com o governador atual para tentarmos resolver esse trauma. E os praças continuam esperando que o plano de carreira, também aprovado na outra legislatura, seja efetivamente cumprido e que se realizem os cursos de cabo, de sargento e por aí fora, para fazer funcionar uma lei, para fazer existir uma mobilidade funcional dentro das instituições militares do estado.

Então, essa é a situação, mas conversaremos mais a respeito para passar para v.exa. a nova conjuntura, porque vamos precisar continuar marchando juntos neste Parlamento para tentar superar esses problemas. E esse é o grande desafio e a necessidade dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, da base da Polícia Civil e do sistema prisional também.

Ainda sobre Palhoça, cidade que nos concedeu o título de cidadão honorário - e falou-se aqui em Casan -, quero falar das águas de Palhoça.

O prefeito de Palhoça municipalizou e privatizou o sistema de tratamento de água e esgoto e o Ministério Público Estadual, dois anos depois apenas, está fazendo um inquérito civil público com uma série de interrogações àquele prefeito, pois há perguntas que precisam ser respondidas porque são apontadas inúmeras irregularidades na gestão da água e do saneamento básico naquela cidade.

Sobre o pedágio em Palhoça, quero dizer que o prefeito Ronério Heiderscheidt tem dado entrevistas. E ouvi, hoje pela manhã, que ele sancionou, ontem, uma lei municipal para isentar os moradores do sul de Palhoça do pagamento do pedágio. Ele, hoje, iria conversar com a empresa, o consórcio privado empreitado, alugado do monopólio espanhol, OHL, sobre esse projeto de lei e essa nova lei do município de Palhoça para ver se a empresa aceita cumprir a lei municipal. Mas já está dizendo para a população do sul de Palhoça fazer o cadastro pelo período de um mês para que fique isenta do pagamento do pedágio. E a praça de pedágio está lá como o muro da vergonha, dividindo Palhoça em duas partes: o sul e o norte.

Deputado Pedro Uczai, v.exa., assim como o deputado Joares Ponticelli, tem falado aqui da merenda escolar. E quero dizer que recebi um telefonema de Luiz Alberto, um policial militar da reserva e presidente da APP do colégio de Santa Terezinha do Progresso, reclamando que as crianças estão tristes porque a merenda não alimenta.

A merenda fornecida antes era

organizada pela APP com produtos fornecidos *in natura* pelos agricultores familiares de Santa Terezinha do Progresso e agora ela é fornecida por uma empresa de São Paulo, que traz produtos industrializados. É feita uma fila para as crianças tomarem a merenda, sendo que é fornecida uma dose de ração - e é uma ração mesmo, essa é a palavra - contadinha, e a escola paga três vezes mais do que pagava anteriormente. Ou seja, o agricultor familiar deixou de fornecer a merenda e os alunos sentem fome porque saem de casa às 5h e vão tomá-la às 10h. E ela não alimenta porque é feita com produto industrializado lá de São Paulo.

O agricultor ficou abandonado. Antes, deputado Reno Caramori, a média por alimentação para cada estudante era de R\$ 1,00 e agora é R\$ 2,88 para as crianças passarem fome. Esse é um absurdo que precisa ser revisto no estado de Santa Catarina!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que nos acompanham pela TV Assembleia e pela Rádio AleSC Digital, servidores que participam da nossa sessão e reivindicam, com muita justiça, os seus direitos a este governo que os enganam há tanto tempo. E esperamos que amanhã esta Casa dê a resposta que vocês aguardam!

Tenho vários assuntos para abordar na sessão de hoje. Ainda bem que estamos tendo duas sessões por dia para ganhar mais tempo de tribuna, deputada Angela Albino, porque é tanta barbaridade, como diria o ex-deputado Nelson Goetten, que está acontecendo neste governo que precisamos até de sessão ao meio-dia e no final da tarde.

Hoje não poderia trazer outro assunto se não esse que estremeceu a sociedade catarinense ontem, quando da divulgação da distribuição de lucros da Casan, anunciada pelo seu presidente.

A Casan e os servidores que aqui estão sabem que ela tem uma dívida histórica com Santa Catarina. Somos, vergonhosamente, o segundo pior estado em saneamento no Brasil, por conta de sucessivos erros.

Temos um quadro de servidores que merecem o nosso respeito, que são dedicados, que são defensores da empresa pública, que são contra os desmandos que lá acontecem, e que estão, certamente, dando explicações, hoje, sem ter o que fazer por conta dessa notícia que envergonha Santa Catarina. Por isso, deputado Antônio Ceron, a reação de tantas entidades. E há pouco falava com o presidente do Sinduscon, que manifestava o seu inconformismo, assim como tantas outras entidades. Por isso a repercussão tão grande em Santa Catarina.

No ano passado já foi uma indecência a distribuição, deputado Moacir Sopelsa, de R\$ 52 mil para cada diretor da Casan, por conta dos tais lucros, e R\$ 104 mil para o presidente. Neste ano o que se anuncia é o pagamento de R\$ 900,00 para os servidores na modalidade de vale alimentação e, pasmem, R\$ 100 mil para cada diretor. E

para o presidente, como recebe duas vezes, R\$ 200 mil. É uma vergonha, uma indecência, uma empresa que tem a dívida social que ela tem fazer essa distribuição! E eles não ficam nem vermelhos ao conceder uma entrevista.

O Yuri acabou de me entrevistar e disse que o presidente teve a coragem de dizer que é moral fazer essa distribuição para, pasmem, 14 diretores.

No governo de Esperidião Amin, que eles tanto criticam, a empresa tinha quatro diretorias, agora tem 14. E quantas prefeituras ela perdeu ao longo desse tempo?! Aumentou de quatro para 14 diretorias e perdeu as grandes prefeituras, as que davam maior rentabilidade para a empresa, por falta de uma política de abastecimento e saneamento.

Agora, pasmem, sras. deputadas e srs. deputados, o que descobrimos no Diário Oficial do dia 24 de fevereiro derruba qualquer tentativa de explicação que o presidente da Casan der daqui por diante. Vejam o que diz o Diário Oficial n. 18.794, de 24 de fevereiro de 2010, na página 81.

(Passa a ler.)

*RESOLUÇÃO n. 001, DE 22 DE JANEIRO DE 2010

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN, no uso de suas atribuições estatutárias, cumprindo a deliberação constante da Ata n. 259, da reunião realizada em 22 de janeiro de 2010, e considerando:

a) A previsão do Fluxo de Caixa da Casan demonstra que teremos, ao longo do primeiro semestre de 2010, dificuldades financeiras para honrar diversos compromissos com fornecedores, Prefeituras, impostos e outros encargos, além do cumprimento das contrapartidas exigidas para diversas obras em andamento (PAC-I e II e fluxo de caixa para cobertura do repasse dos financiamentos)*; [...][sic]

Por isso autoriza a contratação de R\$ 50 milhões de empréstimo para colocar no fluxo de caixa da empresa.

Deputados Gelson Merísio e Edison Andriño, a Casan está contratando de empréstimo R\$ 50 milhões para fluxo de caixa e, por outro lado, anunciando lucro de R\$ 32 milhões para dividir com o sr. Walmor De Luca e os seus apaniguados, só diretor politicamente indicado, inclusive o ex-prefeito de Imbitiba, que foi rejeitado no Conselho de Administração da Cellesc e abrigado no Conselho de Administração da Casan. E já começou a campanha eleitoral dele. Já tem candidata!

É uma vergonha! Nós temos que reagir, deputado Edison Andriño! Não é possível calar diante disso! Por isso que há entidades, hoje, como o Sinduscon, manifestando-se. Temos que conter essa sangria! Isso é roubo! Não me venham dizer que há amparo legal. Isso é apropriação indébita, isso é dinheiro público! A Casan deve esgotar para 85% dos municípios. Que lucro tem uma empresa dessas que faz um pedido de R\$ 50 milhões de empréstimo para um empréstimo que já era de R\$ 100 milhões e vai passar para R\$ 175 milhões num tal de banco Prosper? Cento e setenta e cinco milhões é aditivando o empréstimo! Imaginem o tamanho dos juros que estão pagando, se vai passar de R\$ 100 milhões para R\$ 175 milhões para pegar mais R\$ 50 milhões para colocar no fluxo de caixa e distribuir para 14 diretores que estão lá distribuindo santinho sem nenhuma qualificação técnica! Isso é uma indecência, uma imoralidade!

Quero dizer que essa nossa indignação não fica só na tribuna, não. A nossa bancada e o nosso partido estão ingressando com uma petição junto ao Ministério Público ainda hoje pedindo a imediata propositura de uma ação civil pública para coibir essa indecência. Isso é imoral e vergonhoso, deputado Sargento Amauri Soares, e não podemos calar diante disso! Este governo perdeu a cabeça completamente! Este governo está sem rumo! Este governo virou uma torre de Babel generalizada! É merenda escolar sendo negociada de R\$ 69 milhões por ano para R\$ 210 milhões; é a Casan pedindo empréstimo de R\$ 50 milhões para colocar no fluxo de caixa e distribuindo R\$ 32 milhões para 14 diretores cabos eleitorais, deputado Dirceu Dresch! Não dá mais para calar diante disso! E vemos prefeituras indo embora por conta disso.

Diante dessa realidade, srs. deputados, eu acho que temos abrir imediatamente a CPI da Casan, que já teve dinheiro no lixo, que tem essa distribuição, que tem empréstimo. Acho que temos que começar a conversar para, rapidamente, colher as assinaturas e abrir uma CPI para investigar, apurar e levantar esse tapete da Casan, porque me parece que há muita coisa escondida e muita história mal contada naquela empresa. Acho que essa administração precisa ser chamada, através de uma CPI, a esta Casa para dar explicações.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados aos Democratas.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAl e ouvintes da Rádio AleSC Digital, inicialmente, quero saudar o meu amigo e irmão, o vereador Roberto Bioni, de Joinville, que está aqui com a sua esposa Luzia. Sejam bem-vindos!

Rapidamente, sr. presidente, desejo falar sobre três ou quatro assuntos.

Em primeiro lugar, quero convidar todos, sobretudo a comunidade do norte de Santa Catarina e do vale do Itapocu, para participarem de audiência pública que a comissão de Finanças irá realizar na quinta-feira, às 19h, no bairro Rainha, próximo ao Sinuelo, na igreja católica daquela comunidade, ocasião em que contaremos com a participação de autoridades e de lideranças da SC Parcerias, a fim de discutirmos o importante projeto do Complexo Intermodal Catarinense, fundamental para o desenvolvimento econômico do norte, do vale e, sobretudo, de Santa Catarina e do sul do Brasil.

Quero também, sr. presidente, rapidamente, fazer menção a uma matéria que foi estampada no jornal *A Notícia* de hoje. O prefeito de Joinville, Carlito Merss, esteve em Brasília, juntamente com o empresário Udo Döhler, em audiência no ministério da Defesa e lá recebeu do ministro a confirmação - que foi comemorada não sei por que motivo - de que o ministério da Defesa vai implantar o ILS, instrumento que facilita o pouso de aeronaves em condições de mau tempo, em 18 meses, deputado Pedro Uczai.

Sou Oposição ao Partido dos Trabalhadores, mas reconheço que Lula é um grande presidente e que o Brasil está de parabéns pela inclusão do seu nome na lista dos homens mais influentes do planeta. Agora,

vai passar o governo Lula e o governo federal vai ficar devendo para Joinville e para o norte, porque não lançou o edital da BR-280 e não adquiriu equipamento para dar condições ao nosso aeroporto de operar com tranquilidade e racionalidade.

Deixo aqui declarada a minha posição contrária e essa atitude do governo federal.

Sr. presidente, quero aplaudir veementemente a atitude da deputada Professora Odete de Jesus, presidente da comissão de Saúde, que na reunião pela manhã apresentou um requerimento para que o governo do estado abra um canal de negociação, através das secretarias da Saúde, da Fazenda e da Administração, para discutir com os servidores da Saúde como vai ficar a sua situação: ou o aumento ou a reestruturação salarial. O governo do estado está devendo uma posição aos servidores da Saúde de Santa Catarina.

Sr. presidente, desejo também fazer menção à Tupy, a maior fundição da América latina, que comemorou 53 anos no final de semana e cuja entidade recreativa atende a toda a nossa comunidade - e o deputado Kennedy Nunes conhece bem. A professora Sandra Guedes lançou um livro falando sobre a existência dessa entidade fundamental para o entretenimento, para o lazer, dos trabalhadores daquela cidade do norte de Santa Catarina.

Quero também elogiar a participação vitoriosa das equipes da Tupy que participaram dos Jogos do Sesi, na última semana, na cidade de Bento Gonçalves.

Sr. presidente, quero também deixar registrada a minha posição com relação à Casan, fazendo, srs. deputados, duas observações.

Primeiramente, deputado Kennedy Nunes, é inegável que o presidente Walmor De Luca, nestes sete anos de gestão, fez com a sua equipe uma grande gestão na Casan. Ele saneou aquela empresa, deu vida a ela, pois quando assumiu havia centenas de títulos protestados na praça.

Então, quero fazer de público o reconhecimento ao excepcional trabalho do presidente Walmor De Luca, um trabalho duro, competente, muitas vezes intransigente, mas que deu uma nova cara à empresa de saneamento de Santa Catarina.

Entretanto, faço um apelo também ao presidente Walmor De Luca e à diretoria para que revejam essa posição quanto à distribuição de lucros. Eu acho que é descabida, não é pertinente, não é adequada. Não é hora para isso, deputado Antônio Aguiar, e esses recursos poderiam ser dirigidos aos municípios carentes deste estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero apenas requerer o registro da presença do magnífico reitor da Udesc, professor Sebastião Melo, que se encontra nas galerias desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está feito o registro.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0352/2010, de procedência do Tribunal de Contas do Estado.

A Mesa Diretora apresentou parecer pelo arquivamento do Projeto de Resolução n. 0012/2010, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin.

O sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, quero levantar uma questão, ou seja, vamos entrar com recurso para rever a posição da Mesa, pois não entendemos por que pedir o arquivamento e não debater em plenário.

Todos os deputados dizem que a Assembleia Legislativa é a Casa do Povo. Pois bem, este deputado apresentou um projeto de resolução justamente para mudar o nome do Palácio Barriga-Verde para Casa do Povo, porque é uma nova forma de fazer política, acabando com essa história de palácio. Não estamos num palácio, estamos na Casa do Povo. Trata-se, sr. presidente, de conceito, de questão conceitual e não formal.

Por isso, sr. presidente, peço que v.exa. acolha o nosso recurso, para que possamos discutir e os deputados que forem a favor da manutenção do nome Palácio Barriga-Verde que venham a esta tribuna e digam que querem continuar trabalhando num palácio, ajudando a manter os minipalacetes que tanto resistem dentro dos governos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Eu quero esclarecer, deputado Giancarlo Tomelin, que houve uma decisão da Mesa, que está sendo comunicada ao Plenário. Como qualquer outra decisão, esta também é passível de ser alvo de recurso ao Plenário. V.Exa. terá que encaminhar, por escrito, um recurso ao Plenário, atendendo ao disposto no Regimento Interno, que será colocado à deliberação dos srs. deputados. A matéria não está em discussão, ela só será discutida após a apresentação do recurso.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, pedimos aos srs. deputados que estão nos gabinetes que venham ao plenário para exercerem seu direito de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Reforçando o apelo do deputado Antônio Aguiar, esta Presidência solicita aos srs. deputados que estejam nos seus gabinetes que compareçam ao plenário para que possamos deliberar.

Discussão e votação em turno único do projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0166/2010, que fixa o valor referencial de vencimento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de fazer um pequeno registro com relação à Medida Provisória n. 0166/2010, que fixa o valor referencial de vencimento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc.

Quero parabenizar os dirigentes da Udesc, aqui representados pelo reitor Sebastião Iberes, e dizer que não tenho nenhuma relação mais longa e mais política, se alguém pode imaginar assim, com o reitor. Eu o conheci há pouco mais de um ano, na posse da diretoria da faculdade de Educação da Udesc e temos conversado algumas vezes aqui. Ele tem ido sempre ao nosso gabinete falar dos projetos de interesse da Udesc, quando necessário.

Quero parabenizar o reitor Sebastião Iberes pela forma como conduziu a questão da política salarial de forma justa, nesse momento específico, com os trabalhadores, professores e servidores da Universidade do Estado de Santa Catarina. Por certo todos os professores e demais trabalhadores da Udesc gostariam de receber um incremento salarial melhor. É justa e legítima essa demanda, no entanto todos receberam dentro daquilo que o estado possibilitou à Udesc.

Faço esse registro parabenizando os dirigentes, as pessoas e todos os setores da Udesc que debateram essa política salarial.

Nós, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil e do sistema prisional, gostaríamos muito que a política salarial fosse discutida também dessa forma tranquila, justa e proporcionalmente igual. Quem tem mais direito recebe mais, quem tem o seu direito também recebe sem discriminação. Esse é o miolo dessa política salarial que faz justiça e não aprofunda a injustiça.

Professor Sebastião Iberes, quero parabenizá-lo por essa política que desenvolveu na Udesc. Nós queríamos que todos os coronéis pensassem dessa forma na hora de discutir o salário dos servidores da Segurança Pública. Infelizmente essa não é a realidade. Nos próximos dias vamos ver uma correria e mais uma medida provisória tratando de salários da Segurança Pública, nas instituições militares, na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros, justamente porque lá a cúpula acha que se a farinha é pouca, meu feijão primeiro. E aí, infelizmente, a maioria fica com o sentimento de frustração, de ultraje e de indignação, o que piora as relações internas e, inclusive, o serviço público que precisamos prestar à população.

Nossa posição é favorável à aprovação da Medida Provisória n. 0166/2010 e fica o nosso registro parabenizando o reitor da Udesc, Sebastião Iberes, todos os dirigentes, todas as pessoas da instituição que participaram do debate para a construção dessa política salarial para todos os servidores, professores e técnicos administrativos da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, serei breve até porque já manifestei a minha posição na comissão de Constituição e Justiça, que é a comissão de mérito. Na primeira hora apresentamos emenda a essa medida provisória. No mérito, somos favorável e, mais do que isso, queremos, inclusive,

elogiar a forma, o jeito com que foi construída a medida provisória pelos dirigentes da Udesc. A autonomia pedagógica e financeira da Udesc permitiu que essa instituição construísse uma política universal, possibilitando um tratamento igualitário, isonômico aos seus servidores.

Por isso torcemos para a Udesc expandir-se e fortalecer-se. Tive também a oportunidade de, como deputado, no art. 171 da Constituição do Estado, incluir uma emenda que anualmente destina mais cursos para a Udesc. Então, vamos votar a favor.

Não se trata de apresentar ou não apresentar emendas. Estamos aqui como bancada de oposição e com relação a essa medida provisória, vamos votar favoravelmente no mérito, com muita legitimidade.

Por isso, colocamos à direção da Udesc também o nosso reconhecimento.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Da mesma forma, o PCdoB vem parabenizar a Udesc na pessoa do magnífico reitor Sebastião Melo e também de todos os pró-reitores, como o professor Tomasi, o professor Paulino de Jesus, que têm levado o nome da Udesc com muita honra e tradição, uma entidade indutora e copartícipe do desenvolvimento de Santa Catarina, porque construiu um estado com a qualidade de vida que temos até hoje. Portanto, quero dizer que o PC do B vota favoravelmente ao projeto.

Quero reportar-me ao deputado Elizeu Mattos, que tanto sofreu nos últimos dias por ser líder do governo, e congratular-me com s.exa. e com o seu governo publicamente, porque hoje vem ao plenário para aprovar esse projeto por unanimidade.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Por delegação do nosso líder, deputado Cesar Souza Júnior, informo que a bancada do Democratas vai votar favoravelmente a essa medida provisória. Aliás, sr. presidente, por delegação do líder de bancada, informo ainda que vamos votar a favor de todas as medidas provisórias, mas não votaremos a favor da emenda de ninguém. Vamos aprovar a medida provisória como veio do governo. Essa é a deliberação da bancada, esse é o encaminhamento do Democratas.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero reforçar e também lamentar algo.

O reforço é que vamos votar a favor da medida provisória do reajuste salarial da Udesc e o lamento se refere ao fato de que para os demais órgãos do governo não veio a mesma proposta de reajuste salarial, o que causou tanto transtorno para esta Casa, bem como para os trabalhadores catarinenses.

Então, seria muito bom se tivessem vindo para a Casa todas as medidas provisórias com reajuste linear para todos os trabalhadores catarinenses, para não haver essa confusão que o ex-governador Luiz Henrique e o governador Leonel Pavan criaram nos últimos dias.

Obrigado, presidente.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, faço o encaminhamento de votação pela bancada do PSDB, por delegação do deputado Serafim Venzon.

Quero, como egresso que sou da Udesc, parabenizar o reitor, a universidade e o governo de Luiz Henrique e Leonel Pavan. Vários deputados se pronunciaram, mas ninguém registrou que a Udesc, neste governo, duplicou de tamanho, passou de 19 para 43 cursos. No ano passado a reposição foi de 12% e neste ano, de 7%, o que perfaz 19%.

Então, quero parabenizar a Udesc porque o projeto é meritório. Estudei na Esag e sei do trabalho da universidade, da importância que tem como fonte geradora de conhecimento, de desenvolvimento econômico e como indutora do desenvolvimento. Portanto, a bancada do PSDB encaminha favoravelmente, parabeniza o governo de Luiz Henrique e Leonel Pavan e agradece aos deputados de todas as bancadas por encaminharem o voto "sim".

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Queremos saudar a presença do reitor da Udesc e dizer que a bancada do PMDB vota "sim".

O PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0168/2010, de procedência da comissão de Finanças e Tributação, que institui a gratificação de representação de agente da autoridade policial e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Vamos registrar o voto favorável da bancada. São R\$ 250,00 para a base da Polícia Civil. Todos os policiais civis que não sejam

delegados irão receber R\$ 250,00 como compensação pelos R\$ 2 mil que os delegados receberam no ano passado. É uma migalha, uma miséria para a base da Polícia Civil, mas de qualquer forma são R\$ 250,00 e nós vamos votar favoravelmente.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ronaldo Benedet, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de encaminhar, em nome do líder da bancada do PMDB, o voto pela aprovação da Medida Provisória n. 0168/2010, que será convertida em lei. Trata-se do que já havíamos no ano passado, como secretário de Segurança, encaminhado junto à base da Polícia Civil, à época em que os delegados receberam a única recomposição que tiveram no ano, no valor de R\$ 2 mil, e durante todo o mandato.

Agora o governo está compensando a base da Polícia Civil, os policiais civis, os agentes de polícia e os escrivães de polícia. No ano passado a categoria concordou com esse valor e por isso, hoje, nas galerias, o pessoal está sem fazer qualquer manifestação contrária, ou seja, está apoiando.

Então, o nosso encaminhamento é no sentido da aprovação dessa medida provisória.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - A bancada do Partido Progressista, objetivando fazer justiça, vota favorável à medida provisória, mesmo sabendo que está aquém do que a categoria merece receber, mas é um paliativo, é um alento.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valdir Cobalchini, para declaração de voto, uma vez que já foi encaminhada a votação pelo deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, que apenas complementar as palavras do ex-secretário, deputado Ronaldo Benedet.

No ano passado, a Polícia Civil recebeu um grande presente desta Casa, que foi o plano de carreira, que era uma ambição, um sonho de muitos anos de todos os policiais civis. Além disso, deputado Ronaldo Benedet, receberam um abono de R\$ 300,00 e agora receberão outro abono de R\$ 250,00.

Eu quero lembrar o desafio que fiz ao deputado Joares Ponticelli, grande líder nesta Casa, com relação aos números do governo atual e do governo anterior, especificamente no que tange à Segurança Pública, deputado Ronaldo Benedet. Tão logo apreciemos essas medidas, vamos trazer os números de admissão do efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil, principalmente agentes prisionais, além do Corpo de Bombeiros. Com relação aos vencimentos, vamos mostrar os números de janeiro de 2003 e de 4 de maio de 2010, comparando-os.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Souza Júnior, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, em nome da bancada do Democratas, gostaríamos de encaminhar o voto favorável à criação da gratificação de representação de autoridade policial, para valorizar o trabalho da autoridade policial da Polícia Civil catarinense, que ainda tem um longo caminho a percorrer na valorização da sua atividade, da sua profissão. Neste primeiro momento, é um bom caminho. Dessa maneira, a bancada encaminha o voto favorável à instituição dessa gratificação.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, quero apenas para responder, já que fui citado e o deputado Reno Caramori já fez o encaminhamento de votação, ao deputado Valdir Cobalchini, que é o grande responsável por tantas desavenças entre servidores neste Parlamento, com essas medidas provisórias injustas - e dentre as medidas encaminhadas muitas têm a lavra dele como secretário - que esperamos ansiosamente o debate. Ansiosamente! Mas é bom fazer isso num campo de futebol com os servidores junto para mostrar o contracheque, porque no dia em que fizemos a provocação aqui, vários servidores vieram na porta, deputado Pedro Uczai, mostrar o contracheque. É bom fazer isso também com relação à segurança, é bom responder para a imprensa os 400 mil boletins de ocorrência, do ano passado, sem resposta. É a imprensa que está dizendo isso, não foi nenhum linguarudo da Oposição. É bom responder isso. Acho que foi o Moacir Pereira, numa matéria do *Diário Catarinense* de ontem, que só vamos repercutir amanhã, até porque estamos ingressando com uma representação no Ministério Público também pedindo a propositura de uma ação civil pública com relação a isso.

Então, quanto ao debate, deputado Valdir Cobalchini, aguardamos ansiosamente, até porque, tirando os comissionados, entre os servidores não sei se há alguém feliz.

Recebo muita informação de gente se dizendo injustiçada, maltratada, basta ver a situação do vale-alimentação. Infelizmente, o servidor está na miséria, eis que ao longo desses sete anos não recebeu nada dessa política maléfica de abono. Abono salarial nunca foi política decente. Os planos de cargos e salários foram desmontados.

Então, proponho que o debate possa ser no campo da Ressacada, do glorioso Avai, bicampeão catarinense. Topamos ir lá com a presença dos servidores que farão coro à nossa discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Nós temos feito aqui, ao longo de semanas, fortes críticas à forma como o governo conduziu essas medidas provisórias, instituindo gratificações, sem uma política clara para os servidores. Se houve plano de cargos e salários, se houve plano de carreira, a pergunta é: por que no

plano de cargos e salários não foram contemplados os servidores da Segurança Pública, não em forma de gratificação, mas em forma de salário? Há muitos anos discutimos planos de cargos e salários e no final da transição de governo vem com medida provisória instituindo gratificações?

De qualquer maneira, vamos votar favoravelmente, porque imaginamos que menos de R\$ 250,00 não há condição de os servidores receberem. A bancada vai votar a favor, mas nós, por questão de coerência, fazemos esses questionamentos, até porque a última prestação vai ser paga em 2011: referente ao salário de dezembro, mas pago no começo de janeiro de 2011. Então, o novo governador ou governadora é quem vai pagar a última gratificação dos servidores da Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0175/2010, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que institui o plano de carreira e vencimentos do Grupo Segurança Pública - Perícia Oficial - e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Srs. deputados, a discussão nesta Casa é: é constitucional ou não; é legal ou não é legal, mas olhem o que vamos votar agora, deputado Romildo Titon. Vamos votar uma medida provisória que institui um plano de cargos e salários! Em toda a história das votações neste Parlamento, acho que é a primeira vez que vamos instituir um plano de carreira através de medida provisória.

Vamos votar favorável, porque há uma perspectiva de futuro, no sentido de que esses servidores já têm, pelo menos, um horizonte. Agora, é uma decisão política votar esse plano de carreira, mas não é uma decisão legal, porque se fosse ao pé da letra, teríamos dificuldade de aprovar essa medida provisória.

Portanto, pela decisão política, pelo mérito da medida provisória, encaminhamos o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0177/2010, de origem da comissão de Finanças e Tributação, que institui gratificação de gestão de desenvolvimento regional e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0088/2010, de autoria do governador do estado, que aprova alteração da programação físico-financeira do Plano Plurianual 2008/2011.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Esta Presidência comunica que será enviada ao destinatário a Indicação n. 0234/2010, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s: 0551/2010, 0552/2010, 0553/2010, 0554/2010, de autoria do deputado Reno Caramori; 0555/2010, 0556/2010, 0557/2010, 0558/2010, 0559/2010, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 0560/2010, de autoria da deputada Ada De Luca; 0561/2010, 0562/2010, 0563/2010 e 0564/2010, de autoria do deputado Reno Caramori; 0565/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0566/2010, de autoria do deputado Reno Caramori; 0567/2010, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0568/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai; 0570/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0571/2010, de autoria do deputado Renato Hinnig; 0572/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0574/2010, 0575/2010, 0576/2010, 0577/2010, 0578/2010 e 0579/2010, de autoria do deputado Reno Caramori; e 0580/2010 e 0581/2010, de autoria do deputado Edison Andrino.

O sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, gostaria de subscrever o Requerimento n. 0554/2010, de autoria do deputado Reno Caramori.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a aquiescência do autor, v.exa. poderá subscrever a matéria.

Moção n. 0033/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando a aprovação da PEC n. 0308/2004.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0069/2010, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviado ao secretário de Desenvolvimento Regional de Caçador, solicitando informações sobre a liberação dos recursos para a construção do ginásio de esportes do Colégio Cenequista Marcos Olsen, de Caçador, objeto do Processo n. 10172090.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram

Aprovado por unanimidade.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, todos que nos visitam no dia de hoje e também todos que nos acompanham pela Rádio AleSC Digital e pela TVAL.

Quero parabenizar todos os trabalhadores e trabalhadoras catarinenses que no último sábado comemoraram o seu dia, 1º de maio, dia que marca grandes lutas de homens e mulheres contra a exploração e contra a escravidão no mundo. Parabenizo-os também por todas as conquistas que vêm tendo no Brasil, recuperando o seu poder aquisitivo, o seu salário, melhorando a sua condição de vida significativamente, repondo suas perdas salariais em 80%, pois as categorias no Brasil estão negociando o seu salário acima da inflação, tendo poder aquisitivo real e reajuste real do seu salário. E isso é muito positivo.

Em Santa Catarina tivemos, na última semana, uma grande mobilização em uma das duas grandes discussões foi a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Esse é o projeto prioritário das diversas centrais sindicais no Brasil e neste estado, onde o novo piso mínimo regional já é adotado pelo próprio Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina. Teremos ainda o debate da recuperação do piso mínimo regional no ano que vem, em janeiro, quando do seu reajuste.

Então, as centrais sindicais, além da conquista do piso regional, estão trabalhando na perspectiva do seu reajuste no ano que vem, porque de nada adianta ter um piso regional se não houver anualmente o seu reajuste. Assim, as centrais sindicais e os trabalhadores catarinenses já estão fazendo esse debate com suas categorias para terem um reajuste justo, que recupere o poder de compra do salário.

Também queremos cumprimentar todos os trabalhadores do serviço público catarinense, os sindicatos, as associações, pela luta que vêm empreendendo nesses últimos meses para ter uma justa recuperação salarial, deputado Reno Caramori, eis que é fundamental essa luta de todos. Infelizmente, não vimos no estado, nos últimos anos, uma política salarial justa para os trabalhadores. E essa é uma grande luta!

Quero parabenizar também todos os trabalhadores do funcionalismo público catarinense, que vêm lutando, trabalhando, para construir uma vida cada vez melhor. Quero destacar esse bom momento que o Brasil vive,

mas embora os servidores públicos catarinenses, principalmente os da Saúde, não tenham reconhecidas suas verdadeiras aspirações salariais.

Outra questão que quero levantar e que já foi muito discutida nesta Casa hoje é a distribuição de parte dos lucros da Casan para os seus diretores. Santa Catarina é um dos estados onde há o menor índice de investimento em saneamento básico. Além disso, tivemos há dias a situação da Celesc, com a nomeação do empresário Lírio Parisotto como representante do governo do estado no Conselho de Administração da empresa. Tivemos também uma lamentável situação na SCGÁS, pois o estado vem, desde 1994, tendo perdas muito grandes. Pelas nossas avaliações e do próprio Ministério Público, essas perdas chegam a R\$ 39 milhões.

No entanto, também a SCGÁS marcou uma assembleia para a distribuição de lucros, uma distribuição injusta, contra a lei, inclusive. É bom que se ressalte que houve, em 1994, uma mudança efetuada pela direção, quando foram tiradas 17% das ações do estado dando-as aos seus acionistas. E essa lógica continua!

Então, hoje à tarde estaremos dando entrada a uma ação civil pública para que essa situação seja revista e não sejam distribuídos lucros aos acionistas, porque essa distribuição, como disse, é injusta e é ilegal.

Estamos assistindo a várias situações nas empresas públicas catarinenses que nos deixam muito preocupado: as empresas públicas do estado servindo a interesses privados de acionistas. O estado perde com essa política pública catarinense e aí estão os funcionários reivindicando seus direitos salariais, que infelizmente não estão sendo respeitados.

Por outro lado, estamos vendo o estado abrir mão de recursos importantes e não repassar esses recursos justamente para os nossos trabalhadores, para a sociedade catarinense, em termos de saúde, de educação, de saneamento, de agricultura familiar. Isso precisa ser revisto, precisa ser tratado com mais seriedade. E essa foi a razão da aprovação da emenda constitucional, na semana passada, para que qualquer mudança estatutária das empresas públicas do estado de Santa Catarina tenham que ser autorizadas por esta Casa. Foi muito importante essa aprovação!

Hoje pela manhã, na comissão de Constituição e Justiça novamente foi discutida uma emenda constitucional que garante à sociedade catarinense que para qualquer privatização de empresa pública seja feito um plebiscito. Isso é importante, porque a sociedade participa e posiciona-se diante de qualquer privatização no estado de Santa Catarina. Até temos que cumprimentar todos os deputados que assinaram a PEC que foi aprovada nesta Casa na semana passada, que garante que qualquer mudança estatutária, como a que foi feita na SCGÁS, como a que se tentou fazer na Celesc, tenha que passar pela aprovação desta Casa. E agora também batalhamos pela aprovação, via emenda constitucional, de que qualquer privatização ou venda de patrimônio público catarinense, uma empresa pública, por exemplo, seja submetida a plebiscito.

A sociedade, que é dona desse patrimônio, tem que participar e posicionar-se diante de tudo isso. Assim, os trabalhadores das empresas, da Celesc, da Casan, da SCGÁS, estão-se posicionando firmemente nessa perspectiva. Os trabalhadores e a sociedade

têm que ser respeitados também no tratamento dos recursos públicos.

É nessa perspectiva que estamos trabalhando, inclusive entregando o caso à Justiça, deputado Joares Ponticelli, encaminhando a criação de CPIs, se for preciso, porque precisamos fazer com que o patrimônio público de Santa Catarina não seja tratado de qualquer jeito, digamos assim. É nessa perspectiva que queremos garantir à sociedade catarinense e aos trabalhadores que, se depender de nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, tudo faremos para impedir esse tipo de situação.

Sr. presidente, srs. deputados, agradeço a oportunidade. E a todos que nos acompanharam, muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, apenas quero comunicar aos servidores que estão-me cobrando que amanhã vou substituir o deputado Manoel Mota na comissão de Finanças e vou relatar, sim, a Medida Provisória n. 0173/2010 sem emendas.

(Palmas das galerias)

Não vamos aprovar com emendas. Hoje essa MPV não vai ser votada. Mas se o presidente entender, se ela for aprovada na comissão de Finanças e se houver um acordo de lideranças, ainda amanhã poderá vir ao plenário para deliberação.

Só estou fazendo esse comunicado porque houve uma indagação se vai ser relatada ou não a matéria e a resposta é que vamos relatar amanhã a Medida Provisória n. 0173/2010.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, outro assunto sobre o qual dei uma rápida pincelada, mas que esta Casa precisa dar uma resposta, porque não dá, deputado Dirceu Dresch, para se conformar, é o seguinte - e hoje na comissão de Justiça voltamos a falar sobre essa questão: o processo, deputada Angela Albino, de privatização da merenda escolar em Santa Catarina.

Esse assunto continua rendendo, e rendendo muito. Há um problema social gravíssimo que se avizinha, que é a demissão de, aproximadamente, cinco mil merendeiras contratadas pelas APPs. Essas merendeiras, deputado Dirceu Dresch, são fruto de um problema social e contratual que o próprio estado gerou ao longo dos anos. A responsabilidade que deveria ter sido assumida pelo estado, deputado Dieter Janssen, foi transferida para as APPs, que contrataram as merendeiras no âmbito de cada comunidade escolar.

Geralmente são pessoas da comunidade, que conhecem os alunos, que conhecem as famílias, que conhecem a direção

da escola, aquelas pessoas que no fim de semana estão envolvidas com as coisas da comunidade, com o conselho comunitário, com a catequese, com as coisas de igreja, com os movimentos sociais da comunidade. Então, a merendeira contratada pela APP tem, acima de tudo, uma relação afetiva com os alunos, com as famílias, com a própria comunidade, ela é uma pessoa do seio da comunidade.

Esse processo de privatização da merenda escolar, que é um grande negócio que está sendo feito, porque o custo era de R\$ 69 milhões no ano passado e pode chegar a R\$ 210 milhões este ano, representa, deputado Serafim Venzon, além de um problema social, no caso de demissão dessas merendeiras, como já começou a acontecer, um problema econômico, em que serão prejudicados os integrantes da agricultura familiar e agricultores da produção orgânica, uma vez que a legislação estabelece que pelo menos 30% do produto da merenda escolar devam ser adquiridos da agricultura familiar e porque as divisas serão transferidas para outros estados.

As empresas "ganham", entre outras, essa concorrência através de um grande acordo, um grande negócio, como bem disse o deputado Pedro Uczai. Nunca vi esse negócio de várias empresas, com vários interesses, reunirem-se numa sala secreta e sair todo mundo feliz, loteando um pedaço para cada uma: Nutritional, Risotolândia, Coan e não sei mais quem ficaram com um pedaço desse grande negócio.

Deputado Dirceu Dresch, a informação que eu tenho é de que a empresa Nutritional, que também é responsável pela merenda em Chapecó, cobra pelo mesmo cardápio R\$ 1,27 o prato naquele município. O mesmo prato, o mesmo cardápio nessa terceirização do estado custa R\$ 1,58. Então, só no mesmo prato, no mesmo cardápio, já há uma diferença de mais de 20% do que a empresa cobra da prefeitura de Chapecó, para aquilo que vai cobrar no estado.

Será que a empresa está fazendo uma boa ação em Chapecó fornecendo merenda com prejuízo? Claro que não! É evidente que se ela oferece a R\$ 1,27 o prato tem sua margem de lucro em cima disso! Agora, por que ela vende para o estado a R\$ 1,58? E hoje, deputada Angela Albino, o professor se alimenta por necessidade, porque com um vale-alimentação de R\$ 6,00 por dia não dá para alimentar, de forma digna, nenhum servidor público. Um servidor vai comer o quê, com essa quantia de dinheiro? Um pão vencido, porque do dia não vai encontrar, com mortadela e um pacotinho de Q-Suco, porque sou desse tempo ainda, e não sei se vai dar! Ele terá que levar de casa o pacotinho do Q-Suco, diz o deputado Reno Caramori!

Então, o professor se alimentava na escola também por necessidade. Mas agora, com as denúncias que estamos recebendo, deputado Dirceu Dresch, na escola que tem merenda privatizada o professor não poderá mais nem entrar na cozinha, pois lhe é negada a alimentação. Nós temos que segurar, que frear esse negócio!

O procurador da República, dr. Celso Três, está trabalhando, em Tubarão, nessa questão. Ele foi, inclusive, buscar informações de procuradores do Rio Grande do Sul, porque essas empresas operam lá também e já botaram prefeitos na cadeia. O histórico dessas empresas é de botar prefeitos na cadeia por conta dos negócios que são feitos. Aqui é um negócio que vai saltar de R\$ 70 milhões para R\$ 210 milhões, prejudicando a nossa agricultura familiar, prejudicando cinco mil merendeiras que serão demitidas sem a

garantia da qualidade do produto que vai ser oferecido às nossas crianças. A Assembleia Legislativa precisa posicionar-se de forma contundente! Nós precisamos coibir esse negócio! Há merendeiras perdendo o sono. A maioria delas vai para a rua agora em maio e junho. Nós temos que nos debruçar sobre esse problema! Isso não pode prosperar!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Parabenizo v.exa., deputado Joares Ponticelli, por abordar esse problema, que é gritante.

Visitei vários municípios e quando estive em Tunápolis várias merendeiras me cercaram, se não me engano, são seis merendeiras, muito preocupadas. Para uma delas faltam somente cinco anos para se aposentar. Ela trabalhou uma vida toda na escola e agora não sabe o que vai acontecer, porque a SDR de Itapiranga está assumindo o processo de terceirização. Fui cercado também pelos agricultores, que estavam ganhando a vida fornecendo alimentação para as escolas.

E isso ocorreu em vários municípios que também se encontram nessa situação. Inclusive, em Maravilha, havia um pessoal filmando, fazendo um vídeo para trazer para cá, mostrando as escolas daquele município com relação a essa problemática.

Então, é um problema muito sério e é preciso que sejam feitos, de forma urgente, os encaminhamentos, pois o custo subiu muito. Está-se dividindo maçã ao meio, ou seja, uma metade de maçã para cada criança comer. É um absurdo essa situação e o estado precisa rever isso.

Muito obrigado pelo espaço.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado.

Além desse processo, srs. deputados, rasgaram, mais uma vez, o discurso da descentralização. Descentralizar, no nosso entendimento, e é o que nós defendemos - espero que possamos um dia voltar ao governo para fazer novamente -, é repassar o dinheiro da merenda para cada escola adquirir a sua. Porque a escola vai adquirir essa merenda na própria comunidade, no próprio município, privilegiando o pequeno agricultor da sua comunidade, do seu município ou da sua região. Esse dinheiro vai circular lá na mercearia, no açougue, na farmácia, no supermercado. O dinheiro vai ficar no município, na região.

Essas empresas vão levar em torno de R\$ 210 milhões de Santa Catarina para o Paraná, onde é a sede de uma delas, e para São Paulo, onde é a sede das outras três. Isso é colocar na lata do lixo o discurso da descentralização, deputada Professora Odete de Jesus.

Descentralizar é dar autonomia para a escola comprar a sua merenda, deputado Serafim Venzon! E a mesma coisa acontece com os uniformes escolares, que este governo só compra em ano de eleição. Só foi dado uniforme para as escolas em Santa Catarina, servidores aqui presentes, vocês sabem disso, em 2002, em 2004, em 2006 e em 2008. Agora, em 2010, que é ano de eleição, vão dar também. Nos anos de 2003, 2005, 2007 e 2009 não foi dado uniforme porque não havia eleição.

E as empresas são de onde? São de Pernambuco e de São Paulo. São 50 milhões de uniformes comprados de outro estado, quando Santa Catarina é referência nacional

como polo têxtil. E sabem por que essa compra é grande? Porque vem o troco, que é manter essa gente no poder. Essa é a reflexão que temos que fazer e vamos debater mais esse assunto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, sr. presidente.

Srs. deputados e sras. deputadas, hoje, na reunião da comissão de Saúde, foi deliberado que convidaríamos o sr. governador do estado, Leonel Pavan, com os secretários de estado da Administração, da Fazenda e da Saúde e também o SindSaúde, a fim de marcarmos uma reunião para dar início às negociações.

Então, estamos agendando essa reunião para amanhã, às 11h. Os deputados da comissão irão acompanhar-nos até o Centro Administrativo. Voltarei com informações.

Muito obrigada, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Professora Odete de Jesus.

Deputada Angela Albino, antes de lhe conceder a palavra, quero perguntar ao deputado Pedro Uczai, que é presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto, já que na quarta-feira houve um encaminhamento de que a referida comissão convocaria o secretário da Educação para prestar esclarecimentos sobre a merenda escolar, se foi dado esse encaminhamento.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, na semana passada não houve reunião da comissão de Educação, Cultura e Desporto. Hoje, às 18h, todos os deputados serão convocados para uma reunião ordinária da comissão, quando teremos a oportunidade de deliberar acerca dessa posição e desse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Eu agradeço o seu esclarecimento, deputado Pedro Uczai.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Quero somente registrar a presença, no Parlamento catarinense, do secretário de Desenvolvimento Regional de Caçador, sr. Gilberto Comazzetto, bem como dos seus gerentes, que visitam a capital atrás de recursos para obras no referido município.

Seja bem-vindo, secretário!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Está feito o seu registro, deputado.

Com a palavra a deputada Angela Albino, do PCdoB, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, antes de iniciar o meu pronunciamento, gostaria de cumprimentar o prefeito de Campo Eré, Odilson Vicente de Lima, que nos dá a honra da sua presença, na

tarde de hoje, e dizer que em breve o ministério dos Esportes terá boas notícias para ele, pois poderemos formalizar o que o município deseja e precisa.

Sr. presidente, eu inicio a minha intervenção cumprimentando, em primeiro lugar, os servidores, meus colegas de serviço público, que estão aqui hoje defendendo o que têm de direito. Particularmente, em nome da minha amiga Lilian, quero saudar a luta de vocês e informar que amanhã será a votação desse projeto nas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e depois a votação em plenário.

Eu quero dizer que esta Casa lamenta que as coisas tenham que caminhar deste jeito, de dono do poder, o povo se transformou em mendicante. Não é essa a realidade. O poder pertence ao povo e em seu nome deve ser exercido. Mas que amanhã tenhamos o melhor desdobramento possível da medida provisória referente aos seus anseios, pois o desejo desta Casa é, sem dúvida alguma, o desejo de todos vocês.

(Palmas das galerias)

Sr. presidente, quero cumprimentar, pedindo licença a todos os homens aqui presentes, as mulheres e lembrar de outra grande mulher, não por acaso chamada Anita, Anita Pires. Anita é um nome que em Santa Catarina evoca heroísmo, amor, paixão, resistência; é um nome particularmente sagrado para nós, que defendemos a luta do povo brasileiro. Então, eu quero, em nome de todas as Anitas, saudar Anita Pires.

Anita Pires, na nossa compreensão, e falo em nome PCdoB, recobrando a luta de Anita Pires quando o povo brasileiro estava sob o jugo da ditadura, é uma mulher corajosa e naquela época defendeu os nossos direitos, abriu-nos os campos da discussão política, dos espaços de poder. E agora, na compreensão do nosso partido, foi aviltada ao ser desalojada do seu posto. Aliás, ela nem precisou ser desalojada, ela mesma pediu para sair, mas foi desonrada publicamente. Obviamente que é o governador que decide as questões de estado, ele faz as suas escolhas, mas uma mulher como Anita Pires não pode ser tratada dessa forma.

Eu peço, em meu nome e em nome do PCdoB, ao deputado Edison Andrino que, tenho certeza, prima da convivência política com Anita Pires, pois já teve nas suas fileiras Janine Pires, que foi militante do PCdoB, transmita o nosso grande compromisso com Anita Pires e com a sua biografia. Se hoje quem ocupa o poder não tem esse compromisso, nós temos. O PCdoB sabe a valorosa mulher que é Anita Pires.

Deputado Edison Andrino, vou fazer uma coisa que me constrange muito, que é divergir de v.exa., que é um norte político para mim. Sempre que estamos do mesmo lado, tenho certeza de que estou do lado certo, mas vou divergir de v.exa. quanto à distribuição dos lucros da Casan.

A Casan, que não é de um governo, que não é de um gestor, mas é do povo catarinense, desde 2007 tem acumulado lucros. Ora, é uma conquista dos trabalhadores brasileiros, a partir da Constituição de 1988, a participação nos lucros das empresas. Mas o que nós temos visto, com bastante preocupação, é uma tendência de dizer que a participação nos lucros é assunto de diretoria. Não! Nós queremos dizer que quem constrói a Casan são os seus trabalhadores, no seu cotidiano, e que eles fazem jus, sim, à distribuição de lucros. Se formos contra essa participação de lucros teremos que intervir na convenção coletiva de

trabalho, porque todos sabemos o valor de uma norma que o sindicato consegue avançar para além da legislação. E o sindicato conseguiu conquistar que quando aquela empresa tivesse lucro ela teria que o distribuir.

Então, estou agora contrariando v.exa., deputado Edison Andrino, por quem tenho um grande apreço pessoal e político, como também a bancada de políticos, ao dizer que é justo que os lucros sejam distribuídos de forma igualitária entre todos os que constroem a Casan. Essa é a posição, inclusive, do sindicato da categoria, o Sintaema.

Srs. deputados, valorizamos a Casan na hora em que ela apresenta resultados positivos. Se hoje ela pode contratar grandes financiamentos, que bom! Isso mostra que a empresa é economicamente viável. É claro que ainda temos muito a caminhar, mas não se faz uma reversão da história de décadas em pouco tempo.

V.Exa., deputado Edison Andrino, sabe que o meu partido tem guardado uma posição de grande preocupação com o governo. Portanto, não é uma defesa do governo, é uma defesa dos trabalhadores, é uma defesa de quem constrói a Casan.

Hoje, o articulista Prisco Paraíso, no jornal *A Notícia*, usou uma frase belíssima do físico e escritor alemão Georg Christoph Lichtenberg: "As mais perigosas inverdades são verdades levemente distorcidas."

Eu acredito que aqui ninguém está atuando de má-fé e não vamos defender distribuição de lucros para a diretoria. Nós queremos, sim, que se garanta o direito que os trabalhadores conquistaram na Constituição de distribuir o lucro quando a empresa dá lucro. Não vejo aqui ninguém reclamando que os fiscais da Fazenda recebam incremento na sua remuneração quando há incremento na arrecadação do estado de Santa Catarina! E é importante que isso aconteça. Se lá na Fesporte - e vejo aqui, em particular, as bandeiras dessa fundação - demonstrarmos um resultado positivo, é lícito que se conquiste para os trabalhadores um incremento na sua remuneração.

Assim sendo, queremos dizer que o PCdoB defende a participação nos lucros para todos os trabalhadores da Casan de forma linear, porque é assim que vamos construir justiça. O instituto da participação nos lucros é um avanço da classe trabalhadora e precisa ser preservado. Todos os avanços da classe trabalhadora precisam ser preservados e a participação nos lucros é uma delas.

Nós temos visto discussões em torno do assunto de que a Casan terá R\$ 32 milhões de lucro. Esse é o lucro da Casan. Então, a participação nos lucros seria de 5% disso. E na hora em que assomamos à tribuna e pedimos para não ser feita a distribuição dos lucros, estaremos contrariando o estatuto, que é legalmente constituído, e o acordo coletivo de trabalho dos trabalhadores da Casan, construídos na luta. Aliás, às vezes esquecemos que somos classe trabalhadora e quando precisamos viemos aqui e dizemos que isso é necessário e justo. Em outras situações, outras categorias de trabalhadores também vêm aqui reivindicar e falamos que aí não se deve fazer isso. Então, temos que ter consciência de classe, amigos e amigas, e perceber que toda reivindicação de trabalhador é justa.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - V.Exa. nos concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Pois não!

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Nobre deputada, é um prazer apartear-la. Ouvi v.exa. pronunciar-se sobre a questão da Casan. Não quero entrar muito no mérito dessa questão da distribuição ou não de lucros, mas quero ressaltar que, felizmente, em função da administração do governador Luiz Henrique da Silveira e do ex-deputado federal Walmor De Luca, pela primeira vez, depois de muitos anos de corrupção, de destruição do patrimônio público, estamos discutindo a questão da distribuição de lucros. Para nós é motivo de comemoração os trabalhadores do serviço público poderem discutir se o lucro da empresa deve ou não ser distribuído! Mas o importante é que ela deu lucro, pois se está distribuindo é porque está dando lucro.

Então, quero dar os parabéns a v.exa. pelo discurso defendendo os trabalhadores que lutaram e fizeram com que a Casan desse lucro, mesmo depois de muita gente ter-se aproveitado e tirado o seu patrimônio. Agora a Casan tem realmente que ser enaltecida por haver obtido lucro.

Eu acho que toda essa questão tem que ser debatida e esclarecida à sociedade. Realmente a lei das S/A é legal e os trabalhadores têm direito à distribuição do lucro.

Mas quero parabenizar a Casan e v.exa. pelo seu discurso.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigada, sr. deputado.

Por último, quero reportar-me ao acordo coletivo de trabalho 2009/2010, celebrado entre o Sintaema e a Casan, que previu, na sua cláusula 31ª, a participação nos lucros.

Que bom que a Casan está agora auferindo lucros, mas nós queremos a distribuição para o coletivo de quem lá trabalha. Para os seus diretores, se for o caso, também, mas principalmente para os seus trabalhadores e trabalhadoras que seja feita uma distribuição linear, que privilegie quem bota o pé no barro, quem vai mexer nos canos e não só quem fica nos gabinetes com a caneta na mão, nas salas com ar-condicionado. Nós queremos a distribuição de lucros e que a Constituição de 1988, pela qual muitos de nós lutaram, prevaleça!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Edison Andrino, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, pensei que a deputada Ada De Luca viesse defender a Casan, mas foi a deputada Angela Albino quem, com sua inteligência e competência, fez a defesa da distribuição de lucros, coisa da qual eu, particularmente, discordo em parte. Posso ter generalizado meu discurso com respeito à distribuição de lucros, mas não concordo, deputada Angela Albino, que um diretor e o presidente da Casan, que ganham muito bem, participem da distribuição de lucros num momento em que há dificuldades de saneamento em Santa Catarina, especialmente na Grande Florianópolis.

Eu até vou fazer uma solicitação à bancada do meu partido, o PMDB, para que tome uma decisão para que a diretoria da Casan não participe da distribuição de lucros.

Eu, naquele momento, posso ter generalizado, mas estou atendo-me aos diretores da Casan. Espero que esses recursos a serem distribuídos aos diretores da Casan

sejam melhor aplicados em saneamento básico em Santa Catarina!

Com respeito à companheira Anita Pires, quero cumprimentar a deputada Angela Albino e dizer o seguinte: conheço Anita Pires desde o momento da resistência democrática contra a ditadura militar. Tive a oportunidade e a honra de ser o primeiro prefeito eleito desta cidade, ocasião em que Anita Pires foi uma peça chave durante o processo eleitoral. Tive a honra também de tê-la como chefe-de-gabinete e como secretária da Educação do município.

Provavelmente, sr. presidente, o trabalho que Anita Pires vinha fazendo na Fundação Catarinense de Cultura era difícil. A cultura, lamentavelmente, não é muito valorizada no estado. Eu sempre digo e repito que tive a honra de criar a Fundação Franklin Cascaes, que faz um belo trabalho em Florianópolis. Hoje ela é dirigida pelo professor Rodolfo Pinto da Luz que, na realidade, não é o presidente da fundação, mas o secretário da Educação do município.

Eu acho que a cultura no estado não poderia estar vinculada à secretaria de Turismo, Cultura e Esporte. Ela deveria ser um setor independente, com orçamento próprio. A cultura significa, no Brasil, mais de 5% do PIB. Ela arrecada mais e é mais importante para a economia do Brasil do que a indústria automobilística e por isso merece um papel de destaque.

Eu lamento, pois acho que foi uma atitude precipitada do governador Leonel Pavan, quando não fez uma consulta antecipada à presidente da FCC, Anita Pires, antes de fazer o convite para que o jornalista e colunista social assumisse a direção daquela fundação.

Acho que Anita Pires fez um belo trabalho e estava implementando uma série de políticas voltadas à atividade cultural no estado de Santa Catarina. Vamos ter, no dia 6 deste mês, a oportunidade de prestar uma homenagem a Cruz e Sousa no Palácio Rosado, com a inauguração do Memorial Cruz e Sousa, pois foram trazidos, com muito trabalho e muita dificuldade, os seus restos mortais do Rio de Janeiro para Florianópolis, sua terra de origem.

Eu acho que Anita Pires até poderia ter saído, como vai sair, da Fundação Catarinense de Cultura, mas de uma maneira diferente. Quero lamentar a maneira como tudo foi conduzido. Tenho certeza de que pode não ter havido má-fé por parte do governador Leonel Pavan, mas acho que foi um atropelo no sentido de pedir o cargo de presidente da Fundação Catarinense de Cultura.

Quero também, sr. presidente, trazer a esta Casa um dos assuntos muito debatidos nesta tribuna e que é, quem sabe, um dos grandes problemas de Florianópolis.

Eu falava, deputada Angela Albino, que esta cidade, além do problema de saneamento básico, tem dois problemas vitais: a segurança pública e a mobilidade urbana.

Hoje, havendo qualquer ameaça de chuva, não se anda mais em Florianópolis. A cidade tem um sistema viário complicado e não tem um bom sistema de transporte coletivo. Entram em Florianópolis, em média, de 1.500 a 2.000 automóveis por mês. Isso dá quase 25 mil veículos por ano! É uma cidade com uma topografia difícil de ser planejada - há um morro no centro, a cidade é espremida pelo mar e não há sistema viário. Nós precisamos, urgentemente, de uma política de transporte coletivo que envolva o governo federal, o governo do estado e, principalmente, as prefeituras de porte médio deste país.

Não é possível que o governo, que incentiva tanto a compra do automóveis e para

tanto até reduz o IPI, não incentive o transporte coletivo! Florianópolis tem que partir para novas alternativas de transporte coletivo! Acho que o metrô de superfície, que foi muito badalado, é uma alternativa que precisa ser trabalhada. A Ilha de Santa Catarina, que é banhada pelas águas das baías sul e norte, que ligam São José, Palhoça, Biguaçu a esta cidade, tem que ter transporte marítimo. Mas é preciso haver uma proposta que envolva o governo federal, os empresários do transporte coletivo, o setor privado e as prefeituras, juntamente com o governo do estado.

Criamos aqui o Fórum de Mobilidade Humana e, lamentavelmente, não estamos tendo a atenção que deveríamos merecer da Agência Nacional de Transportes Terrestres. Tivemos uma audiência em Brasília para resolver um problema que é histórico na Grande Florianópolis, que é a construção do anel viário, uma nova alternativa de acesso, pois entra antes de Biguaçu e sai depois de Palhoça. Trata-se de um compromisso do governo federal, pois no contrato de cobrança do pedágio da BR-101 está prevista a obrigação da empresa de construir esse anel viário.

Lamentavelmente, incluíram de uma maneira errada. Hoje não se sabe quem é o responsável pela paralela da BR-101 e o anel viário está sem ser construído! E ainda tiveram a petulância, que é uma coisa que não me passa pela cabeça, de cobrar pedágio do trecho sul da BR-101 que não está concluído! Eles explicam isso de várias maneiras, trazem argumento

jurídico, mas para quem usa a BR-101 não tem cabimento pagar pedágio por um serviço que não está pronto! Quando se paga pedágio, paga-se por aquilo que se está usando. Infelizmente, o trecho sul da BR-101 não está duplicado e o pedágio continua sendo cobrado.

Nós tivemos, recentemente, um encontro com o pessoal da ANTT, que nos prometeu, dentro de um prazo limitado de um mês, dar uma solução para a transferência da praça de pedágio do local em que está para a divisa do município de Palhoça com Paulo Lopes. Também houve o compromisso - e a Agência Nacional de Transportes Terrestres é a responsável - de que num breve espaço de tempo teremos o início das obras do anel viário. É bem verdade que esse anel não resolverá definitivamente o problema do engarrafamento no final do dia na saída de Florianópolis, mas temos certeza de que com relação ao trânsito pesado que sai do norte para o sul do estado e vice-versa, vai desengarrafar um pouco o sistema viário na região da Grande Florianópolis.

Esse é um tema que sempre procuro trazer a esta Casa, porque acredito que a questão da mobilidade urbana é um dos maiores problemas de Florianópolis nos dias de hoje. E se nós não tivermos uma solução em médio prazo, provavelmente daqui a um, dois ou três anos ninguém mais conseguirá andar de automóvel na capital dos catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dieter Janssen, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente, srs. deputados, servidores que estão nesta Casa acompanhando-nos, telespectadores que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, complementando as palavras do ex-prefeito de Florianópolis, deputado Edison Andriano, queremos dizer que nós, em Jaraguá do Sul,

também temos muita preocupação com relação à segurança e à mobilidade urbana. Eu até trouxe três latas, que tive que recolher neste final de semana, usadas para o consumo do crack no centro de Jaraguá do Sul.

O segundo assunto abordado por este deputado, na última semana, foi a quantidade de efetivo, principalmente da Polícia Civil, para fazer as investigações. Ontem, na reunião da Associação Comercial Industrial de Jaraguá do Sul, contamos com a presença do coronel Rogério Kumlin, que levou os dados referentes àquela cidade. E foi consenso na reunião a necessidade de reforçar a segurança na cidade e aumentar o efetivo na região. Essa é uma preocupação bastante grande e vamos debater aqui, conforme falou o deputado Andriano, a questão da segurança durante esses dois meses em que estaremos nesta Casa.

O vício do crack é uma preocupação muito grande. Há jovens que estão entrando nesse infeliz caminho e temos uma preocupação muito grande com relação a isso. Assim, vamos trabalhar no sentido de combater esse mal.

Gostaria de cumprimentar a Fernanda, que está acompanhando a sessão. Ela foi minha assessora quando vereador em Jaraguá do Sul, cuidou da minha campanha e, portanto, tem uma grande responsabilidade por eu estar aqui hoje, defendendo os 16 mil votos que recebi. Também agradeço a presença do Eduardo, de Jaraguá do Sul.

Rapidamente, quero cumprimentar todos os trabalhadores pelo dia 1º de maio. No sábado tivemos a oportunidade, em algumas empresas de Jaraguá do Sul, de participar das comemorações do Dia do Trabalho. Acho que é uma data importante para o trabalhador parar e refletir sobre como estão os seus direitos e quais são as lutas que pode encampar para frente.

Também quero dizer que, em seguida, vou participar de uma reunião da Frente Parlamentar de Apoio ao Comércio Varejista Catarinense, oportunidade em que se falará sobre a substituição tributária no estado de Santa Catarina.

Mas quero deixar o meu ponto de vista com relação à Casan também. Concordo praticamente com todas as palavras do deputado Edison Andriano. Acho que está de parabéns a nova diretoria por conseguir fazer com que a companhia dê lucro, mas penso que ela deve muito ainda aos catarinenses. Eu posso falar de cadeia, pela nossa região, pois praticamente todas as cidades do vale do Itapocu deixaram de usar os serviços da Casan. Apenas Massaranduba ainda mantém contrato com a empresa, todos os demais municípios optaram pela municipalização e constataram que houve uma economia muito grande. A cidade de Jaraguá do Sul é um exemplo, pois a cobertura de tratamento de esgoto passa de 50%.

Então, penso, principalmente com relação à distribuição de lucros para os diretores, que a empresa ainda deve muitas respostas aos catarinenses para poder fazer distribuição de lucros.

Eu acompanhei os valores do financiamento que será contratado com o Japão. Quando li, através da imprensa, que virá um representante do banco para vistoriar os projetos, pensei: que situação! Nós, catarinenses, temos que dar satisfação para uma pessoa de fora que fiscalizará se estamos utilizando bem os recursos. E hoje estava imaginando o que ele dirá no seu país, ao seu banco: "Nós estamos entrando com o financiamento no estado de Santa Catarina, mas no

mesmo momento estão fazendo distribuição de lucros.”

Então, acho que não é por aí, principalmente depois dessa informação que traz o nosso presidente de que está sendo contratado um financiamento no valor de R\$ 50 milhões para capital de giro.

Esses são os fatos e fica a posição deste deputado contra a distribuição de lucros, principalmente para os diretores. Acho que essa é uma questão que deva ser analisada nesta Casa com mais tranquilidade.

Para finalizar, quero dizer que hoje a Lei de Responsabilidade Fiscal está fazendo dez anos. Portanto, quero usar este espaço para deixar isso registrado, pois acho que ela é um avanço para o Brasil. Hoje sabemos que é obrigatório investir 25% na Educação e 15% na Saúde; que existe um limite máximo para ser gasto em salários. Assim, quando a despesa chega a 48%, acende uma luzinha vermelha, mostrando que se está entrando no limite prudencial dos gastos com pessoal, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Quando o gasto chega a 54% é puxada a orelha do administrador pelo Tribunal de Contas. Aí é preciso prestar contas, fazer todo um trabalho para baixar esse índice porque senão, com certeza, o administrador terá problemas pela frente.

Foi muito bem lembrada pela Fernanda, que esteve comigo há pouco, a prestação de contas que prefeitos e secretários fazem periodicamente à Câmara de Vereadores. Isso faz com que os atos sejam mais transparentes. Há audiências públicas também para fazer com que a população dê a sua opinião com relação ao PPA, o que ela deseja para o seu município e para a sua região no próximo governo.

Por isso, pensamos que é um grande avanço e nós, sr. presidente, tínhamos que deixar esse registro nesta Casa. Eu estava pesquisando na internet mais informações sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e posso dizer que ela está tornando o Brasil um país mais moderno. Lembramos que antes desse período, quando acompanhávamos um pouco a política ficávamos sabendo de prefeitos que, no apagar das luzes, faziam uma série de compras e de investimentos pensando justamente em deixar uma situação mais complicada para o seu sucessor, principalmente se ele não fosse do seu partido. Eu me lembro de municípios que eram entregues em situação bastante precária. Então, acho que essa lei é muito importante.

Como último assunto, quero cumprimentar o prefeito de Massaranduba pela realização de mais uma Fecarroz - Festa Catarinense do Arroz. Estive lá no domingo, deputado Reno Caramori, assistindo, juntamente com o prefeito, a um desfile municipal bastante grande. É uma festividade realmente de bastante sucesso e os números da festa foram recorde.

Eu só queria deixar isso registrado. E vamos encaminhar um ofício, através desta Casa, ao prefeito de Massaranduba, cumprimentando-o pela belíssima festa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - A bancada do PT tem participado de todos os debates sobre as medidas provisórias. Algumas aprovamos na íntegra, porque entendemos

meritórias, como foi o caso da MPV da Udesc. A outras apresentamos emendas. Vamos insistir em vários debates para universalizar o direito, principalmente na área da saúde.

Nós temos o entendimento de que o governo cometeu o maior equívoco concedendo gratificação apenas para uma parcela dos servidores da Saúde. Nós, através de emenda, estendemos para todos. Mas o governo retirou as MPVs e conseguiu desagradar todos os funcionários da Saúde.

Agora a bancada do PT está buscando o entendimento principalmente em relação à Medida Provisória n. 0173/2010. O deputado Valdir Cobalchini conversou conosco, o deputado Dirceu Dresch conversou com os servidores e estão buscando alguns entendimentos para que possamos, na comissão de mérito, até para dar uma satisfação aos servidores que estão no plenário, avançar no debate da referida matéria.

Então, a nossa bancada vai contribuir para a deliberação dessa medida provisória no dia de amanhã.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, o Conselho Nacional do Meio Ambiente aprovou, na semana passada, duas resoluções muito importantes. Quero comunicar isso a todos os catarinenses, principalmente aos agricultores, porque a primeira resolução consolida a agricultura como área de interesse social. Portanto, trata-se de uma questão de sobrevivência e muda toda a regra ambiental para as pequenas propriedades, deputado Reno Caramori. A segunda resolução consolida as áreas existentes. Então, tudo o que lá existe vai continuar existindo. O agricultor pode continuar produzindo tranquilamente, se tiver casa ou uma estrutura nessas áreas.

Então, houve a aprovação dessas duas importantes resoluções, que estão sendo publicadas no dia de hoje, e que mudam as regras ambientais para a agricultura familiar, o que é muito importante para o estado porque abrange, com certeza, todas as propriedades até quatro módulos fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ada De Luca, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, srs. deputados, colegas deputadas, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alecs Digital e principalmente mulheres e homens que estão aqui reivindicando os seus direitos, espero que isso tenha um fim positivo.

Quero dizer também ao deputado Edison Andriano que não corro de situação nenhuma. Aqui estou para falar sobre a Casan. E quero parabenizar a deputada Angela Albino que, pela lucidez de seu pronunciamento, se saiu muito bem, com a dignidade que é própria de uma pessoa que vive a luta sindicalista.

Como falou o deputado que me antecedeu, várias prefeituras saíram, sr. presidente, realmente da Casan. Umas, coitadas, vão ter que voltar. Outras estão dando lucro, mas não é isso que eles falam. E agora imaginem, srs. deputados, que há alguns anos todas pertenciam à Casan e representavam prejuízo, mas hoje várias dão lucro.

Mas, então, vamos lá!

(Passa a ler.)

“Como temos acompanhado nos jornais desta semana, o presidente do Sinduscon — Sindicato das Empresas de Construção Civil - e o ex-presidente da Acif — Associação Comercial e Industrial de Florianópolis - classificaram de *‘indecente e imoral’* a possível distribuição de parte dos lucros para funcionários e diretores da Casan.

Em primeiro lugar, são pessoas inconformadas com o sucesso alcançado pela Casan nos últimos anos. Um, porque defende somente os interesses da construção civil, muitas vezes especulação imobiliária. A ilha tem que ser tratada como uma ilha, não como uma selva de pedra. Não são poucos os que vêm pleiteando junto à Casan licenças e viabilidade de construção sem dar a mínima para a localização do imóvel.

Há muitos anos a Casan vem oferecendo água para atender novos edifícios sem prejuízo dos demais moradores da rua, atendendo às recomendações do Ministério Público, do bom senso e das corretas diretrizes da administração municipal, procurando disciplinar o crescimento das cidades, sem prejuízo dos moradores. Mas essas ligações tem limites, srs. construtores. A Casan e certamente outras autoridades acadêmicas querem é que não se repitam outras ‘selvas de pedra’, como a que foi construída no Parque São Jorge. E existe projeto para a bacia do Itacorubi, mas é impossível, por isso tudo essa campanha.

A Casan sempre esteve empenhada em atender às comunidades carentes, especialmente do Maciço do Morro da Cruz, onde as obras em andamento vão levar água tratada, recolhimento e tratamento de esgoto doméstico a 13 localidades, dentre as quais Caieira e Serrinha já estão sendo atendidas.

Enquanto isso, muitos gostariam que os investimentos fossem feitos para atender a outros locais, como o Morro do Quilombo — atrás da Fiesc —, onde nas ruas estreitas, sem capacidade de mobilidade de veículos, continuam sendo construídos edifícios e mais edifícios, repetindo o mau exemplo do Parque São Jorge. É um absurdo o que falta de água no Parque São Jorge.

A Casan aplica seus recursos tendo como base que esgoto é saúde e para todos — ricos e pobres. Em sete anos fez muito mais do que encrenca. Algumas pessoas, e não quero dar nomes, mas se preciso for eu dou, são mentoras e defensoras da privatização dos serviços de água e esgoto. Publicaram diversos artigos defendendo a privatização da Casan, o que sou profundamente contra. Essa é uma questão política, de entendimento ideológico, de quem só acredita no liberalismo econômico e nas diretrizes do mercado, cujos maiores mentores foram enterrados em Wall Street e em Londres, na crise financeira de 2007 e 2008.

Não vamos discutir com quem não se conforma em ver o seu sonho particular de ser um dos donos da Casan desmoronando por uma decisão da Câmara Municipal e pelo prefeito Dário Berger, ao renovar o contrato de Florianópolis com a Casan, em troca de inúmeras obras que a cidade está recebendo e de outras que ainda virão com recursos do PAC 2 e do empréstimo japonês tão falado, que deve estar chegando lá para o ano que vem à Casan.

A Casan, que de 1996 a 2002, foi quase sucateada, faltou muito pouco, acumulou prejuízos ano a ano, que chegaram a R\$ 163 milhões.”

E como eu falei, deputado, tinham todas as prefeituras na mão! Todas! Sem

escapar nenhuma e dava prejuízo. Hoje, não temos todas e dá lucro. Interessante isso, não é?! É de o povo questionar; é de cada um questionar no seu bairro, na sua vizinhança.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Deputado, concedo-lhe um aparte, mas preciso terminar.

Sr. Deputado Dado Cherem - Deputada Ada De Luca, agradeço o aparte.

Não teria motivo nenhum para me encontrar neste momento à frente deste microfone para falar sobre a atual administração da Casan, até porque tive um embate administrativo muito forte, que fique bem colocado aqui, quando da municipalização dos serviços de água e esgoto do município de Balneário Camboriú, a ponto de, desde 2007, não me dirigir mais à Casan.

Mas quero aqui, de público, fazer o reconhecimento de que, com certeza, se o atual presidente Walmor De Luca e a sua equipe estivessem frente à Casan há dez, 12, 15 anos, ela não teria ficado da maneira que ficou no início de 2004, 2005 e 2006. Rendo aqui, sim, reconhecimento ao profundo trabalho que foi feito na recuperação não apenas administrativa, mas também da imagem da Casan perante os municípios. A atual administração pegou uma Casan de morro abaixo, com muitas dificuldades, mas está aí com muita garra tentando fazer com que realmente ela permaneça no estado, porque não está fácil. Mas sabemos do belo trabalho que essa equipe faz.

Deputada Ada De Luca, não tenho motivo nenhum para estar aqui hoje, mas faço o registro porque sei separar o que correto e o que não é correto. Então, quero externar os parabéns à atual equipe que administra a Casan.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Muito obrigado, deputado, o seu aparte engrandece muito o meu discurso.

(Continua lendo.)

"Hoje, a realidade é outra! São sete anos de lucros nos balanços da empresa.

No governo de Luiz Henrique, a partir de 2003, a Casan começou a pagar suas dívidas e começamos a ver aquela luz no fundo do túnel, daquele túnel negro que era a empresa. Até 2007 nem se falava, deputados, em divisão de lucros, nem se pensava em lucros, mas é uma coisa admissível, pois a lei das S.A. permite, não se pode ir contra. Somente após o balanço deixar de registrar os prejuízos acumulados a empresa pôde, por força legal, distribuir dividendos aos acionistas.

A idéia de que empresa pública não pode dar lucro tem que acabar! Ela tem que dar lucro! Ela é obrigada a dar lucro! Precisamos entender que sem lucro não há garantia de financiamento; sem financiamento não há investimento; sem investimento, consequentemente, não há obras. E é disso que o povo catarinense precisa! É natural, também, apoiados pela legislação em vigor, que as pessoas, trabalhadores e acionistas, cobrem o prêmio que lhes é justo e de direito.

Depois de 30 anos trabalhando no vermelho, a Casan finalmente consegue cumprir uma das suas atribuições que é a distribuição de água tratada, cujo alcance está hoje em 99% das residências dos catarinenses."

Ainda teria muito para dizer, sr. presidente, e quiçá volte à tribuna porque o tempo é curto. Mas saibam que os investimentos em Chapecó, São Joaquim,

Gravatal, Imbituba, São José e Florianópolis - Barra da Lagoa, Lagoa da Conceição, entre outros bairros - resultam num total de R\$ 459 milhões, de 2003 a 2009. E nós temos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Inscrito para falar, em Explicação Pessoal, o líder do PSDB, deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Primeiramente, gostaria de dizer à deputada Ada De Luca que temos, com relação à Casan, no mínimo dois orgulhos: durante esse tempo todo ela vem prestando o serviço de fornecimento de água ao estado; e nos municípios onde o serviço não compensa, não é lucrativo, está lá a empresa prestando o serviço da mesma forma.

Hoje, pela possibilidade de os municípios prestarem o serviço, alcançando lucro com isso, muitos deles romperam seus contratos com a Casan, que acaba atendendo àquelas municipalidades que, muitas vezes, são economicamente inviáveis. A Casan, como um braço do governo, tem a finalidade de garantir a prestação desse serviço a todas as cidades, principalmente as pequenas, aquelas ditas economicamente inviáveis. Mas o objetivo principal da Casan é fornecer água de boa qualidade a todos.

Então, está de parabéns, sim, a Casan, deputada, e está de parabéns o nosso amigo Walmor De Luca. Certamente a Casan teria desaparecido se não fosse a mão forte do visionário, do ex-deputado e sempre deputado Walmor De Luca, grande braço direito do governo do estado, que vem garantido o bom funcionamento da empresa.

Quando vou visitar a Casan fico orgulhoso, deputada Ada De Luca, porque lá há uma fotografia da barragem do rio São Bento. Se não fosse a Casan, se não fosse a barragem do rio São Bento, certamente toda aquela grande região carbonífera não contaria com água na quantidade e qualidade que tem.

E, para nosso orgulho, R\$ 1,5 milhão direcionado para o projeto técnico da construção da barragem foi liberado por nós, como deputado federal, para a Casan dar início aos primeiros serviços, digamos assim, referentes à construção da barragem. E está lá uma fotografia numa parede da Casan mostrando a barragem do rio São Bento, que fica no meu querido município de Siderópolis, mas que fornece água praticamente para toda a região sul do estado.

Parabéns, então, à Casan! Parabéns ao ex-deputado Walmor De Luca.

Eu quero cumprimentar o governador Leonel Pavan, que tem estado todos os dias nas ruas, junto ao povo, vendo, sentindo as necessidades, entregando ordens de serviço, entregando obras. E ontem mesmo estive em Nova Trento assinando uma ordem de serviço, porque a Tedesco, proprietária do teleférico de Balneário Camboriú, vai implantar um semelhante naquele município, no Santuário de Santa Paulina.

Esteve lá o governador Leonel Pavan endossando, digamos assim, a iniciativa, porque se trata de uma obra privada, mas precisa haver o apoio e a empolgação do governo, porque vai gerar empregos, melhorar a qualidade de vida da população e aumentar o fluxo turístico. E aumentando o turismo, cresce tudo o que está em volta, evidentemente.

Santa Paulina já é um grande chamariz, porque atrai uma grande quantidade de pessoas para o vale do rio Tijucas, para o vale do rio Itajaí-Mirim, mas há que melhorar os equipamentos turísticos. E o teleférico que a Tedesco vai colocar em Nova Trento, lá no Santuário de Santa Paulina, sem dúvida nenhuma, vai melhorar e muito a atividade turística de Nova Trento, de São João Batista, de Canelinha, de Brusque e de Santa Catarina por inteiro.

Srs. deputados, quero referir-me a mais algumas ordens de serviço que o governador está entregando. Por exemplo, hoje, às 20h, será autorizada uma obra de praticamente R\$ 1 milhão referente à reforma da Escola de Educação Básica Professora Minervina Laus, em Canelinha. Também já está sendo reformada a Escola Básica Alexandre Ternes Filho, em Tijucas. A Escola de Educação Básica Deputado Valério Gomes ainda este mês será inaugurada; o Colégio Estadual Cruz e Souza foi reformado no ano passado; a Escola de Educação Básica Professora Olívia Bastos, que era um colégio de 1ª a 8ª série, agora passa a ter também o ensino fundamental e está sendo ampliado e reformado pelo governador Leonel Pavan. Em Canelinha podemos citar a Escola Básica Bartolomeu da Silva, que também está sendo reformada. Em São João Batista, o Colégio São João Batista foi reformado no ano passado; também a Escola Estadual Urbana Professor Patrício Teixeira Brasil foi reformada no ano passado; e a Escola Estadual Básica Lídia Leal Gomes também passou por uma reforma no governo de Luiz Henrique da Silveira.

E por falar no vale do rio Tijucas, em Major Gercino, a Escola Manoel Vicente Gomes foi reformada no ano passado, e em Pinheiral, também em Major Gercino, a Escola Estadual Urbana Professor Tercílio Bastos passou por uma reforma no ano passado. Em Nova Trento, o Colégio Estadual Francisco Mazzola está sendo reformado. Em Botuverá, agora falando do vale do rio Tijucas, o Colégio Padre João Stof foi reformado no ano retrasado, grande parte dele, e agora a secretária de Desenvolvimento Regional, Sandra Eccel, já tem o projeto e já está incluída no Orçamento deste ano a ampliação daquele colégio.

Em Guabiruba, o Colégio Carlos Maffezzolli, passou por uma reforma no ano passado e igualmente a Escola de Educação Básica São João Bosco. Por outro lado, em Brusque, que também pertence à regional do vale do rio Itajaí-Mirim e do vale do rio Tijucas, praticamente todos os colégios passaram por uma ampliação e reforma agora no governo Luiz Henrique da Silveira/Leonel Pavan.

Neste ano foi inaugurada a reforma do Colégio Ivo Silveira; referimo-nos à reforma, mas na verdade foi construído tudo novamente, não sobrou praticamente nada do que havia do velho colégio. Foi feita no mesmo lugar uma reforma que custou R\$ 2,3 milhões, inaugurada este ano.

Também o Colégio João XXIII foi reformado. Os Colégios Dom João Becker, Gregório Locke e Dom Joaquim foram reformados este ano também. O Colégio Santa Terezinha está sendo reformado, o Colégio Osvaldo Reis recebeu uma quadra de esportes, e o Colégio Ivone Appel, praticamente está novo.

Enfim, dos 27 colégios estaduais da SDR de Brusque, nos dois mandatos do governo Luiz Henrique da Silveira, todos os colégios receberam obras vultosas, alguns deles com reforma ampla, praticamente uma construção nova, como é o caso do Colégio Santa Terezinha. Também o Araújo Brusque receberá a ordem de serviço...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valdir Cobalchini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, srs. deputados, servidores do estado que aqui estão, quero no tempo que nos é concedido fazer referência a algumas medidas provisórias que foram encaminhadas a esta Casa. Com relação às duas medidas provisórias que foram retiradas pelo governo, por terem aportado aqui de forma tardia, sem o necessário amadurecimento da secretaria da Administração e da Fazenda, também entendo que na Saúde, se fôssemos contemplar uma categoria, deveríamos contemplar todas. E eu considerei que foi um equívoco o envio dessas duas medidas provisórias. Mas quero fazer referência à MPV n. 0173/2010.

(Palmas das galerias)

Esse projeto beneficia mais de 13 mil servidores que compõem e atendem à secretaria de estado de Turismo, Cultura e Esporte, à Fundação Catarinense de Educação Especial, à Fundação Catarinense de Esporte, à Fundação Catarinense de Cultura, à secretaria de estado da Educação, ao Conselho Estadual de Educação, à secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, à secretaria de estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, à secretaria de estado do Planejamento, à secretaria de estado de Articulação Internacional, à secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável, ao gabinete do vice-governador e ao do governador, além da secretaria de estado da Comunicação. Essa medida provisória vem para fazer justiça, para corrigir, eis que algumas repartições no estado têm uma gratificação já de 100%.

Como integrante do governo, como secretário de Coordenação e Articulação, auxiliei a construir essa proposta com a secretaria de Administração, com o então secretário José Nei Ascari, com o secretário da Fazenda de então, Antônio Gavazzoni, no grupo gestor, tendo o parecer favorável do diretor do Tesouro, Cleverton Siewert, hoje secretário da Fazenda, e do nosso líder, deputado Elizeu Mattos. A proposta começou aqui, no ano passado, nesta Casa, e só não foi avante porque se fosse aprovada, ao ir para sanção do governador, por vício de origem seria rejeitada.

À época, recebemos um apelo da base do governo e também de deputados da Oposição para que o governo tomasse essa iniciativa, e foi o que fizemos. Encaminhamos essa medida provisória, que eleva de 15% para 60% a gratificação desses servidores, que são aqueles abnegados, aqueles que por vezes compõem as áreas administrativas, o quadro civil, mas não são vistos, deputado Pedro Uczai. Inclusive, quero agradecer a v.exa. pela compreensão em ajudar a fazer com que a Medida Provisória n. 0173 possa ser aprovada amanhã nas comissões e para vir ao plenário, a fim de que os servidores não sejam prejudicados em função das emendas que constam na matéria.

Agradeço inmensamente a v.exa., deputado Pedro Uczai, e também vou fazer este apelo ao deputado Darci de Matos, meu amigo de longa data, para que tenha o mesmo comportamento a bancada do DEM, para que essa medida provisória possa amanhã ser deliberada favoravelmente em plenário.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Com muito prazer, nosso líder, deputado Elizeu Mattos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Quando se fala em medidas provisórias, das 16 que estavam aqui, hoje somente 14, gostaria de dizer que algumas já foram aprovadas hoje.

Ouvimos muito discurso, e quem está em casa acompanhando os nossos trabalhos através da TVAL não está entendendo nada, pois pelo que se falou muito aqui, deputado Valdir Cobalchini, parecia que estávamos votando algo que tira direitos, garantias, que tira alguém do serviço público.

Várias pessoas me indagaram sobre o bicho-papão que foi encaminhado para cá. Não tivemos nem oportunidade de falar, mas quero dizer que nenhuma medida provisória tira garantias, direitos ou salário de alguém, ou melhor, melhora o salário daqueles que aqui estavam.

Falou-se muito que as medidas provisórias que estavam aqui beneficiavam somente meia dúzia. É lógico que a vontade do governador é que beneficie mais gente, mas as medidas provisórias que aqui estão beneficiam mais de 45 mil servidores do estado; não são dois ou três mil servidores, são 45 mil servidores do estado.

Aqui existem questões de descompactação, que é um tema aguardado por 13 mil servidores. Contestei e continuo contestando, porque tenho um posicionamento claro, não porque sou líder do governo, mas porque estudei as matérias, fui atrás das coisas.

Amanhã vou relatar a Medida Provisória n. 0173/2010 e não vou acatar nenhuma emenda, para que ela tenha validade de verdade.

(Palmas das galerias)

Nós sabemos que emendas à Medida Provisória n. 0173 torná-la-ia inconstitucional e configurar-se-ia em crime eleitoral.

Eu poderia muito bem fazer uma média com todo mundo, com os servidores, acatando todas as emendas, estendendo para todos, mas a minha grande preocupação com o servidor é que ele não saia daqui pensando que aquilo que aprovamos vá chegar ao contracheque. Eu tenho que ter um pouco de responsabilidade, até fui vaiado na semana passada, mas já estou meio acostumado a receber vaias por ser sincero.

As pessoas saem daqui e começam a gastar. Mas se depois não chegar ao contracheque, quem vai repor aquilo que foi gasto?

Nós precisamos ter responsabilidade e quero aqui cumprimentar v.exa. por todo o trabalho feito, porque se algumas medidas estão nesta Casa, deve-se ao nobre colega. Se não fosse o seu trabalho as medidas provisórias não estariam aqui, nem beneficiariam 45 mil servidores, que terão, com certeza, um salário melhor. Portanto, quero cumprimentá-lo pelo esforço como secretário de Articulação Estadual.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Eu não vou questionar as lambanças que o governo fez com tantas medidas provisórias no período de transição e de impedimento legal em função da Lei Eleitoral.

Em relação à Medida Provisória n. 0173/2010, acho que estamos caminhando bem, acho que dá para construir um bom acordo e uma boa solução.

Se há um deputado nesta Casa que conhece a realidade dos servidores desde o ano passado, que vem acompanhando todas as categorias que estão fragmentadas em várias secretarias, que muitas vezes não são ouvidas, que durante todos esses anos estão nessa expectativa, somos nós. Então, que este Parlamento dê uma solução e um pouco de dignidade para esses servidores. Mas amanhã vamos dar para esses servidores um pouco de dignidade...

(Manifestações das galerias)

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente e srs. deputados, servidores e sofredores de Santa Catarina, muitas medidas provisórias vieram para tentar socorrê-los, mas muitas foram sacrificadas. Mas esperamos que pelo menos os que tiveram padrinho bom, como disse o colega Valdir Cobalchini, tenham uma boa remuneração. De qualquer forma, vai deixar a desejar, o que é lamentável.

Deputado Valdir Cobalchini, participamos dos festejos da querida Caçador e região no Dia do Trabalho e recordamos bons momentos da vida sócio-econômica do município.

Cem anos faz que foi construída a Estação de Rio Caçador, na época denominada Companhia Ferroviária São Paulo/Rio Grande do Sul. Cem anos de vida da rede ferroviária em Caçador. E o grande impulso que a região recebeu foi realmente com a construção da estrada de ferro, pois tudo por ela acontecia.

À medida que foi sendo construída, em 1910, começaram a chegar a Caçador os mantimentos: sal, farinha e outros tantos produtos manufaturados que eram comercializados - poucos, é verdade - na região. A estrada de ferro trouxe a Caçador evolução como também confusão. A Guerra do Contestado foi um fator importante para a região. Nela os caboclos defendiam suas terras, às margens da ferrovia, concedidas pelo governo. Os caboclos foram retirados e o conflito foi muito grande.

Solicito à assessoria que projete um vídeo, com a finalidade de mostrar a Santa Catarina, ao Brasil e ao mundo a quantidade de madeira, de araucária, que existia naquela região e que longamente foi explorada por povos de outras nações que tinham os equipamentos próprios para fazê-lo. É lógico que os lucros da venda da madeira geraram o desenvolvimento da nossa terra e da nossa região e por isso vamos assistir a um pedacinho de um DVD mostrando os 100 anos da ferrovia de Caçador. É um filme da época.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Sr. presidente e srs. deputados, teríamos uma complementação de depoimentos de empresários e de funcionários da rede, mas quero aqui fazer o registro de alguns agentes ainda vivos, que nesses 100 anos conduziram os destinos da nossa estação ferroviária: Estefano Kimac, Albino Giacomel, Basílio Mostiak, Alberto Luiz Franco, Osvaldo Olienick, Vitorio Massucatto e Joeli Laba.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - V.Exa. dispõe de mais um minuto, deputado Reno Caramori, para concluir o seu pronunciamento sobre tão bela história de Caçador.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado Dagomar Carneiro, v.exa. não é da região, mas pela sua vida, pelos seus familiares que moram em Calmon, em São João de Cima, sabe que era uma área com muita araucária, e até hoje ainda o é.

Por isso eu não admito que digam que a araucária está em extinção, coisa que já discutimos há alguns dias. A araucária poderá ser, ainda, o grande fator econômico de toda a nossa região, em função do clima, do solo e da vocação, desde que a Lei Maior permita que façamos o manejo sustentável: colher e plantar. Eu tenho certeza de que toda a comunidade do interior vai plantar pinheiro, vai plantar araucária, porque ela acredita que um dia poderá colher os frutos desse trabalho.

Sr. presidente, eu gostaria que fosse inserido neste meu pronunciamento a matéria deste caderno especial, com o título "100 anos de ferrovia".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência defere a solicitação de v.exa.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Obrigado, sr. presidente.

"A História da Ferrovia

Um projeto pioneiro que provocou mudanças extremas no desenvolvimento de uma parte do Brasil, rica, mas esquecida pelas adversidades que ainda não eram tão prioritárias. No entanto, o sonho da ferrovia ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul iniciou em 1885, ainda no Brasil Império, no reinado de Dom Pedro II. O entusiasta e idealizador do projeto, engenheiro João Teixeira Soares, não mediu esforços para implantar a estrada de ferro ligando o sul do Brasil. Essa linha iniciaria em São Pedro do Itararé, vinha cortando os estados do Paraná e Santa Catarina, até Santa Maria da Boca do Monte, no Rio Grande do Sul.

A construção da ferrovia foi autorizada por um decreto de concessão em novembro de 1889. Essa concessão foi ratificada pelo primeiro governo provisório da República, em 1890. A partir desse momento, visto que as dificuldades burocráticas iniciais do projeto foram vencidas, o engenheiro João Teixeira Soares foi em busca de investidores europeus, tanto da Inglaterra quanto da França, fundando a *Compagnie Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens*.

O ponto de partida da ferrovia começou no sul, de Santa Maria da Boca do Monte, no Rio Grande, até Cruz Alta, num percurso de 142km. Inaugurado em 1894, esse foi o primeiro trecho a ser concluído da ferrovia que iria fazer a ligação tão aguardada pelos três estados do sul do Brasil até Itararé, na divisa do Paraná com São Paulo.

Em 1894 a concessão foi novamente transferida para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo/Rio Grande, que assumiu o trecho de Itararé (SP) até Cruz Alta (RS), contratando para a execução dos trabalhos de construção da estrada de ferro a empresa Belga *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer du Brazil*. Quatro anos mais tarde, em 1898, inaugura o trecho até Passo Fundo, com 194km. Em 1905, foi iniciada a construção do trecho Passo Fundo até o rio Uruguai, mas os trabalhos estavam muito lentos, mesmo para os padrões da época.

Enquanto isso, no Paraná os trabalhos ainda estavam em estudo e só em fevereiro de 1895 foram aprovados esses estudos da linha Itararé/rio Uruguai. Por outro lado, os serviços no Rio Grande do Sul estavam praticamente paralisados devido a várias circunstâncias, principalmente por questões financeiras.

Ainda no Paraná, a *Compagnie Generale de Chemins de Fer du Paraná*, concessionária da linha Curitiba/Paranaguá, foi prolongada até Ponta Grossa. Agora tudo estava mais fácil para a tomada da tão esperada construção do trecho de linha férrea São Paulo/Rio Grande. Tudo foi facilitado, principalmente a grande quantidade de material importado vindo de navio até o porto de Paranaguá e depois transportado de trem até Ponta Grossa. Criaram-se duas frentes de trabalho, uma, rumo ao sul, até o rio Uruguai, e outra, rumo ao norte, até Itararé. Essa nova fase culminou numa maior rapidez da tão sonhada construção da ferrovia.

Um momento crucial na construção da linha férrea que atrasou o início das obras era o impasse da divisa que estava em disputa com os estados do Paraná e Santa Catarina, conhecida como Região Contestada. Mesmo assim, no ano de 1900 foi concluído o trecho entre Ponta Grossa e Rebouças, com 132km, e o trecho sul, de Ponta Grossa até União da Vitória (rio Iguaçu), no do ano de 1904, com 264km, sendo que a ponte que passa sobre o rio Iguaçu foi inaugurada em 26 de fevereiro de 1905.

Ainda no ano de 1905 a companhia iniciou mais um trecho rumo ao norte, ligando Rebouças até Itararé, terminada em setembro de 1908. A ligação de Itararé até a cidade de São Paulo seria via Férrea Sorocabana, que se concretizou em 1909.

Chegado o ano de 1906, ainda existia muito a ser feito: dos 1.403km de ferrovia que estavam no projeto ligando São Paulo ao Rio Grande, estavam abertos ao tráfego apenas 599km. Foi nesse ano que novos rumos para a finalização do que restava da ferrovia ocorreram. O catarinense Lauro Müller, depois de ser empossado como Ministro da Viação e Obras Públicas, nesse mesmo ano entrou em contato com o empresário norte-americano Percival Farquhar, que construiu a Linha Férrea Madeira Mármore, no norte. Fechado contrato com o governo, Percival Farquhar cria a *Brazil Railway Company*, assumindo o controle acionário da Companhia Estrada de Ferro São Paulo/Rio Grande. O contrato ainda lhe dava o direito de explorar as margens dos trilhos - 9km de cada lado - e colonizar as terras depois da retirada da madeira, justamente as terras conhecidas como contestadas. Percival Farquhar sabia da riqueza florestal da região e quanto poderia lucrar com a exploração da reserva floresta natural.

Com novos estudos realizados e mudanças no traçado original da ferrovia, a companhia construtora da estrada de ferro, a *Brazil Railway Company*, inicia a contratação de prestadores de serviços em 1907, com várias frentes de trabalho. Foram recrutados de início cerca de 4 mil trabalhadores. Só na região contestada, o trecho da ferrovia era o mais sinuoso e difícil de construir, os canteiros de obras eram como um formigueiro humano, grupos de operários iam desmatando e abrindo clareiras ao som de serras, foices e enxadas, outros grupos iam com marretas e usavam até dinamite para detonar as barreiras naturais de pedras; logo atrás outros grupos iam assentando a terra, construindo pontilhões, galerias e pontes, por fim outros iam colocando os trilhos, tudo com muita rapidez. Tudo isso para cumprir o prazo de entrega do trecho de 380km de trilhos até 1910.

Nesse momento ainda se resolviam questões financeiras sobre valores do quilômetro de ferrovia. Mesmo assim, foram inauguradas, em abril de 1908, as Estações de Engenheiro Eugênio de Mello (km-12), Cerro

Pelado (km-39) e São João (km-52). No entanto, os trabalhos estavam fora do prazo, ou melhor, estavam atrasados e para dar mais rapidez ainda, nesse momento foi nomeado o engenheiro Achilles Stengel como novo superintendente dos trabalhos. Eram necessários mais homens e novamente novos operários foram recrutados, chegando a aproximadamente oito mil homens, os quais foram abrindo mais frentes de trabalho. Afinal, o trecho sinuoso exigia essa atitude.

Em abril de 1909 foi inaugurada, pelo presidente do Brasil, Afonso Augusto Moreira Pena, a estação que recebeu seu nome, Afonso Pena; outra estação inaugurada nessa data foi a Estação de Osman Medeiros (km-79), depois chamada de Estação Calmon, isso cinco anos depois de inaugurada a Estação de Porto União, em agosto de 1904. Eram os primeiros 103km terminados, mas tinha-se um prazo a cumprir e os trabalhos continuaram com mais intensidade e rapidez.

Destaca-se que em todo esse trecho o relevo era uma grande barreira a ser vencida, saindo de Porto União com altitude de 752m, subia até a Estação de São João (Matos Costa), com mais de 1.184m de altitude. No entanto, essas barreiras foram vencidas, a rampa máxima ficou com 2,99%, que deu todas as condições para as locomotivas a vapor transporem com facilidade.

Em Calmon, ainda em 1908, justamente como em Três Barras, estavam sendo montadas as serrarias da *Lumber (Soufher Brazil Lumber and Colonization Company)*, subsidiária da *Brazil Railway Company*, que fornecia tábuas serradas e dormentes para o assentamento dos trilhos. Explorando a madeira, a *Lumber* vinha desmatando florestas inteiras de pinhais e transformando-as em tábuas para exportação. Além das terras que receberam do governo nas margens da ferrovia, compraram muitas outras terras com milhões de árvores para derrubar.

Ressalte-se que a *Lumber*, em Três Barras, foi o maior complexo madeireiro da América do Sul, serrando em média 470m³ de madeira, comprando vastas fazendas cobertas de pinhais e chegando a ter em torno de 2.000 trabalhadores. Em Três Barras foi aberta a segunda sala de cinema do Brasil, além de hospital, coisas que na época somente grandes cidades possuíam.

Quanto aos trabalhadores, que foram contratados em todo o Brasil para a construção da ferrovia, não tinham nenhum registro de trabalho que garantisse um vínculo com a empresa, isso porque a *Brazil Railway Company* contratava outras empresas brasileiras que, na verdade, eram terceirizadas como prestadoras de serviços. Por outro lado, criou-se um problema social e pela quantidade de pessoas envolvidas a empresa foi obrigada a criar um corpo de segurança para garantir os trabalhos, em virtude, inclusive, de ataques de índios aos trabalhadores.

Maus pagos e com salários atrasados, as condições de trabalho dos operários eram mínimas, muitos se revoltavam e seus protestos eram reprimidos com violência pelo corpo de segurança da ferrovia. Isso tudo culminou em um assalto ao trem pagador junto ao túnel de Pinheiro Preto, por um dos tarefeiros, José Antônio de Oliveira, conhecido como Zeca Vacariano, responsável por duas empreitadas. Ele teve sérios problemas com pagamentos e como os preços pagos pela companhia eram baixos, tornaram-se insuficientes para pagar todos. Foi aí que Zeca, juntamente com mais três homens, assaltou o trem pagador em 24 de maio de 1909.

Chegou o ano de 1910, e conforme contrato com o governo esse trecho teria que ser entregue, e a companhia construtora estava conseguindo cumprir a meta. No final do mês de abril de 1910, chega à Estação de Rio Caçador a Locomotiva 34 e no dia seguinte, em 1º de maio de 1910, é inaugurada a Estação de Rio Caçador, que mais tarde seria a principal estação ferroviária da região.

Os trabalhos continuaram e foram inauguradas outras Estações, como Rio das Antas, Rio das Pedras e Pinheiro Preto, todas inauguradas em maio de 1910; em setembro foi inaugurada a Estação de Herval. O trecho já estava aberto ao tráfego, mas seguindo ainda com muita determinação milhares de homens enfrentavam as condições impostas pela companhia, seu corpo de segurança e a adversidade tanto do relevo quanto do inverno rigoroso. Assim, em 20 de outubro de 1910, foi inaugurada a Estação de Capinzal e do outro lado do rio Uruguai, no Rio Grande do Sul, a *Compagnie Auxiliaire*, também com muito esforço, inaugurou, no dia 25 de março, a Estação de Marcelino Ramos, faltando apenas a ponte sobre o rio Uruguai.

Um fato que representou muito para o término da ferrovia em 1910 foram as divergências entre Brasil e Argentina, pois a Argentina havia perdido na questão das Missões e voltou a ter um abalo diplomático, o que poderia causar nova luta armada. O único meio de transporte mais viável para a defesa das fronteiras brasileiras era justamente a linha férrea São Paulo/ Rio Grande. O governo brasileiro deu ordem para que fossem acelerados os trabalhos nos 100km que restavam terminar, de Herval d'Oeste até Marcelino Ramos (rio Uruguai). Então, no dia 17 de dezembro de 1910 foi inaugurada a Estação de Rio do Peixe (Piratuba). Assim, a primeira viagem inaugural, com uma composição completa de vagões de carga e de passageiros, era por fim realizada, transpondo os 380km do trecho entre Porto União e Marcelino Ramos.

O tempo para a ferrovia São Paulo/Rio Grande ser concluída foi de 22 anos e centenas de trabalhadores acabaram perdendo suas vidas nos seus mais de 1.400km. Para percorrer todo esse ramal ferroviário brasileiro demoraria em média 72 horas de Santa Maria até Itararé e no centro dessa grandiosa obra, a partir de 1910 iria desenvolver-se a Capital Brasileira do Pinho. Da pequena Estação de Rio Caçador surgiria um município pujante e sua estação ferroviária seria uma das principais da Rede Viação Paraná/Santa Catarina (RVPS).

Apesar das longas jornadas de trabalho dos ferroviários, vimos uma devoção especial por parte dessas pessoas ao trabalhar arduamente na Rede Ferroviária Federal S/A. Orgulho, lembranças, saudades dos tempos onde a Ferro tinha seu papel fundamental junto a sociedade caçadorenses. Hoje não tem mais importância, sequer é notada pela maioria da população; alguns a veem como um estorvo para a cidade, mas quando falamos com muitos caçadorenses que tiveram relações de trabalho e de negócios com a estação ferroviária existe um sentimento envolvente, principalmente quando as lágrimas caem dos olhos ao recordar de como era a estação ferroviária e a passagem dos trens.

A história da Estação de Caçador se inicia com os trilhos que foram sendo colocados aos poucos e com a grande quantidade de trabalhadores que executavam todos os serviços. Da primeira ponte provisória, que transpunha de margem a margem o rio Caçador, de uma pequena casa que, possivelmente, era o alojamento de

trabalhadores, chegou-se à inauguração da tão esperada Estação de Caçador, inicialmente de madeira. Isso foi no dia 1º de maio de 1910.

Os trilhos que passavam à margem do rio do Peixe, acompanhando toda sua extensão em cursos tortuosos, era o progresso que chegava à Fazenda Bonsucesso, pertencente ao pioneiro Francisco Corrêa de Mello. A estação foi construída em um local estratégico, numa várzea que mais tarde seria de grande valia para os futuros depósitos de madeira, que décadas mais tarde iriam acumular-se.

Nos primeiros anos a Estação de Rio Caçador foi recebendo, timidamente, os primeiros colonizadores, mas logo na região que tudo parecia progresso contínuo, um acontecimento marcante vai retardar a vinda de mais colonizadores.

De 1912 até 1916, na região aconteceu um dos maiores conflitos armados da história do Brasil, a Guerra do Contestado. Os caboclos que moravam na região rebelaram-se contra o governo, liderados pelo Monge José Maria, que faleceu em 1912. Depois outras lideranças viram-se marginalizadas, expulsas de suas terras, resultando em batalhas que perduraram por anos até 1916. A Estação de Rio Caçador foi utilizada como ponto estratégico do Exército Brasileiro; muitos militares desceram nessa estação fazendo acampamento em seu entorno.

Passado esse momento triste da história, na década de 20 muitos colonizadores começaram a chegar novamente à estação para começar uma nova vida em terras férteis, vendidas por companhias colonizadoras. Uma dessas foi a Colônia Polidoro, hoje Linha Cará, em terras pertencentes à *Lumber*.

Alguns anos mais tarde, já nos anos 30, mais precisamente em 1934, desembarca na Estação de Rio Caçador o governador de Santa Catarina, Aristiliano Ramos, recebido por toda a comunidade e banda para o momento mais esperado daquele ano. Era o dia 25 de março e nesse dia o município de Caçador teve sua independência política e administrativa, tomando posse o primeiro prefeito, sr. Leônidas Coelho de Souza.

Na estação o movimento aumentou consideravelmente e o município teve como seu principal atrativo a estrada de ferro, pela qual mais colonizadores chegaram para concretizar seus sonhos. É também pela via férrea que a produção é transportada para outros lugares.

A cada ano que passa o movimento aumenta na estação, tanto de cargas quanto de passageiros; no entanto, uma tragédia acontece, a pequena estação de madeira é totalmente destruída por um incêndio, em 1942. Tudo ficou destruído, mas no ano de 1944 foi contratada a Construtora Irmão Thá e foi iniciada a reconstrução. Naquele momento até o nome da estação modifica-se e é denominada Estação Ferroviária Caçador Nova ou simplesmente Caçador. Trata-se de um belo prédio imponente, moderno, todo em alvenaria e fica em destaque na paisagem urbana de Caçador. É um atrativo para a população e fica evidente que é uma das principais estações da Rede de Viação SP/RS.

Devido à grande produção de madeira, pois saíam cerca de três trens diários, todos com lotação máxima de cargas de madeira - isso tudo na década de 50, que é o auge da ferrovia -, muitas madeiras aguardavam cerca de nove meses para poderem embarcar seu material, isso devido à falta de vagões.

Nos anos 50, a Estação Ferroviária de Caçador era uma estação movimentada e a

vida da cidade era justamente a estação. Os trens eram diários, tanto de cargas quanto de passageiros, os trens que passavam eram de três tipos de linhas propriamente ditas: a composição chamada de trem misto, que saía de Porto União até Marcelino Ramos, era diária e fazia o percurso no mesmo dia ao inverso, ou seja, Marcelino Ramos até Porto União. Outro trem era o trem direto de São Paulo até Porto Alegre, que passava três vezes por semana; o outro trem era internacional, do Rio de Janeiro até Montevídeu, no Uruguai, passava uma vez por semana e era o principal atrativo para os caçadorenses. Nesse trem era possível comprar jornais e maçãs argentinas, que na região não havia. Por outro lado, viajar no trem internacional era um privilégio devido ao luxo que ele possuía.

Mas a década de 50 era o grande momento da indústria madeireira e por mais que existissem algumas estradas e alguns poucos caminhos, o transporte da madeira era totalmente pela ferrovia.

Os agentes da estação, que a gerenciavam, foram: Estefano Kímac, Albino Giacomel, Basílio Mostiak, Alberto Luiz Franco, Osvaldo Olienick, Vitorio Massucatto e Joeli Laba.

No final dos anos 50, durante a construção de Brasília, centenas de vagões eram carregadas semanalmente. Esse momento foi o de maior movimento de cargas na Estação Ferroviária de Caçador, que funcionava 24 horas por dia e 365 dias por ano.

Nas décadas de 60 e 70 o movimento da estação aos poucos foi diminuindo, as estradas de rodagem foram melhoradas, o transporte tanto de cargas quanto de passageiros a cada ano diminuía e assim foi até que os trens pararam de transportar passageiros, o trem internacional não mais passava, o trem direto deixou de passar e isso também aconteceu com o trem misto.

Nos anos 80, poucas empresas faziam o transporte ferroviário, a ferrovia deixava de ter importância, o transporte ferroviário se tornou obsoleto, vagaroso e para alguns um transporte burocrático. Consequentemente, os trabalhos na Estação de Caçador foram diminuindo até a privatização do ramal, em dezembro de 1996. A Ferrovia Sul Atlântico adquiriu a concessão para transporte ferroviário de cargas na malha sul da Rede Ferroviária Federal S/A por 30 anos, mais tarde mudou para ALL - América Latina Logística, que pouco utilizou esse trecho que passa por Caçador. Alguns anos se passaram e tudo foi abandonado, somente os trilhos sofrem uma pequena manutenção pela ABPF, as laterais da ferrovia aos poucos foram tomadas por casas de pessoas que ainda continuam invadindo esses terrenos.

A Estação de Caçador funcionou até o ano de 1998, quando passou o último trem, após ter sido abandonada pela empresa que detém a concessão da ferrovia. Posteriormente, a estação foi locada para ser uma casa de *shows*, de um lado, e do outro, por uma empresa que produzia caixas de madeira para tomate. Isso descaracterizou todo o seu interior. Após essas atividades fecharem, a estação ficou sofrendo com a invasão de mendigos e outras pessoas que arrombavam o local para usá-lo como moradia por breves períodos, serviu também como ponto de encontro de drogados e de casais em seus encontros amorosos.

Por mais de 80 anos a Estação de Caçador foi um local importante para o desenvolvimento socioeconômico do município. Hoje, esse edifício é patrimônio arquitetônico do município, um dos mais imponentes, e guarda a memória local. Infelizmente, tornou-se, nesses últimos anos, um prédio totalmente esquecido e em fase de degradação, não por falta de tentativas de revitalização com projetos locais de resgate e preservação. No entanto, nada aconteceu devido à Rede Ferroviária Federal não ter uma política de preservação do seu patrimônio, isso após a privatização em 1997, deixando totalmente no abandono até 2006.

Em 2006, após nova tentativa do

poder público municipal em solicitar o imóvel à RFFSA, o pedido foi atendido e tão logo a autorização foi passada ao município foram providenciadas reformas para que esse espaço passe a abrigar a Fundação Municipal de Cultura.

Mas a administração municipal foi mais além. Em um projeto ambicioso do Parque Central de Caçador, foi também conseguida a autorização para o uso do terreno para os trabalhos, que foram iniciados ainda em 2007, de construção do Parque Central José Rossi Adami, inaugurado em novembro de 2009. Hoje, os espaços tanto da estação ferroviária quanto do

terreno em seu entorno servem para todos os caçadorenses, seja na cultura ou no lazer.”[sic]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, às 10h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2010

OBJETO: Confeção de cartilhas/gibis, para a campanha lançada pelo Ministério Público de Santa Catarina intitulada de “BULLYING, isso não é brincadeira”! com base no Termo de Cooperação Técnica nº 066/09 celebrado com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

DATA: 18/05/2010 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 18 de maio de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 06 de maio de 2010.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

EXTRATO

Extrato N.º 080/2010

REFERENTE: Contrato CL n.º 018/2010 celebrado em 29/04/2010, oriundo da Inexigibilidade de Licitação CL nº 010/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Instituto Brasileiro de Política e Direito o Consumidor

OBJETO: Aquisição de 01 (uma) cota de participação no X Congresso Brasileiro do Direito do Consumidor, que acontecerá em Florianópolis, de 18 até 21 de maio deste ano. A referida aquisição permitirá: Colocação de *stand*; 20 (vinte) inscrições de servidores (advogados e Comissão de Direito ao Consumidor); recebimento durante 01 (um) ano da Revista de Direito ao Consumidor.

VALOR: R\$100.000,00 (cem mil reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Inexigibilidade de Licitação CL n.º 010/2010; e Autorização Administrativa para Processo Licitatório n.º 026/2010.

Florianópolis, 06 de maio de 2010.

Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 115/10

A
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
A/C Gabinete Deputada Ana Paula Lima
Florianópolis - SC

PROTOCOLO DE ENTREGA

Venho através deste protocolo, enviar a este conceituado órgão, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da

ASSOCIAÇÃO RENAL VIDA com intuito de manutenção do certificado de Utilidade Pública Estadual autorizada pela Lei nº 13.229, publicada em 20 de Dezembro de 2004.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente,

ASSOCIAÇÃO RENAL VIDA

CNPJ: 05.748.642/0001-97

Lido no Expediente

Sessão de 06/05/10

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 676, de 06 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **AVELINO PAULO BAMPI**, matrícula nº 5770, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de maio de 2010 (Gab Dep Décio Góes).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 677, de 06 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LUCIANO CEZAR BOICO, matrícula nº 2947, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Décio Góes).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 678, de 06 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MAURILIO ALVES JÚNIOR, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Onofre Santo Agostini).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 679, de 06 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **STEFAN SANDRO PUPIOSKI**, matrícula nº 5412, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2010 (Gab Dep Valdir Cobalchini).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 680, de 06 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR STEFAN SANDRO PUPIOSKI, matrícula nº 5412, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2010 (Gab Dep Valdir Cobalchini).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 681, de 06 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **DIALA MARCHI GONCALVES**, matrícula nº 5714, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2010 (Gab Dep Valdir Cobalchini).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 682, de 06 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DIALA MARCHI GONCALVES, matrícula nº 5714, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2010 (Gab Dep Valdir Cobalchini).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 683, de 06 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1998	Bernadete Albani Leiria	90	02/05/10	0809/10
0889	Desio Muller	40	22/04/10	0810/10
1134	Maria Luiza Brasil	45	04/05/10	0811/10
1596	Paulo da Silva Pacheco	90	29/04/10	0808/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 684, de 06 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1252	Maria Márcia de Melo Barreto	30	03/05/10	0812/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 685, de 06 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 017/2010.

Matr	Nome do Servidor	Função
1877	Antonio Henrique C. Bulcão Vianna	Pregoeiro
1332	Helio Estefano Becker Filho	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
2543	Juçara Helena Rebelatto	
2169	Sinara V. Dal Grande	

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 686, de 06 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0732/10,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER ao servidor **ALBERTO NEVES**, matrícula nº 0519, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 24 de abril de 2005 e 23 de abril de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 687, de 06 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Cristiano Heyse Tavares	4889	3%	3%	18/04/10	0736/10
Eduardo Delvalhas dos Santos	4405	3%	6%	29/04/10	0748/10
Eduardo Pereira Andrada	3615	3%	9%	06/05/10	0749/10
Eugenia Maria Bonetti	5473	3%	3%	16/04/10	0733/10
Gilmar Pagotto	3183	3%	12%	03/04/10	0734/10
Lisandra Cristina da Costa	4358	3%	3%	05/04/10	0717/10
Rui Bussulo	3441	3%	9%	26/04/10	0735/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 688, de 06 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EVITA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Onofre Santo Agostini).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 689, de 06 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **THASSIA VANESSA ROBETTI**, matrícula nº 6363, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 6 de maio de 2010 (Gab Dep Gilmar Knaesel).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 690, de 06 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR THASSIA VANESSA ROBETTI, matrícula nº 6363, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 6 de maio de 2010 (Gab Dep Gilmar Knaesel).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 691, de 06 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **DANILO INACIO ADAM**, matrícula nº 4530, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 6 de maio de 2010 (Gab Dep Gilmar Knaesel).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 692, de 06 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DANILO INACIO ADAM, matrícula nº 4530, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 6 de maio de 2010 (Gab Dep Gilmar Knaesel).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 693, de 06 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **CLAUDIA BRESSAN DA SILVA**, matrícula nº 3850, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 6 de maio de 2010 (Gab Dep Gilmar Knaesel).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 694, de 06 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CLAUDIA BRESSAN DA SILVA, matrícula nº 3850, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 6 de maio de 2010 (Gab Dep Gilmar Knaesel).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI

**PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA
MPV/0167/2010**

Fixa a tabela de vencimentos do quadro de pessoal da Administração Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em exercício, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º As tabelas de vencimentos do quadro de pessoal da Administração Direta, Autárquica e Fundacional passam a vigorar de acordo com os anexos I e II desta Medida Provisória.

Art. 2º A diferença entre os valores de vencimentos estabelecidos nos Anexos I e II desta Medida Provisória e os valores vigentes na data anterior a sua publicação serão pagos parceladamente, observando o seguinte cronograma:

I - 25% (vinte e cinco por cento) a partir do mês de julho de 2010.

II - 25% (vinte e cinco por cento) a partir do mês de novembro de 2010.

III - 25% (vinte e cinco por cento) a partir do mês de março de 2011.

IV - 25% (vinte e cinco por cento) a partir do mês de junho de 2011.

Art. 3º As disposições desta Medida Provisória não se aplicam aos servidores inativos atingidos pelas disposições do art. 40, § 3º, da Constituição Federal, com alteração dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Medida Provisória correrão à conta do Orçamento Geral do Estado, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder, por decreto, os ajustes orçamentários ao seu cumprimento.

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigora na data de sua publicação.

Florianópolis, 14 de abril de 2010.

Deputado GILMAR KNAESEL

ANEXO I
QUADRO DE PESSOAL DAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

CLASSE	NÍVEL	REFERÊNCIAS									
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
I	1	760,00	767,60	775,28	783,03	790,86	798,77	806,76	814,82	822,97	831,20
	2	839,51	847,91	856,39	864,95	873,60	882,34	891,16	900,07	909,07	918,16
	3	927,34	936,62	945,98	955,44	965,00	974,65	984,39	994,24	1.004,18	1.014,22
II	1	820,00	828,20	836,48	844,85	853,30	861,83	870,45	879,15	887,94	896,82
	2	905,79	914,85	924,00	933,24	942,57	951,99	961,51	971,13	980,84	990,65
	3	1.000,56	1.010,56	1.020,67	1.030,87	1.041,18	1.051,59	1.062,11	1.072,73	1.083,46	1.094,29
III	1	900,00	909,00	918,09	927,27	936,54	945,91	955,37	964,92	974,57	984,32
	2	994,16	1.004,10	1.014,14	1.024,28	1.034,53	1.044,87	1.055,32	1.065,87	1.076,53	1.087,30
	3	1.098,17	1.109,15	1.120,24	1.131,45	1.142,76	1.154,19	1.165,73	1.177,39	1.189,16	1.201,05
IV	1	1.200,00	1.212,00	1.224,12	1.236,36	1.248,72	1.261,21	1.273,82	1.286,56	1.299,43	1.312,42
	2	1.325,55	1.338,80	1.352,19	1.365,71	1.379,37	1.393,16	1.407,09	1.421,17	1.435,38	1.449,73
	3	1.464,23	1.478,87	1.493,66	1.508,60	1.523,68	1.538,92	1.554,31	1.569,85	1.585,55	1.601,40
	4	1.617,42	1.633,59	1.649,93	1.666,43	1.683,09	1.699,92	1.716,92	1.734,09	1.751,43	1.768,95

ANEXO II
QUADRO ÚNICO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

GRUPO OCUPACIONAL	NÍVEL	REFERÊNCIAS									
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
ONA	1	760,00	767,60	775,28	783,03	790,86	798,77	806,76	814,82	822,97	831,20
	2	839,51	847,91	856,39	864,95	873,60	882,34	891,16	900,07	909,07	918,16
	3	927,34	936,62	945,98	955,44	965,00	974,65	984,39	994,24	1.004,18	1.014,22
ONO I	4	820,00	828,20	836,48	844,85	853,30	861,83	870,45	879,15	887,94	896,82
	5	905,79	914,85	924,00	933,24	942,57	951,99	961,51	971,13	980,84	990,65
	6	1.000,56	1.010,56	1.020,67	1.030,87	1.041,18	1.051,59	1.062,11	1.072,73	1.083,46	1.094,29
ONO II	7	1.105,24	1.116,29	1.127,45	1.138,73	1.150,11	1.161,61	1.173,23	1.184,96	1.196,81	1.208,78
	8	900,00	909,00	918,09	927,27	936,54	945,91	955,37	964,92	974,57	984,32
	9	994,16	1.004,10	1.014,14	1.024,28	1.034,53	1.044,87	1.055,32	1.065,87	1.076,53	1.087,30
OEE	10	1.098,17	1.109,15	1.120,24	1.131,45	1.142,76	1.154,19	1.165,73	1.177,39	1.189,16	1.201,05
	11	1.213,06	1.225,19	1.237,45	1.249,82	1.262,32	1.274,94	1.287,69	1.300,57	1.313,57	1.326,71
	12	1.200,00	1.212,00	1.224,12	1.236,36	1.248,72	1.261,21	1.273,82	1.286,56	1.299,43	1.312,42
ONS	13	1.200,00	1.212,00	1.224,12	1.236,36	1.248,72	1.261,21	1.273,82	1.286,56	1.299,43	1.312,42
	14	1.325,55	1.338,80	1.352,19	1.365,71	1.379,37	1.393,16	1.407,09	1.421,17	1.435,38	1.449,73
	15	1.464,23	1.478,87	1.493,66	1.508,60	1.523,68	1.538,92	1.554,31	1.569,85	1.585,55	1.601,40

*** X X X ***

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI N.º 140/10

Declara de utilidade pública a Escola de Pais do Brasil, com sede no município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Escola de Pais do Brasil, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Na redação da lei que declarar a entidade de utilidade pública deverá constar dispositivo nos seguintes termos:

"A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

RELATÓRIO DAS AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS REALIZADOS NO PERÍODO DE 1/4/2010 À 30/4/2010

Quantidade	Material	Fornecedor	Valor Un.	Valor Total
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 328,00	R\$ 328,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 328,00	R\$ 328,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 292,00	R\$ 292,00

Sala das Sessões,
Deputado Giancarlo Tomelin

Lido no Expediente

Sessão de 06/05/10

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que objetiva declarar de utilidade pública estadual a Escola de Pais do Brasil, com sede no município de Blumenau.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos, de caráter educativo, social e cultural, que tem por finalidade a elaboração e engajamento em campanhas sociais no âmbito municipal, regional, estadual e nacional, promovendo a educação, a cultura, encontros de formação, integração social e moral de pais, futuros pais, professores e educadores, bem como angariar recursos financeiros para a concretização e manutenção dos objetivos da entidade por meio de campanhas, doações, e outros que coincidam com os propósitos da escola.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a referida entidade seja beneficiada com a declaração de utilidade pública estadual.

*** X X X ***

RELATÓRIO

1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE VÍDEO-MONITORAMENTO	LMW CONSULTORIA EM INFORMÁTICA	R\$ 5.800,00	R\$ 5.800,00
1	ADESIVO D3000 3M EM CHAPA VENILICA MEDINDO 0,80 X 300CM	PLOT ART COMPUTAÇÃO GRAFICA LTDA-ME.	R\$ 425,00	R\$ 425,00
50	FORRAÇÃO SINTETICA PARA ASSOALHO	DIVIPIISO DIVISÓRIAS E PISOS.	R\$ 12,80	R\$ 640,00
3	FITA ADESIVA DUPLA FACE MEDINDO 10 X 250CM	DIVIPIISO DIVISÓRIAS E PISOS.	R\$ 50,00	R\$ 150,00
1	COLUNA PARA DEIONIZADOR MARCA PERMUTION	PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA	R\$ 89,00	R\$ 89,00
1	MÃO DE OBRA PARA RECOLOCAÇÃO DE PISO LAMINADO.	ULTRAPISO IND. COM. DE PISOS.	R\$ 250,00	R\$ 250,00
2	TINTA ACRILICA FOSCA NA COR PALHA LATA 18 LITROS	R.R COMERCIO DE TINTAS LTDA.	R\$ 189,80	R\$ 379,60
4	TINTA OLEO FILTRO SOLAR HIDROREPELENTE PARA MADEIRA (OSMOCOLOR)	CASAS DA ÁGUA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (MATRIZ CAMPINAS)	R\$ 86,50	R\$ 346,00
60	ENCADERNAÇÃO EM CORINO PERSONALIZADA EM HOT-STAMPING DOURADA COM BRASÃO DO ESTADO EM BAIXO RELEVO E CAIXAS NO FORMATO 26X34 EM MDF	MARIALENE SIMIONI DE LIMA. (MARY)	R\$ 132,50	R\$ 7.950,00
100	CONECTOR BNC RG 59 PARA CABO 75 OHMS MALHA SIMPLES	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 6,30	R\$ 630,00
100	CONECTOR BNC RG 59 PARA CABO 75 OHMS MALHA DUPLA	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 8,70	R\$ 870,00
2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE ARQUIVO TIPO FICHÁRIO EM MDF, REVESTIDO EM LÂMINA PERTECH COM 08 GAVETAS, NA COR CINZA POLAR.	MARIO MÓVEIS LTDA	R\$ 1.090,00	R\$ 2.180,00
100	CABO DE COBRE ISOLADO 2 X 2,5MM	FOCO COM. MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (LUMINAR)	R\$ 1,64	R\$ 164,00
10	FITA ISOLANTE MEDINDO 20 METROS	FOCO COM. MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (LUMINAR)	R\$ 4,30	R\$ 43,00
1	FITA ISOLANTE DE AUTO FUSAO	FOCO COM. MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (LUMINAR)	R\$ 8,77	R\$ 8,77
10	FITA ADESIVA AUTO COLANTE EM PAPEL CREPE 4,5CM X50MT	FOCO COM. MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (LUMINAR)	R\$ 3,20	R\$ 32,00
20	CAMPOS FENESTRADOS DESCARTÁVEIS 0,45 X 0,45 CM	PRAIANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. (SANTA APOLONIA)	R\$ 2,45	R\$ 49,00
200	CABO DE MICROFONE BALANCEADO	MENSAGEIRO.COM COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MÚSICAIS LTDA ME	R\$ 2,96	R\$ 592,00
20	PLUG MONOFASICO FEMIA	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 2,51	R\$ 50,20
20	PLUG MACHO MONOFASICO	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 2,81	R\$ 56,20
20	LAMPADA ELETRICA HALOGINA DE 1000W/220V	SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 19,34	R\$ 386,80
1	REPUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 292,00	R\$ 292,00
1	TREINAMENTO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO DIGIFORT PARA DOIS SERVIDORES	LMW CONSULTORIA EM INFORMÁTICA	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
1	JOYSTICK DE VIGILÂNCIA POR VÍDEO	LMW CONSULTORIA EM INFORMÁTICA	R\$ 1.245,50	R\$ 1.245,50
1	MESA DE MONITORAMENTO EM MADEIRA	LMW CONSULTORIA EM INFORMÁTICA	R\$ 3.484,50	R\$ 3.484,50
2	PAPEL VEGETAL	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 19,30	R\$ 38,60
10	FITA ADESIVA AUTO COLANTE EM PAPEL CREPE 4,5CM X50MT	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 8,50	R\$ 85,00
1	APARELHO DE SOM MINI SYSTEM	LOLA NOVIDADES LTDA - ME (MARY)	R\$ 870,00	R\$ 870,00
2	OUTRO PAD RP/RN/MZ/RZ/HC	MILSUL COM. IMP. EXP. LTDA.	R\$ 39,00	R\$ 78,00
1	ROLO DE INTRODUÇÃO TR	MILSUL COM. IMP. EXP. LTDA.	R\$ 467,35	R\$ 467,35
1	OUTRO LIGT ABSORBER SHEET	MILSUL COM. IMP. EXP. LTDA.	R\$ 44,75	R\$ 44,75
1	OUTRO INK BLOCKING SHEET	MILSUL COM. IMP. EXP. LTDA.	R\$ 206,05	R\$ 206,05
1	MÃO-DE-OBRA REVISÃO PREVENTIVA E CONserto DA MÁQUINA RISO RP 3700	MILSUL COM. IMP. EXP. LTDA.	R\$ 621,00	R\$ 621,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO GENÉSIO GOULART	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 270,00	R\$ 270,00
10	SORO FISIOLÓGICO 500ML (SISTEMA FECHADO)	CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIO LTDA-ME	R\$ 6,48	R\$ 64,80
48	PORTA COPOS EM INOX	DISTRIBUIDORA ACTUAL	R\$ 5,50	R\$ 264,00
48	COPO DE VIDRO L.D PARA AGUA	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 2,10	R\$ 100,80
48	XICARA COM PIRES DE PORCELANA PARA CAFEZINHO * NA COR BRANCA *	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 5,80	R\$ 278,40
12	COLHER DE NESA, EM AÇO INOX	NOSSA LOJA	R\$ 3,68	R\$ 44,16
24	FACA PEQUENA EM INOX PARA SOBREMESAS	NOSSA LOJA	R\$ 6,38	R\$ 153,12

6	LUMINARIA DE SOBREPOR PARA 2 LAMPADAS FLUORESCENTE DE 40W	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 63,00	R\$ 378,00
4	REGUA(DE MADEIRA) MEDINDO 2CM X 10CMx250CM.	MADEIREIRA TRÊS BARRAS	R\$ 15,00	R\$ 60,00
2	GUARDANAPO EM TECIDO 30 X 30	DISTRIBUIDORA ACTUAL	R\$ 16,50	R\$ 33,00
2	BANDEJA EM AÇO INOX 40 X 30CM	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 63,00	R\$ 126,00
12	XICARA PARA CHA/CAFE, EM PORCELANA LISA, COR BRANCA, COM PIRES *	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 8,80	R\$ 105,60
12	XICARA COM PIRES DE PORCELANA PARA CAFEZINHO * NA COR BRANCA *	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 5,80	R\$ 69,60
24	COPO DE VIDRO L.D PARA AGUA	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 2,10	R\$ 50,40
2	ACUCAREIRO DE INOX	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 40,00	R\$ 80,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - PLENÁRIO	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 400,00	R\$ 400,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO MANOEL MOTTA	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO JORGINHO MELLO	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO GELSON MERÍSIO	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO EDUARDO CHEREM	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ- DEPUTADO CARLOS CHIODINE	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADA ANA PAULA LIMA	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
100	FITA RIBBON PARA IMPRESSORA ZEBRA TLP-2844, MEDINDO 110X74MM	ETIQUETAS DALLA LTDA.	R\$ 7,00	R\$ 700,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO GENÉSIO GOULART	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 490,00	R\$ 490,00
100	ETIQUETA AUTO-ADESIVA BRANCA, MEDINDO 100MM X 40MM, ROLO COM UMA CARREIRA	ETIQUETAS DALLA LTDA.	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
4	VIDRO TRANSPARENTE 8MM DE MEDIDA 30 x 40	EDEMIR PERIM VOLPATO. (ARTEVIDROS)	R\$ 25,00	R\$ 100,00
4	REGUA(DE MADEIRA) MEDINDO 2CM X 10CMx250CM.	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 8,00	R\$ 32,00
7	ARGAMASSA MEDIA FINA	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 5,80	R\$ 40,60
10	MÁSCARAS CIRURGICAS	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 7,80	R\$ 78,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	CARLOS HUMBERTO PEDERNEIRAS CORRÊA- PIS 1002446137-4	R\$ 317,81	R\$ 317,81
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	JOÃO LUIZ GATTRINGER - PIS 10695195651	R\$ 317,81	R\$ 317,81
40	CLIPS PLÁSTICO	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 2,80	R\$ 112,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	SARA CARVALHO DE OLIVEIRA- 122.79164.20.7	R\$ 1.258,92	R\$ 1.258,92
24	COPO DE VIDRO L.D PARA AGUA	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 2,20	R\$ 52,80
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 328,00	R\$ 328,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 292,00	R\$ 292,00
1	REFRIGERADOR FROST FREE DUPLEX	CASAS DA ÁGUA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (MATRIZ CAMPINAS)	R\$ 1.170,50	R\$ 1.170,50
1	SERVIÇO DE CONSULTORIA TÉCNICA	WR SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO S/S LTDA	R\$ 7.900,00	R\$ 7.900,00
1	LAVAÇÃO DE CONJUNTO DE ALMOFADA	LAVANDERIA GOTINHA D'ÁGUA LTDA.	R\$ 130,00	R\$ 130,00
56,84	LAVAÇÃO DE ROUPAS	LAVANDERIA GOTINHA D'ÁGUA LTDA.	R\$ 7,50	R\$ 426,30
1	SERVIÇO UPLINK MÓVEL SNG PARA TRANSMISSÃO DE SINAL DE TV	VBC TELECOM COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA VIA SATÉLITE LTDA	R\$ 6.700,00	R\$ 6.700,00
1	PLACA EM AÇO INOX FOTO GRAVADA 17X27 CM, ESPESSURA DE 0,8 MM COM MOLDURA DE ACRILICO CRISTAL 30X20 CM	TROFÉU PRIME COMERCIAL DE TROFEUS E PREST. DE SERV. GRAF. LTDA -	R\$ 120,41	R\$ 120,41
3	TRAVESSEIRO EM ELASTANO 50 X 70CM	COMERCIAL R. COSTA LTDA.	R\$ 55,90	R\$ 167,70
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	ANA MERCÊS BAHIA BOCK- PIS: 104.25397.22.7	R\$ 3.042,84	R\$ 3.042,84
1	RETIRADA DE PELÍCULA	DAILHA COM. E COLOCAÇÃO DE PELICULAS ME LTDA.(APLICARFILM)	R\$ 40,00	R\$ 40,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	GAUDENCIO FRIGOTTO PIS:10258660969	R\$ 4.676,55	R\$ 4.676,55
38	SERVIÇO TÉCNICO DE RAMAIS - TRANSFERÊNCIA DE RAMAIS	JE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME	R\$ 25,00	R\$ 950,00
81	SERVIÇO TÉCNICO DE RAMAIS -CONSERTO DE RAMAIS	JE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME	R\$ 28,00	R\$ 2.268,00
6	PORTA SABONETE LIQUIDO, EM ACRILICO	COMPENSADOS FERNANDES LTDA - FILIAL BARREIROS	R\$ 22,85	R\$ 137,10
7,77	PERSIANA HORIZONTAL 16 MM NA COR BRANCA.	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS	R\$ 65,00	R\$ 505,05

1	LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO NA FACE- FEIRAS DAS ÁREAS DO CONHECIMENTO, CULTURA E EDUCAÇÃO	ZOOM PROMOÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS LTDA	R\$ 5.770,00	R\$ 5.770,00
6,81	PELICULA JATEADA	DAILHA COM. E COLOCAÇÃO DE PELICULAS ME LTDA.(APLICARFILM)	R\$ 30,00	R\$ 204,30
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	MARIA DE FÁTIMA JUNHO ANASTASIA - PIS:10781273371	R\$ 317,81	R\$ 317,81
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	PEDRO DECOMAIN- PIS:10844278464	R\$ 317,81	R\$ 317,81
3	CONEXAO METALICA REGISTRO DE METAL 1/2"	RM.COM.DE MAT.HIDRAULICO LTDA	R\$ 15,00	R\$ 45,00
30	KIT PARA IMPRESSORA DE FOTOS	SUPRIWEL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DE PAPELARIA E INFORMATICA LTDA .EPP	R\$ 53,00	R\$ 1.590,00
14	CONFECÇÃO DE 14 ADESIVOS PARA CANOPLAS	PLOT ART COMPUTAÇÃO GRAFICA LTDA-ME.	R\$ 25,00	R\$ 350,00
1	BANNER DE VINIL, 2,00x1,00m	PLOT ART COMPUTAÇÃO GRAFICA LTDA-ME.	R\$ 125,00	R\$ 125,00
1	BANNER DE VINIL, 2,00x1,00m	MARIO DE SOUZA E CIA LTDA (MULTIART)	R\$ 112,00	R\$ 112,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 292,00	R\$ 292,00
1	PREMIAÇÃO CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO COLOCADO CATEGORIA ESTUDANTIL	JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA JUNIOR	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
1	CAIXA TÉRMICA DE POLIURETANO DE 15 LITROS	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 112,00	R\$ 112,00
3	BANDEJAS PERFURADAS DE AÇO INOXIDÁVEL (42X30X4,5)	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 133,00	R\$ 399,00
3	BANDEJAS PERFURADAS DE AÇO INOXIDÁVEL (42X30X4,5)	NOSSA LOJA	R\$ 133,00	R\$ 399,00
1	PREMIAÇÃO CLASSIFICAÇÃO PRIMEIRO COLOCADO CATEGORIA ESTUDANTIL	JULIANA CRISTINA DA CRUZ	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
1	PREMIAÇÃO CLASSIFICAÇÃO TERCEIRO COLOCADO CATEGORIA PROFISSIONAL	JOSÉ JACIR VICTOVOSKI	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
1	PREMIAÇÃO CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO COLOCADO CATEGORIA PROFISSIONAL	DALSON BRITTO FIGUEIREDO FILHO	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
1	PREMIAÇÃO CLASSIFICAÇÃO PRIMEIRO COLOCADO CATEGORIA PROFISSIONAL	FABIANE BALEN	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
1	PREMIAÇÃO CLASSIFICAÇÃO TERCEIRO COLOCADO CATEGORIA ESTUDANTIL	PAULO RENATO FARIAS	R\$ 500,00	R\$ 500,00
38	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/FLORIANÓPOLIS	RODOVIARIA SANTA TEREZINHA LTDA.	R\$ 4,40	R\$ 167,20
38	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO PAULO LOPES/FLORIANÓPOLIS	RODOVIARIA SANTA TEREZINHA LTDA.	R\$ 9,70	R\$ 368,60
38	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO PAULO LOPES/FLORIANÓPOLIS	PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 9,70	R\$ 368,60
6	TUBO PLASTICO TUBO PVC 25 MM SOLDAVEL, BARRA COM 6 METROS	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 15,90	R\$ 95,40
2	PAPEL HELIOGRAFICO COLOR PLUS, FORMATO 66 X 96, VERDE TAHITI, 180GMS2	H. SPECK ART, SIGN E SERIGRAFIA LTDA.	R\$ 287,50	R\$ 575,00
266	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO GAROPABA/FLORIANÓPOLIS	RODOVIARIA SANTA TEREZINHA LTDA.	R\$ 15,45	R\$ 4.109,70
266	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO GAROPABA/FLORIANÓPOLIS	PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 15,45	R\$ 4.109,70
38	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO GAMBOA/FLORIANÓPOLIS	RODOVIARIA SANTA TEREZINHA LTDA.	R\$ 11,80	R\$ 448,40
38	VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL TRECHO GAMBOA/FLORIANÓPOLIS	PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	R\$ 11,80	R\$ 448,40
10	TEE DE 1/2 DE ROSCA	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 2,10	R\$ 21,00
1	VALE TRANSPORTE MUNICIPAL DIVERSOS	SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO DA GRANDE FLORIANOPOLIS	R\$ 1.869,60	R\$ 1.869,60
200	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO CAIXA BOX, PARA ARQUIVO POLIONDA COR VERDE	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 2,25	R\$ 450,00
4	LAVAÇÃO DE ALMOFADA.	LAVANDERIA GOTINHA D'ÁGUA LTDA.	R\$ 32,50	R\$ 130,00
2	BUCHA DE REDUÇÃO DE 2 X 1 1/2" DE FERRO GALVANIZADO	CASAS DA ÁGUA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (MATRIZ CAMPINAS)	R\$ 10,60	R\$ 21,20
2	UNIÃO GALVANIZADA DE 2"	CASAS DA ÁGUA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (MATRIZ CAMPINAS)	R\$ 41,70	R\$ 83,40
1	PERSIANAS HORIZONTAL, EM ALUMINIO 16 MM.	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS	R\$ 77,00	R\$ 77,00
2	PILHA RECARREGAVEL TIPO AA, PARA CAMARA DIGITAL	LOLA NOVIDADES LTDA - ME (MARY)	R\$ 20,00	R\$ 40,00
17,7	PERSIANAS HORIZONTAL, EM ALUMINIO 16 MM.	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS	R\$ 77,00	R\$ 1.362,90
23,65	PERSIANAS HORIZONTAL, EM ALUMINIO 16 MM.	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS	R\$ 77,00	R\$ 1.821,05
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	ISABEL WEINGARTNER- PIS- 124336513.02.5	R\$ 1.258,92	R\$ 1.258,92
40	AQUISIÇÃO DE LIVRO "TRANSFORME SEU MEDO EM PODER"	GECELENE CINTIA LOPES - PIS 122.90299.52-0	R\$ 25,00	R\$ 1.000,00
4	ARRANJOS COM PEDESTAL	FLORICULTURA FESTY FAMA LTDA ME	R\$ 60,00	R\$ 240,00
2	ARRANJO LATERAL CHÃO PALCO	FLORICULTURA FESTY FAMA LTDA ME	R\$ 70,00	R\$ 140,00
1	ARRANJO GRANDE MEDINDO 1,80 X 70	FLORICULTURA FESTY FAMA LTDA ME	R\$ 140,00	R\$ 140,00
1	ARRANJO DE MESA PEQUENO	FLORICULTURA FESTY FAMA LTDA ME	R\$ 45,00	R\$ 45,00
10	AQUISIÇÃO DE LIVRO "TRANSFORME SEU MEDO EM PODER"	GECELENE CINTIA LOPES - PIS 122.90299.52-0	R\$ 25,00	R\$ 250,00
50	ASSINATURA DO JORNAL VOZ DO OESTE	JORNAL VOZ DO OESTE	R\$ 290,00	R\$ 14.500,00

1	TELEVISÃO DE LCD DE 26", COM 02 CONEXÕES HDMI, ENTRADA PARA PC E USB.	LOJAS COLOMBO SA	R\$ 990,00	R\$ 990,00
5	ALCOOL 73,4 GEL PARA HIGIENIZAÇÃO (GALÃO 5 LITROS)	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 31,00	R\$ 155,00
12	BATERIA ALCALINA 12V A23	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 3,20	R\$ 38,40
1	REVISÃO GERAL E LIMPEZA DE LENTE 100400 MM / 369354	CINE CAMERA SERVICE LTDA.	R\$ 2.658,00	R\$ 2.658,00
1	REVISÃO GERAL E DESTRAVAMENTO DE ZOOM DA LENTE OBJETIVA CANON EF-S 1785 MM / 4412916703.	CINE CAMERA SERVICE LTDA.	R\$ 420,00	R\$ 420,00
12	COPO DE VIDRO LISO TRANSPARENTE PARA AGUA, TAMANHO GRANDE	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 2,20	R\$ 26,40
1	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	BAIA NORTE PALACE HOTEL LTDA	R\$ 134,00	R\$ 134,00
1	MÃO DE OBRA DE CONserto DE PORTÃO	TORNOTEK VENDAS CONserto E LOCAÇÃO DE EQUIP. LTDA	R\$ 870,00	R\$ 870,00
1	CONserto DE LUMINARIA, COM CAIXA DE TIMER (REGULADOR DE LUZ)	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 55,00	R\$ 55,00
2	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E READEQUAÇÃO DE PERSIANAS	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS	R\$ 210,00	R\$ 420,00
1	QUADRO BRANCO COM MOLDURA EM ALUMINIO 1,20X1,00 M	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 58,60	R\$ 58,60
1	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	BAIA NORTE PALACE HOTEL LTDA	R\$ 230,00	R\$ 230,00
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA READEQUAÇÃO DE 21.18 M² DE FORRO.	ABSOLUTO DIVISÓRIAS E PISOS	R\$ 1.060,00	R\$ 1.060,00
4	GALÃO, 3,6 TINTA ESMALTE SINTETICO ACETINADO VERMELHA	R.R. COMERCIO DE TINTAS LTDA.	R\$ 80,00	R\$ 320,00
3	ESFIGMOMANÔMETROS COMPLETOS COM BRAÇADEIRA EM TECIDO-BRIM	VITAL COMERCIO PROD. HOSPITALARES.	R\$ 69,00	R\$ 207,00
1	ESTRUTURA METÁLICA INSTAND 134/C MEDINDO 2,34 X 3,00	POP UP DISPLAY SYSTEMS COM. DE STANDS LTDA. EPP	R\$ 2.845,50	R\$ 2.845,50
1	ESTRUTURA METÁLICA INSTAND 1,33/C MEDINDO 2,34 X 2,25	POP UP DISPLAY SYSTEMS COM. DE STANDS LTDA. EPP	R\$ 2.405,60	R\$ 2.405,60
1	ESTRUTURA METÁLICA INSTAND MODELO 132/C MEDINDO 2,34 X 1,50	POP UP DISPLAY SYSTEMS COM. DE STANDS LTDA. EPP	R\$ 2.039,11	R\$ 2.039,11
60	BRASÃO FUNDIDO, MEDINDO 7 X8 CM COM BANHO ENVELHECIDO DOURADO	TROFÉU PRIME COMERCIAL DE TROFEUS E PREST. DE SERV. GRAF. LTDA -	R\$ 35,00	R\$ 2.100,00
2	LETRAS BLOCO EM AÇO TAMANHO 15 CM DE ALTURA	ARTE MAXIMA IND. E COM. LTDA	R\$ 110,00	R\$ 220,00
152	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 152 MODULADORES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA.	LOCKS SOUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA	R\$ 36,00	R\$ 5.472,00
10	ALCOOL 73,4 GEL PARA HIGIENIZAÇÃO (GALÃO 5 LITROS)	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 31,00	R\$ 310,00
1	HOTEL SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	FEMA HOTEL LTDA	R\$ 236,50	R\$ 236,50
100	SOQUETE PARA FLUORSCENTE, COM CHAPA DE FIXAÇÃO SEM SUPORTE PARA STARTER	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 2,50	R\$ 250,00
2	BENZINA RETIFICADA	Pintela & Papier Materiais de Pintura e Desenho Ltda ME	R\$ 23,00	R\$ 46,00
1	TORNEIRA ELETRICA MOVEL PARA PIA	CASAS DA ÁGUA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (MATRIZ CAMPINAS)	R\$ 137,00	R\$ 137,00
1	PLACA EM AÇO INOX FOTO GRAVADA 23X15 CM, ESPESSURA 0,8 MM COM ESTOJO.	TROFÉU PRIME COMERCIAL DE TROFEUS E PREST. DE SERV. GRAF. LTDA -	R\$ 76,27	R\$ 76,27
2	PLACA EM AÇO INOX FOTO GRAVADA 17X27 CM, ESPESSURA DE 0,8 MM COM MOLDURA DE ACRILICO CRISTAL 30X20 CM	TROFÉU PRIME COMERCIAL DE TROFEUS E PREST. DE SERV. GRAF. LTDA -	R\$ 120,41	R\$ 240,82
3	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO REFORÇO DAS ESTRUTURAS, RESTAURAÇÃO DA LÂMINA E VERNIZ EM 03 MESAS.	FERNANDA SOUZA ME. (MÓVEIS SANTO ANTONIO)	R\$ 500,00	R\$ 1.500,00
5	CADEIRA TIPO CAIXA, GIRATÓRIA, SEM BRAÇO, REVESTIMENTO AZUL.	WINNER MÓVEIS E INFORMÁTICA (BRUNATO)	R\$ 275,50	R\$ 1.377,50
6	CLICHÉS PARA CAPAS DE LIVROS	MARIALENE SIMIONI DE LIMA. (MARY)	R\$ 600,00	R\$ 3.600,00
4	CORDA PP DE SEDA ESPESSURA 2MM	SERGIO MURILO GUINARAES-ME	R\$ 55,50	R\$ 222,00
1	SERVIÇO DE MÃO-DE-OBRA EM GESSO	ABSOLUTO DIVISÓRIAS E PISOS	R\$ 170,00	R\$ 170,00
8	ENCADERNAÇÃO ATOS DE MESA E PORTARIAS	MARIALENE SIMIONI DE LIMA. (MARY)	R\$ 35,00	R\$ 280,00
9	ROUPEIRO DE AÇO COM OITO PORTAS	Escritolândia Com. de Móveis e Equip.pra Escritório Ltda	R\$ 555,00	R\$ 4.995,00
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 19,25 M² DE DIVISÓRIAS TIPO NAVAL, COM ISOLAMENTO ACÚSTICO, LÃ DE ROCHA E DESLOCAMENTO E REINSTALAÇÃO DE TODAS AS TOMADAS ELÉTRICAS E REDE LÓGICAS.	ABSOLUTO DIVISÓRIAS E PISOS	R\$ 2.630,00	R\$ 2.630,00
200	ADESIVOS DE 18CM X 5CM PROGRAMA CONSCIÊNCIA LIMPA	MARIO DE SOUZA E CIA LTDA (MULTIART)	R\$ 0,79	R\$ 158,00
200	CARTAZES EM CHAPA PS COM ADESIVO VINIL IMPRESSÃO DIGITAL PARA O PROGRAMA CONSCIÊNCIA LIMPA	MARIO DE SOUZA E CIA LTDA (MULTIART)	R\$ 3,05	R\$ 610,00
2	GAVETEIRO MOVEL EM MDF ESPESSURA 20 MM.	VALCIR MÓVEIS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME	R\$ 325,00	R\$ 650,00

2	RACK PARA AMPLIFICADORES MÓVEL EM MDF, ESPESSURA 20 MM.	VALCIR MÓVEIS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME	R\$ 330,00	R\$ 660,00
1	BALÇÃO PARA PIA EM MDF, ESPESSURA 20 MM.	FERNANDA SOUZA ME- (MÓVEIS SANTO ANTONIO)	R\$ 580,00	R\$ 580,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	INSTITUTO ARCO-ÍRIS	R\$ 3.360,00	R\$ 3.360,00
1	SERVIÇO DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE STAND	SUL EVENTOS ORGANIZAÇÕES LTDA (BASE STANDS LTDA)	R\$ 458,00	R\$ 458,00
85	ENVELOPE SACO KRAFT 18 X 24 CM (SACO PEQUENO)	RHADAN PAPÉIS LTDA	R\$ 90,00	R\$ 7.650,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ- DEPUTADO CARLOS CHIODINE	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - PLENÁRIO	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 200,00	R\$ 200,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO MANOEL MOTTA	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO JORGINHO MELLO	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO GELSON MERISIO	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO EDUARDO CHEREM	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADA ANA PAULA LIMA	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 495,00	R\$ 495,00
1	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE CAFÉ - DEPUTADO GENÉSIO GOULART	METALVENDING COMERCIO MAQUINAS LTDA	R\$ 490,00	R\$ 490,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	LUCÍDIO BIANCHETTI- PIS: 107249513-74	R\$ 1.145,28	R\$ 1.145,28
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	LOURIVAL JOSÉ MARTINS FILHO- PIS: 1239499125-0	R\$ 907,70	R\$ 907,70
13	ETIQUETA AUTO ADESIVA TAMANHO A4 C/ 15 ETIQUETAS, CAIXA COM 100 FOLHAS	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 19,60	R\$ 254,80
5	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE - SEMINÁRIO BULLYING ESCOLAR	C A ZONATO FANTE-ME	R\$ 2.000,00	R\$ 10.000,00
1	SERVIÇO DE LINK DE INTERNET BANDA LARGA COM 04 MBPS	NETXAN PROVEDOR DE INTERNET LTDA	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
1	CONSRTO DO AMALGAMADOR ULTRAMAT II	RAMON CARLOS DA SILVA JÚNIOR - ME.	R\$ 265,00	R\$ 265,00
2	PINCEL PARA PINTURA DE 1/2" (POLEGADA)	COMPENSADOS FERNANDES LTDA - FILIAL BARREIROS	R\$ 1,25	R\$ 2,50
2	PINCEL PARA PINTURA DE 1 1/2" (POLEGADA)	COMPENSADOS FERNANDES LTDA - FILIAL BARREIROS	R\$ 3,00	R\$ 6,00
2	PINCEL PARA PINTURA DE 2 1/2"	COMPENSADOS FERNANDES LTDA - FILIAL BARREIROS	R\$ 5,00	R\$ 10,00
10	UMEDECEDOR DE DEDOS COM PASTA	COMPENSADOS FERNANDES LTDA - FILIAL BARREIROS	R\$ 2,00	R\$ 20,00
10	UMEDECEDOR DE DEDOS COM PASTA	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 2,00	R\$ 20,00
9	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E READEQUAÇÃO DE PERSIANAS	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS	R\$ 40,00	R\$ 360,00
6	BROCA DE VIDEA Nº 12, PARA FURADEIRA PNEUMÁTICA	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 17,00	R\$ 102,00
6	BROCA DE VIDEA Nº 12, PARA FURADEIRA PNEUMÁTICA	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 17,00	R\$ 102,00
6	BROCA DE VIDEA Nº 10, PARA FURADEIRA PNEUMÁTICA	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 14,00	R\$ 84,00
5	TUBO PLÁSTICO TUBO PVC 25 MM SOLDÁVEL, BARRA COM 6 METROS	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 15,90	R\$ 79,50
40	CONEXÃO DE PLÁSTICO PARA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS-S TAMPÃO SOLDÁVEL PVC 25MM	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 1,10	R\$ 44,00
10	JOELHO EM PVC SOLDÁVEL 25MM, 90 GRAUS	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 1,60	R\$ 16,00
10	JOELHO EM PVC SOLDÁVEL 25MM, 90 GRAUS	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 1,60	R\$ 16,00
10	CURVA EM PVC 25MM	LOJA DOMINIK LTDA.	R\$ 2,00	R\$ 20,00
10	CURVA EM PVC 25MM	GUAREZI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 2,00	R\$ 20,00
2	TOMADA ELÉTRICA 2P + T 32ª COM BASE ANGULAR DE 45º AZUL	CREARE FAZION LTDA EPP	R\$ 41,18	R\$ 82,36
20	CABO ELÉTRICO PP 3 X 4,0 MM	CREARE FAZION LTDA EPP	R\$ 8,13	R\$ 162,60
2	PLUG MACHO MONOFÁSICO	CREARE FAZION LTDA EPP	R\$ 210,00	R\$ 420,00
2	DISJUNTOR MONOFÁSICO 32ª CURVA C	CREARE FAZION LTDA EPP	R\$ 14,43	R\$ 28,86
2	PLUG 2P+T 32ª	CREARE FAZION LTDA EPP	R\$ 32,33	R\$ 64,66
2	SERVIÇO INSTALAÇÃO DE CIRCUITO ELÉTRICO	CREARE FAZION LTDA EPP	R\$ 195,00	R\$ 390,00
2	MONTAGEM DE TOMADA ELÉTRICA 2P+T 32ª INDUSTRIAL	CREARE FAZION LTDA EPP	R\$ 165,00	R\$ 330,00
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA SUBSTITUIÇÃO DE 76,00 M² DE PISO BIODEGRADÁVEL DO GABINETE DO DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR.	ABSOLUTO DIVISÓRIAS E PISOS	R\$ 7.530,00	R\$ 7.530,00
1	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	BAIA NORTE PALACE HOTEL LTDA	R\$ 131,00	R\$ 131,00
1	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	MOGANO BUSINESS HOTEL LTDA	R\$ 268,36	R\$ 268,36
1	CONSRTO DE RELÓGIO PROTOCOLADOR.	HAGA - REPRESENTAÇÕES, ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA (PROTOCOLO)	R\$ 125,00	R\$ 125,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 292,00	R\$ 292,00

*** X X X ***